



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DÉBORA EVELLYN OLIMPIO

“SE SOMOS BOAS MERENDEIRAS É PORQUE TIVEMOS BONS
APRENDIZADOS!”: EXPERIÊNCIA DAS MERENDEIRAS DO COLÉGIO
ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS E A CULTURA ALIMENTAR NO
TERRITÓRIO

CURITIBA

2022

DÉBORA EVELLYN OLIMPIO

“SE SOMOS BOAS MERENDEIRAS É PORQUE TIVEMOS BONS
APRENDIZADOS!”: EXPERIÊNCIA DAS MERENDEIRAS DO COLÉGIO
ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS E A CULTURA ALIMENTAR NO
TERRITÓRIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento, da Universidade Federal do
Paraná como requisito à obtenção do título do grau de
Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientação da Prof.a Dr.a Carolina dos Anjos
de Borba e do co-orientação Prof. Dr. Roberto
Gonçalves Barbosa.

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Olimpio, Débora Evellyn

“Se somos boas merendeiras é porque tivemos bons aprendizados!”: experiência das merendeiras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e a cultura alimentar no território / Débora Evellyn Olimpio . – Curitiba, 2022.

1 recurso online: PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carolina dos Anjos de Borba

Coorientador: Prof. Dr. Roberto Gonçalves Barbosa

1. Quilombolas. 2. Merenda escolar. 3. Segurança alimentar.
I. Borba, Carolina dos Anjos de. II. Barbosa, Roberto Gonçalves.
III. Universidade Federal do Paraná. Programa Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. IV. Título.

Bibliotecária: Telma Terezinha Stresser de Assis CRB-9/944

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DÉBORA EVELLYN OLIMPIO** intitulada: **"Se somos boas merendeiras é porque tivemos bons aprendizados!"**: **Experiência das merendeiras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e a cultura alimentar no território**, sob orientação da Profa. Dra. CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Abril de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/04/2022 20:36:57.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/04/2022 20:36:58.0

CARINA CATIANA FOPPA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/04/2022 13:12:53.0

PATRICIA DOS SANTOS PINHEIRO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Dedico, à minha família carnal Vera Licia Olimpio, meu pai Antônio Carlos Olimpio (*in memória*) minha irmã Gilmara Licia Olimpio Pereira e meu cunhado Márcio Eugênio Pereira, irmão Gilberto Carlos Olimpio, à sobrinha e sobrinho, à minha família espiritual representada pela matriarca Iyagunã Dalzira Aparecida.

ADUPÉ

A Oxalá por cuidar do meu ori e aos ventos que me ventou durante a pesquisa.

À Iyagunã e ao Ilê Asè Ojudo Ogún por estarem juntos no meu caminhar.

À minha mãe Vera Lícia Olimpio, por ter me dado a vida, me ensinado que para estar nela precisamos estar firmes, com a cabeça erguida e sorriso no rosto. E que os estudos eram e serão a maneira de romper com as mazelas do passado.

À comunidade quilombola JOÃO SURÁ, que em meios as dificuldades da pandemia me abriram as portas com imenso carinho, respeito e irmandade.

Aos meus irmãos Gilmara Lícia Olimpio Pereira e Gilberto Carlos Olimpio pelos momentos de cuidado, carinho e dedicação.

Ao meu cunhado Márcio Eugênio Pereira que trouxe ainda mais sorriso para família.

Aos meus sobrinhos Gabriel Santana Olimpio e Gisely Olimpio vocês me inspiram a prosseguir nesta escolha.

Às amigas que estão próximas neste momento que compartilhamos sorrisos, lágrimas e cantos. E que de alguma maneira contribuíram para a minha trajetória

Ana Paula Lourenço, Andressa do Rosário, Francisco Wille, Liz Góes, Monique Oliveira, Kelly Cristina, Jéssica Costa, Sandra Morelli e suas filhas, Taís Oliveira, Tatiana Furquim e Vitória Oliveira.

À amiga Fabiane Moreira e ao Glauber Coutinho que compartilharam de momentos densos da pesquisa, teoria e reconstrução.

À Valéria Oliveira, amiga obrigada por me incentivar e ensinar com tanta leveza.

À minha psicóloga Kátia pela generosidade do trabalho desenvolvido.

Ao grupo de Pesquisa Joana de Andrade por minhas companheiras e companheiros serem tão generosos no compartilhamento do fazer ciência.

À minha orientadora Oyamade Carolina dos Anjos Borba, irmã e amiga, por me encorajar em continuar na caminhada. Nos momentos em que pensei em desistir, você estava atenta em dar todo suporte, um abraço, um sorriso, uma ligação surpresa em horário inesperado. Adupé

Ao meu co-orientador Roberto Gonçalves Barbosa pelos momentos que me mostrou os caminhos a serem seguidos na vida e na pesquisa, pela mentoria sonora com muita poesia e cuidados.

A vocês dois, sou grata por me fazer seguir a vida acadêmica e defender esta pesquisa.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, apesar dos inúmeros ataques e desmontes efetuados pelo governo de Jair Bolsonaro, pude acessar bolsa durante o período do desenvolvimento da pesquisa. Sabe-se da importância da lei das ações afirmativas para a reparação dos danos causados pelo racismo. Pude me inserir tanto na graduação quanto no mestrado como estudante cotista com apoio dos auxílios estudantis que garantiram a permanência na universidade. Agradeço aos presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Dilma Vana Rousseff.

Ao Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente de Desenvolvimento pelo acolhimento das professoras e professores deste.

À Rede Mulheres Negras do Paraná pelo acolhimento e ressignificação de ser mulher negra no sul.

À Rede Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional por me proporcionar um espaço seguro de diálogo epistêmico e prático.

À todas as merendeiras e cozinheiras que dedicam a vida a alimentar a humanidade, vocês que levantam cedo deixando parte da família no calor da cama, todo meu respeito.

Aqui escreve uma sobrevivente, que rompeu com todas as expectativas negativas. Nascer em condições desprivilegiadas faz com que estudar seja minha obrigação, deixando de ser apenas um direito. Para tanto é necessário me preparar para as oportunidades, pois essas não virão na mesma condição.

A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce
De madrugada que as aranha desce no breu
E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu
E o sol só vem depois
O sol só vem depois
É o astro rei, okay, mas vem depois
O sol só vem depois
Anunciado no latir dos cães, no cantar dos galos
Na calma das mães, que quer o rebento cem por cento
E diz "leva o documento, Sam"
Na São Paulo das manhã que tem lá seus Vietnã
Na vela que o vento apaga, afaga quando passa
A brasa dorme fria e só quem dança é a fumaça
Orvalho é o pranto dessa planta no sereno
A lua já 'tá no Japão, como esse mundo é pequeno
Farelos de um sonho bobinho que a luz contorna
Dar um tapa no quartinho, esse ano sai a reforma
O som das criança indo pra escola convence
O feijão germina no algodão, a vida sempre vence
Nuvens curiosas, como são
Se vestem de cabelo crespo, ancião
Caminham lento, lá pra cima, o firmamento
Pois no fundo ela se finge de neblina
Pra ver o amor dos dois mundos
(refrão)

RESUMO

A pesquisa busca elementos para compreender a participação das merendeiras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos na articulação de processos que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade quilombola João Surá Adrianópolis, Paraná. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo mecanismo de política pública que assegura acesso a alimentação, no entanto a partir de 2009 através da lei 11.947 que determina 30% das compras para alimentação virem da agricultura familiar, sendo que as comunidades quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais têm prioridade para a venda. Perante este cenário a pesquisa utilizou da abordagem qualitativa para aproximar-se do contexto de pesquisa para alcançar a construção teórica e intermédio com as interlocutoras. Aplicamos os métodos etnográficos, ancorando nos instrumentos: o diário de campo, observação participante e entrevistas. Apoiamos no diário pessoas da pesquisadora visto que esta havia trabalhado como merendeira, fator que aproximou o diálogo e questionamentos. Contudo, as merendeiras C.E.Q.D.R são centrais na na garantia de uma alimentação de qualidade para os educandos, através do trabalho desenvolvido por elas, que tem participação ativa pelo modo de organização comunitária que se estabelece na comunidade.

Palavras-chave: Merendeiras quilombolas; alimentação escolar; educação escolar quilombola.

ABSTRACT

This research seeks to understand the participation of the school lunch ladies of the Quilombola Diogo Ramos State School in the articulation of processes that ensure Food and Nutrition Security in the Quilombola community João Surá Adrianópolis, Paraná. The National School Meals Program is the oldest mechanism of public policy that ensures access to food, however, since 2009, through law 11947, it determines that 30% of food purchases come from family farms, and that quilombola communities, indigenous peoples and traditional communities have priority in the sale. Given this scenario, the research used the qualitative approach to get closer to the research context to achieve the theoretical construction and intermediate with the interlocutors. We applied ethnographic methods, instruments used were the field diary, participant observation and interviews. We relied on the researcher's personal diary since she had worked as a lunch lady, a factor that brought the dialogue and questioning closer. However, the C.E.Q.D.R. lunch ladies are central in ensuring a quality diet for the students, through their work they have an active participation in the community organization mode that is established in the community.

Key words: Quilombola school lunch ladies; school feeding; quilombola school education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|---|----|
| Figura 1 - | Imagem 1 do minhocário no Bairro Cabaraquara e imagem 2 minhocário caseiro. Formação para a merendeira do município de Matinhos..... | 26 |
| Figura 2 - | Horta agroecológica Jardim sensorial no sítio no Cabaraquara/PR..... | 27 |
| Figura3 - | Portal de recepção da C. João Surá com flexão dos artigos <i>a</i> e <i>o</i> para ampliar as identidades de gênero..... | 37 |
| Figura 4 - | Fotografia da encruzilhada que indica o caminho das Comunidades Quilombolas..... | 39 |
| Figura 5 - | Mapa de localização do quilombo João Surá..... | 39 |
| Figura 6 - | Equipe em campo: Glauber Coutinho e Carolina dos Anjos..... | 49 |
| Figura 7 - | Panfletos convidado a comunidade para participar da Semana da Consciência Negra..... | 52 |
| Figura 8 - | Panfleto convidando para a Feira de Sementes..... | 52 |
| Figura 9 - | Grupo de pesquisa Joana de Andrade em campo na comunidade João Surá..... | 53 |
| Figura 10 - | Mapa das comunidades quilombolas no Paraná..... | 56 |
| Figura 11 - | Foto 1: Feira de troca de sementes e sabores. Foto 2: mudas para trocas na feira. Foto 3: Entrega dos alimentos no Programa de Aquisição dos Alimentos durante a pandemia na C.J.S..... | 61 |
| Figura 12 - | Grupos de alimentos da agricultura familiar no PNAE/PR..... | 63 |
| Figura 13 - | Fundamentação legal e objetivos sobre órgãos governamentais, políticas e programas direcionados a comunidades remanescentes de quilombos..... | 66 |
| Figura14 - | Encontro do grupo de pesquisa com Seu Paulico e Dona Aparecida no momento em que pesavam o feijão que nos venderam..... | 74 |
| Figura 15 - | Forno de barro a lenha feito pelos alunos da Educação do Campo UFPR, antiga cozinha do Colégio E. Quilombola Diogo Ramos..... | 75 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|--|----|
| Tabela 1 - | Demonstração de informações do banco de dados..... | 27 |
| Tabela 2 - | Atividades desenvolvidas durante o campo..... | 47 |
| Tabela 3 - | Atividades desenvolvidas durante o campo..... | 51 |
| Tabela 4 - | Representação do número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no estado do Paraná..... | 54 |
| Tabela 5 - | Processos que antecedem a formulação da Lei 11.947 de 2009 no cenário nacional..... | 64 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| A.F | Agricultura Familiar |
| A.R.QB.C.M | Associação de Remanescente Quilombola Bairro do Córrego das Moças |
| A.R.Q.B.J.S | Associação de Remanescente Quilombola Bairro João Surá |
| Art. | Artigo |
| CONSEA | Conselho Nacional de Segurança Alimentar |
| CSN | Companhia Siderúrgica Nacional |
| C.E.Q.D.R | Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| FBSSAN | Fórum Brasileiro de Soberania Segurança Alimentar e Nutricional |
| Fiocruz | Fundação Oswaldo Cruz |
| IBF | Instituto Brasileiro da Floresta |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LOSAN | Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestir e Transsexuais, Queer, Intersex, Assexual. |
| PEAE | Programa Estadual de Alimentação Escolar |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| Pnad | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNSAN | Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PNPCT | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |
| SAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| SEAB | Secretária Estadual de Abastecimento |
| SEED | Secretaria de Educação do Paraná |
| SSAN | Soberania Segurança Alimentar e Nutricional |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista |
| Unioeste | Universidade Estadual Oeste do Paraná |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |

| | |
|------|-------------------------------------|
| UFPE | Universidade Federal do Pernambuco |
| Oaê | Observatório de Alimentação Escolar |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 EXPERIÊNCIA COMO MERENDEIRA E O MUNDO DO TRABALHO..... | 18 |
| 1.2 MEU PRIMEIRO DIA COMO MERENDEIRA | 21 |
| 1.3 VENDO O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA ÓTICA DE QUEM EXECUTA..... | 25 |
| 1.4 DENÚNCIAS RACIAIS: VOLTANDO A COZINHA DA ESCOLA | 30 |
| 1.5 ANCESTRALIDADE: ALIMENTANDO O CORPO, O ESPIRITUAL E GERAÇÕES..... | 33 |
| 1.6 SE A COZINHA NA ESCOLA É SENZALA, ONDE FICA A CASA GRANDE? BRASIL: GÊNERO E RAÇA. | 35 |
| 2 COLÉGIO QUILOMBOLA DIOGO RAMOS - COMUNIDADE JOÃO SURÁ- MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS-PR | 37 |
| 2.1 O CAMINHO ATÉ A COMUNIDADE QUILOMBOLA JOÃO SURÁ..... | 37 |
| 2.2 CAMINHO METODOLÓGICO..... | 41 |
| 2.3 UMA PANDEMIA NO CAMINHO DO PROCESSO ETNOGRÁFICO..... | 46 |
| 2.3.1 <i>Primeiro campo: agosto 2021</i> | 47 |
| 2.3.2 <i>Segundo campo: novembro de 2021</i> | 49 |
| 2.4 TERRITÓRIO DE ESTUDO..... | 53 |
| 2.5 CONHECENDO A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS..... | 56 |
| 2.6 RECEPÇÃO COM COMIDA DE VERDADE: A CULTURA ALIMENTAR DA COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLA DIOGO RAMOS..... | 59 |
| 3 POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ | 61 |
| 3.1 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA .. | 67 |
| 3.2 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO JOÃO SURÁ | 69 |
| 4 SOMOS NÓS AS MERENDEIRAS QUILOMBOLAS CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS MERENDEIRAS DO COLÉGIO DIOGO RAMOS PARA GARANTIA DE SOBERANIA ALIMENTAR | 75 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |

| | |
|--------------------------|-----------|
| REFERÊNCIAS | 88 |
| APÊNDICE..... | 94 |
| ANEXOS..... | 96 |

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa de dissertação a seguir: “Se somos boas merendeiras é porque tivemos bons aprendizados!”: Experiência das merendeiras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e a cultura alimentar no território, pretende-se manifestar o protagonismo das merendeiras no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Sobretudo, conhecer e estabelecer relações com as interlocutoras a fim de entender como o trabalho exercido por elas possibilita a promoção de Segurança Alimentar e Nutricional no território e quais são as maneiras que elas auxiliam no processo educativo na comunidade. É nesse cenário de protagonismo das interlocutoras que a pesquisa se organiza, com o intuito de compreender os conhecimentos das mulheres que vivem na tradição cultural quilombola e atuam como merendeiras no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.

De maneira mais específica, propõe-se: a) Examinar o diálogo com as ex-merendeiras e as atuais do Colégio Estadual Diogo Ramos para identificar os encontros entre/no o trabalho exercido no território quilombola; b) Compreender como a participação das profissionais e membros da comunidade no espaço escolar permite a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE viabilizando a promoção de Segurança Alimentar e Nutricional na comunidade; c) Identificar a partir do diálogo com as interlocutoras a importância da merenda escolar para os estudantes do colégio; d) Discutir aspectos de sua participação na efetivação da soberania alimentar.

Dito isso, a seguir apresentarei a maneira pela qual me direcionei a essa temática, que emergiu nos últimos anos. Para tanto, parte do texto será escrito em primeira pessoa do singular na língua *pretoguesa* para desafiar a proposta decolonial da escrita e me aproximar do diálogo com as minhas parceiras de trajetória. Para Lélia Gonzalez, o “Pretoguês nada mais é do que a marca de africanização do português falado no Brasil”. Então algumas informações que transpassam/atravessam a minha realidade como mulher negra, candomblecista, periférica, ativista, artista e pesquisadora vêm auxiliar neste encontro com as merendeiras do colégio quilombola. Impulsionada pelos escritos da bell hooks questiona-se a única possibilidade dada aos corpos negros em diáspora ao oralizar-se e a alfabetizar-se pela “língua do

opressor" hegemônico e centrado na *persona* colonizador, que se torna a única forma de ser lido, escutado e consolidado.

As palavras me surpreendem e me sacodem, despertando a consciência de um vínculo entre as línguas e a dominação (hooks, 2013, p. 224). Assim como o inglês, língua utilizada pela autora para expressar o seu pensamento, o português padrão é expressão viva da colonização, dominação e conquista, é a faceta concreta da perda da variação linguística que flui do âmago de cada povo que passou pelo rompimento com o território de origem. As quilombolas e negras organizaram-se de forma a conservar formas próprias para se comunicarem entre si. A exemplo disso o senhor Benedito - morador da comunidade quilombola do João Surá - reafirma nas conversas durante a estadia a língua *quilombês* utilizada no território, fruto da re-existência passada oralmente pelos seus antepassados.

Coloco-me dentro da pesquisa pelo curto tempo que desempenhei a função de merendeira numa escola urbanizada. Durante o período em que trabalhei, pude vivenciar o desafio de olhar o serviço para além da magia de transformar os produtos alimentares em comida. Como isso me levou a perceber a profissão para além, e também como profissional articuladoras de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e educadora. Ao modo que todas as decisões do espaço escolar passam pela cozinha, através das conversas das funcionárias ao ir buscar um cafezinho, desabafam a vida pessoal, recebem conselhos e vão em busca de um aconchego. Olho para a cozinha como uma sala de aula, e as companheiras de trabalho como mestres do ensino através da prática alimentar.

Cores, sabores e o cheirinho da comida fresca estão pelo ar. Afinal, - Saco vazio não pára em pé! ou aquele outro ditado - Quem não come não pensa! Estes são uns dos ditados populares que se dedicam a explicar a necessidade de comer para efetuar as atividades diárias e isso inclui as horas que um educando passa no espaço escolar e a necessidade de ter um alimento saudável, de qualidade, com oferta e acesso para toda a população, que possa promover a nutrição e a valorização da cultura alimentar local (CONSEA, 2004).

Antes de assumir o concurso como merendeira, cursei a graduação em Tecnologia em Agroecologia na Universidade Federal do Paraná, nesse período entrei em contato com a temática da SSAN e com o movimento de mulheres negras no estado do Paraná. Em seguida fui entrelaçando o ativismo e conhecimento até conhecer uma rede que atua no âmbito nacional e internacional desenvolvendo

pesquisas, denunciando a situação de insegurança alimentar que vive a população negra. Foi então, que ao final da graduação construí dois materiais em conjunto a Rede Mulheres Negras do Paraná e curso de nutrição da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como resultado do projeto de aprendizagem: o documentário “*Olhar as mulheres negras sobre comida de verdade*” e a cartilha “**Saber de cor** *Olhar e viver das mulheres negras do Paraná sobre direito a território, alimentação adequada e soberania alimentar*”, estes foram os primeiros trabalhos que me levaram ao encontro e dedicação a pensar como incidir em espaço decisivos para a garantia da política de SAN.

Meu primeiro contato com atividades no espaço escolar foi durante a graduação, no projeto de extensão *Traços Culturais da Ilha dos Valadares* nos empenhamos em ensinar através das hortas agroecológicas os traços da cultura caiçara. Foram anos trabalhando com os educandos da escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Sully da Rosa Vilarinho no município de Paranaguá. Contudo, vivia um pouco os elementos que me levaram no ano de 2018 após o Golpe no governo da primeira presidenta mulher Dilma Rousseff, assistindo aos prenúncios da instabilidade política, econômica e social que o brasileiros iriam se sujeitar. Penso que a disputa por ideais políticos se faz necessário nas origens democráticas, desde que essa disputa se cunhe em abordagens das ideias e práticas e que não rompam com as raízes sociais. A disputa deve ocorrer entre cidadãos livres. Era um momento difícil, pois a desestabilização que viria a alcançar a população brasileira, acontecia no momento em que eu ao me re-aproximaria das pessoas que no momento eu tinha como ação exigir os direitos.

O Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, o segundo colégio quilombola do Paraná, tem por referência o modo como acontece o processo educativo. Sendo primordial para o aprendizado a construção coletiva, que tem como episteme o bem viver comunitário e a garantia das futuras gerações no território (Moreira, 2020). Vemos isso ao conhecer a história do primeiro professor da comunidade que posteriormente vem a dar o nome do colégio, Diogo Ramos educava através de artefatos da natureza. Segundo os mais velhos da comunidade, Diogo Ramos ensinava a escrever com um pauzinho de ponta, na casca do palmito juçara (Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2016).

O professor Diogo Ramos transmitia no ensinamento a importância de educar através dos alimentos, seja ele nutrindo o corpo físico quanto nutrindo o

conhecimento. Ele era filho de uma mulher escravizada da região de São Paulo, estudou na França e ao retornar buscou o interior do estado, onde culminou no seu retorno ao quilombo João Surá.

Para perceber as ações das merendeiras do quilombo, nos apropriamos da abordagem qualitativa que permite acessar recursos nos espaço/tempo da comunidade (Geertz, 1988). A partir deste acesso vamos de encontro às vozes das interlocutoras, para potencializar a escuta destas. Utilizamos as ferramentas para coleta de dados da pesquisa, o caderno de campo, as entrevistas semi-estruturadas. Destaco que durante o processo de pesquisa fomos descobrindo outras potencialidades a serem relatadas como o diário pessoal da pesquisadora e o espaço de reuniões online.

Finalmente, no primeiro capítulo, reavivamos as partes do diário pessoal que descrevem alguns momentos durante a profissão. INTRODUÇÃO- MERENDEIRAS E O MUNDO DO TRABALHO, têm por prioridades tratar as maneiras que fui me constituindo na profissão, a percepção do trabalho desenvolvido, as dificuldades e as situações vividas de racismo estrutural.

O segundo capítulo propõe apresentar o território da pesquisa, o encontro com o território intitulado COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS - COMUNIDADE QUILOMBOLA JOÃO SURÁ, apresenta os caminhos da leitura para a experiência do encontro com a comunidade.

No terceiro capítulo desenvolve-se de maneira teórica os componentes históricos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e os caminhos para a Soberania Alimentar.

No quarto capítulo, SOMOS NÓS AS MERENDEIRAS QUILOMBOLAS CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS MERENDEIRAS DO COLÉGIO DIOGO RAMOS PARA GARANTIA DE SOBERANIA ALIMENTAR. será apresentado a densidade das entrevistas com as interlocutoras.

1.1 EXPERIÊNCIA COMO MERENDEIRA E O MUNDO DO TRABALHO

Exerci a profissão de merendeira no período de 2019 a 2020, aproximadamente por dez meses. Sinto-me sempre escrevendo sobre mim, mas esse mim contém muitos outros. Então, escrevo de um coletivo sobre a coletividade

(Nascimento, 1974). Este é apenas o início da interlocução a ser construída durante a pesquisa conjuntamente às merendeiras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos a fim de estabelecer uma relação com a experiência entre nós (Viveiro de Castro, 2002)

Ao terminar a graduação buscava um espaço consolidado no mercado de trabalho, mas em conjunto com o processo de Impeachment do governo Dilma Rousseff que desestabilizou os acessos a mercados de trabalho vinculados à agricultura familiar, agroecologia dando maior espaço à crescente liberação dos agrotóxicos. Nessa ventania de emoções e cenário sociopolítico ambiental tinha-se a vontade incessante de continuar estudando.

Eu sou nascida na cidade de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro, uma cidade que falta cor na paisagem, banhado pelo minério de ferro, a cidade é decorrente do desastre socioambiental pós-guerra fria. Na origem a composição familiar característica da população negra com um irmão, uma irmã geridos pela matriarca. Esta exerceu o trabalho como empregada doméstica, cozinheira, passadeira e desempregada. Passou muito tempo trabalhando sem direitos legais e sem carteira assinada, fruto dos tempos da escravização.

A margem norte do rio constrói a identidade sócio racial de uma mulher negra e periferizada. Nós mulheres negras somos colocadas na base da pirâmide social, da desigualdade, no instante em que o machismo e racismo unem-se, dá a nós o espaço hierárquico abaixo dos homens negros e das mulheres branca, assim as opressões se sobrepõem no mesmo corpo. Essa sobreposição de desigualdade atrelada à divisão de classe social, marca socialmente o lugar imposto aos nossos corpos (Collins, 2017).

O Brasil segundo o IBGE (2010) apresenta 51% da população negra, dentro deste quantitativo temos 28% de mulheres negras no total de brasileiros. Portanto quando se olha para a questão da empregabilidade e escolaridade as mulheres negras ocupam a menor escala e desenvolvem o serviços manuais (Gonzalez, 2020) com baixa remuneração, dentre as quais muitas dessas mulheres negras chefiam os núcleos familiares (PNUD, 2019).

Segundo Lélia Gonzalez, em meados da década de 80 a força de trabalho feminino estava localizado nos setores de prestação de serviço, social e do comércio de mercadorias, estes foram ampliados a partir da modernização em razão da necessidade de aumentar a força de trabalho. Sendo que, na época, cerca de 69%

das mulheres negras trabalhavam na agricultura e na prestação de serviços, isso significa que as mulheres brancas estavam em maioria em serviços comerciais e atividades sociais, aquelas que necessitavam de *boa aparência*, ou seja, a aparência branca. Outro aspecto importante para pensar, são os direitos trabalhistas não obtidos por estas mulheres negras durante os anos de trabalho, nesse sentido 40% delas apresentavam carteira assinada em comparação à 60% das mulheres brancas. O que seria a não pertença e necessidade de direitos, ou a negação do feminismo eurocêntrico (*branco*) que ao lutar por direitos e acessos igualitários, invisibilizou o trabalho das mulheres negras.

As políticas públicas voltadas às ações afirmativas as vagas das universidades públicas instituídas pela Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, às universidades federais passam a ter a reserva de 50% das vagas destinadas a grupos sociais que passaram por processos de invisibilização, sendo assim políticas sociais compensatórias, que através das intervenções do Estado (Oliveira, 2016) permite o acesso aos espaços decisórios e que envolvem a demanda da sociedade civil. Os grupos sociais são atendidos por políticas diferentes, mas que se integram, os negros – na universidade (atendidos por cotas raciais), estudantes de escolas públicas (atendidos por cotas sociais) e indígenas (atendidos em alguns casos por vagas suplementares e em outras instituições pelas cotas) (OLIVEIRA, 2016, p.19).

Para tanto, as políticas públicas no âmbito do acesso à educação resultaram em mudanças consideráveis no cenário social e intelectual das mulheres negras, como por exemplo a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que constatou que as mulheres negras autodeclaradas pretas e pardas correspondem a 27% das estudantes do ensino superior público (PNAD,2019). Caminhos como a formação étnico racial que permite a autodefinição em conjunto a políticas de acesso singulariza a efetivação dessa porcentagem. Esta ainda que tardia exprime a realocação do espaço de algumas mulheres negras para de garantia de direito.

Venho a me somar no grupo dessas mulheres negras ingressantes na graduação e pós-graduação pelo sistema de ações afirmativas, ou gentilmente apelidado de “Cotas”. Dentro desse contexto, atuo nas bancas de auto-heteroidentificação ininterruptamente desde 2016 participando da “*Comissão Especial de autodeclaração de candidatos a processos seletivos UFPR autoidentificados*” pretos e pardos (CEV-PP). Percebe-se nas falas dos concorrentes e ingressantes

negras(os) o reconhecimento dos pares durante a banca. Ainda é necessário expandir para outros espaços, como o da empregabilidade, política, e representações internacionais para aproximar de equidade. Empoderando e promovendo a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outras da população afrodescendente.

Contudo, estamos a passos curtos do cumprimento dos objetivos visto que a população negra passa pelo genocídio da juventude, empobrecimento, insegurança alimentar e baixo índice de seguridade.

1.2 MEU PRIMEIRO DIA COMO MERENDEIRA

Uma chuva intensa e fina caía pela rua da cidade, este é o cotidiano da vida das pessoas que moram em meio ao Bioma Mata Atlântica, ecossistema da floresta ombrófila densa (Instituto Brasileiro de Florestas, 2017). O litoral do Paraná mantém a maior faixa contínua preservada da Mata Atlântica, do outro lado tem-se o oceano Atlântico, o fenômeno de alta intensidade de chuvas na região litorânea é causado pela formação da costa rochosa que impede a entrada das nuvens no continente, resultando no alto índice pluviométrico durante o ano, este é o cotidiano matinhense. Meus passos iam de encontro ao espaço que articulava a prática e os poucos anos de estudo e ativismo nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, gênero e raça.

Este seria o lugar que me colocaria em *práxis*¹ educativa, a ação e reflexão sobre o conhecimento adquirido naqueles espaços ocupados anteriormente, que também me colocou em testes diariamente de *Ser uma Mulher Negra*. Segundo Chimamanda Ngozi Adichie “se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal” (ADICHIE, 2015, p. 16). As palavras da Chimamanda, assim como as de Carolina de Jesus, seguiam os dias de trabalho. Não é fácil cozinhar quatro refeições diárias, em um curto tempo com critérios exigidos pelos cardápios feito pela nutricionista, garantindo os nutrientes necessários segundo consta na resolução nº 06, DE 08 de Maio de 2020, que regulariza a aquisição dos gêneros alimentícios, incluindo o planejamento do cardápio pelas nutricionistas responsáveis (Programa

¹ A utilização do termo *práxis* no texto para relacionar a ação/social que o trabalho das merendeiras tem dentro do espaço escolar.

Nacional de Alimentação Escolar, 2020). Então, como diz o ditado: “- se vira neguinha!” Em pouco menos de duas horas o arroz, feijão, carne, dois legumes variados, salada e sobremesa precisam estar prontos, pois as crianças têm fome. Todos os dias era a mesma correria para duas mulheres negras na cozinha: eu e a auxiliar de limpeza. Aquele espaço juntava um pouco da pluralidade das mulheres negras, conquistas e tradições das ancestrais.

Depois de ter me apresentado para a Secretaria Municipal de Educação, me direcionei para a escola que assumiria o cargo. Nesse dia me senti com muito medo, medo de quem eu fosse encontrar na cozinha. Sempre escutei que as merendeiras mais antigas das escolas apresentavam o perfil estereotipado de mulheres nervosas. A estereotipação do corpo de mulheres negras percorre a travessia dos Mares, fruto dos processos coloniais pelo mundo. Com a retirada das mulheres negras do território de existência, seu corpo é transmutado ao território da violência, que conflui em histórias como a da artista Vênus Negras que enganada migra para o continente europeu para ter seu corpo exposto para homens e mulheres se apropriarem dele. Consigo carregar a beleza e o silêncio. Como é suportar tamanha dor em ter seu corpo colocado ao vexame? Ao pressuposto da anomalia, da loucura, dos nervos expostos. O processo de alteridade neste caso está distinto partindo que o outro, a Vênus Negra é desigual ao central, no caso a etnia opressora.

As merendeiras mais antigas são estereótipos de mulheres nervosas submergidas da individualização do *eu*, como o *status quo* divergindo da alteridade, da interdependência dos indivíduos, de olhar para o trabalho desenvolvido com pouco recurso e mão de obra. Para elas aquele espaço era tão sagrado a ponto de ninguém poder “se meter na cozinha”, esse mistério me percorreu durante todo meu tempo como estudante de escola pública. Eu, uma criança, adolescente com muitas restrições sempre tive como amigas as merendeiras das escolas, via nelas o aconchego, a representatividade e o cuidado. As merendeiras das escolas que estudei sempre me possibilitaram beber água do filtro de barro. Isso mesmo! Esse era o maior privilégio das escolas em que cursei a escolaridade: beber água do filtro de barro. Para isso tinha que ter “o contato com a chefe das merendeiras”, então com meu *jeitinho dócil* sempre adentrava o espaço da cozinha para conversar, perguntar como elas estavam e elogiar a comida. Ao final era feito o pedido: - Tia, posso beber a água do filtro? As respostas já se imaginam... saía numa alegria, havia conquistado mais um dia naquele espaço, se não era bem quista na escola pelos outros funcionários, a

cozinha eu dominava o espaço, pois ali tinha verdadeiros laços de carinho e representatividade. Desde criança somos encorajadas a acreditar que a sala de aula é um espaço democrático (hooks, 2013, p. 235) que somente o desejo de aprender impulsiona a permanência no local um lugar sem julgamentos e equânime. É neste espaço equânime que acontecem as maiores violações de direitos, o espaço em que crianças negras são vexamizadas por sua origem e religião. As crianças negras ainda nos primeiros anos letivos precisam lidar com o racismo e os danos causados pela prática. Mas bem, eu não contei o porquê não tomava água com os outros estudantes. O colégio está localizado na cidade de Volta Redonda.

Volta Redonda faz parte do estado do Rio de Janeiro, que atualmente apresenta aproximadamente 274 mil habitantes (IBGE, 2010). Mais precisamente ao território conhecido por Cidade do Aço, ou Volta Redonda que tem como lema em latim *Flumen Fulmini Flexit*, ou seja, "o rio ante o raio dobrou-se". Esta é bastante conhecida pela política de industrialização do ex-presidente Getúlio Vargas que inaugurou uma nova fase nas relações entre Estado e economia no Brasil; um dos resultados, pós segunda guerra mundial, foi a efetivação do projeto da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Segundo Antônio Bispo, tanto os centros urbanos quanto os rurais passaram por modificação posterior à Segunda Guerra Mundial, se instalava outro ciclo econômico resultante do lixo da guerra, os aditivos químicos se tornaram agrotóxico para a agricultura dando a ela o nome de Revolução Verde, aos centros urbanos a tecnificação da mão de obra, sendo assim na negociação com o presidente Getúlio Vargas dar ao povo educação, esta que desqualifica a tecnologia tradicional. O modelo escolar oferecido por estes, acelerou o processo do êxodo rural para atender as necessidades das indústrias que vinham surgindo.

Fruto deste modelo a cidade foi construída estrategicamente pelo chefe de estado, coordenadores nacionais e internacionais. Através do território do antigo distrito Santo Antônio de Volta Redonda corria uma malha ferroviária que cortava três estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; a instalação da CSN no local trouxe ganhos econômicos para o país, atraindo migrantes do sul de Minas Gerais para construção da cidade. Os desastres ambientais por vazamentos de metais pesados sempre fizeram parte da paisagem da cidade, tanto quanto aos olhos e pulmões dos nascidos. Por ter como produto final o aço para exportação, tanto a população quantos os rios diariamente eram contaminados pelos folículos de aço

espalhados no ar e na água. Os problemas decorrentes da alta exploração do território levou a cidade a ser a segunda maior poluidora do estado, perdendo apenas para cidade do Rio de Janeiro.

De fato, beber água do filtro de barro naquele colégio era um dos maiores privilégios conquistados, por mais que se saiba que a contaminação por metais pesados não é eliminada por processos de filtração. O privilégio se dava no campo do reconhecimento de pares.

Segundo Paulo Freire, “os momentos que vivemos ou são instantes de um processo anteriormente iniciado ou inauguram um novo processo de qualquer forma referido a algo passado” (FREIRE, 1992 p. 28) esse retorno à infância é importante para aguçar em mim o espaço tão significativa na educação com as merendeiras desde muito cedo. Carrego meu enorme carinho, respeito e agradecimento por nunca terem me deixado beber a água coletiva e para além ter me ensinado que a educação não está apenas no quadrado da sala de aula e que elas se faziam educadoras dentro daquele espaço.

Estas são experiências que permeiam as estratégias desenvolvidas para sobreviver o espaço escolar, no intuito de compreender os caminhos que me deram referências durante o percurso do trabalho que havia escolhido. Retorno a sensação de primeiro pisar na escola que seria meu lugar de trabalho, no peito existia um aperto, uma mistura de medo, ansiedade e vontade de fazer a melhor comida para os estudantes. Pela primeira vez eu viria trabalhar de forma prática com a alimentação escolar.

A alimentação escolar é direito dos estudantes da educação básica pública e dever do Estado, e tem por diretrizes: o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares; a universalidade do atendimento; a participação da comunidade no controle social; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos e o direito à alimentação escolar, visando garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes, com acesso de forma igualitária (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE MAIO DE 2020(BRASIL, 2020).

A escolha pelo concurso se deu pela familiaridade com o espaço da cozinha, já que mulheres negras têm uma taxa maior de atividades nesse setor profissional (Gonzalez, 2020) Tais mulheres sempre ocupam trabalhos que exigem esforço físico e mental em diferentes espaços de atuação, como na casa de família, e na própria casa.

Considerando as desigualdades raciais, em 2009, 20,2% das crianças brancas entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches, em relação a apenas 16,7% de crianças negras (Ipea, 2011). A escola é o espaço que tem maior número de educandos que se alimentam na escola, o programa de alimentação escolar possibilitou o acesso equânime à alimentação, tirando as crianças do quadro de desnutrição. Segundo os dados produzidos pelo Observatório da Alimentação Escolar - Óaê, cerca de 85% dos educandos analisados se alimentavam no espaço escolar, sendo que 66% se autodeclararam negras(os) na pesquisa (Óaê, 2021).

Conduzir o preparo dos alimentos é um ato político, visto que aquele alimento poderá ser o principal nutriente do dia de alguns educandos que passam por situação de vulnerabilidade social. Isto ficou nítido durante as férias, quando retornaram alguns dos estudantes que tínhamos conhecimento sobre a dificuldade financeira da família, estes retornaram com baixo peso. As merendeiras mais experientes afirmaram que todo retorno das férias ocorre esse fato.

1.3 VENDENDO O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA ÓTICA DE QUEM EXECUTA

A alimentação escolar no município de Matinhos no segundo semestre de 2019 tinha aproximadamente 53 itens² de alimentos adquiridos da agricultura familiar. A nutricionista responsável pela merenda participava das discussões, do Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional. A necessidade do diálogo com as merendeiras para a aceitabilidade dos produtos advindos da agricultura familiar de base agroecológica e orgânica. Parte das profissionais questionavam a presença de

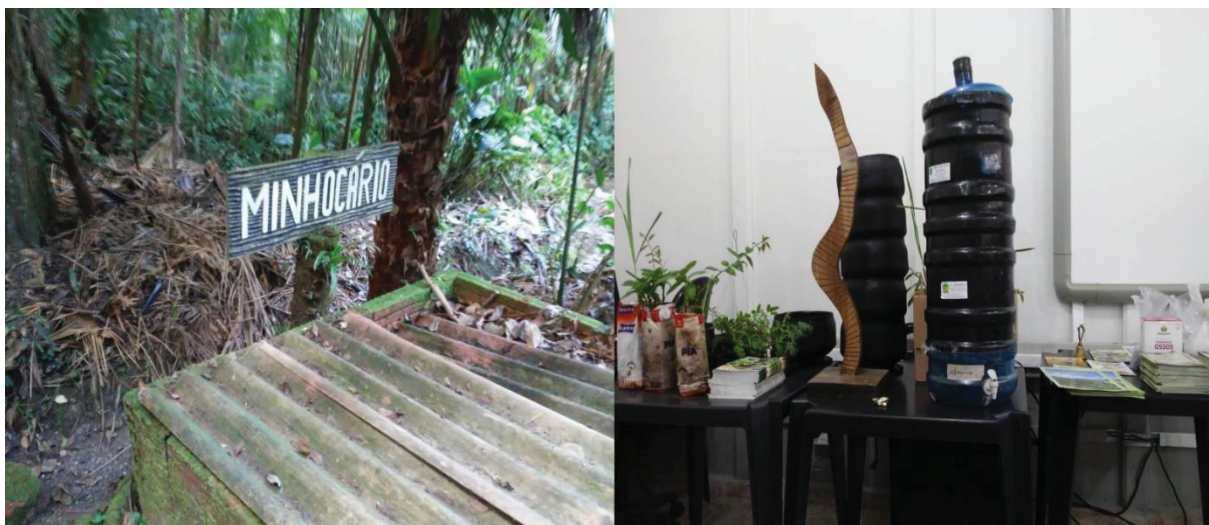
² Dentre os itens estão os grupos das hortaliças, grãos, frutas, legumes, doces, bebida láctea, polpas e temperos. Todos especificados no ANEXO I - PLANILHA COM QUANTIDADES na chamada pública para pessoas físicas ou cooperativas inscritas no Programa Nacional de Agricultura Familiar, para fornecimento de produtos e gêneros alimentícios. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. FONTE: <http://ti.matinhos.pr.gov.br/licitacao>.

resíduos orgânicos junto aos produtos, má uniformidade dos alimentos e insetos. Era necessário formar as profissionais para explicá-las a diferença entre alimentos livres, sem venenos, para dar continuidade a aquisição dos alimentos. Para tanto foi proposto pessoas envolvidas com agricultura agroecológica na semana de formação com as merendeiras. Educador agroecológico Chico Minhoca, que desenvolve formação para crianças na região do manguezal com a proposta dos jardins sensoriais, e passeios em propriedades agroecológicas a fim de estabelecer a proximidade entre os produtores e consumidores. Outro profissional formador que participou conosco foi o chefe de cozinha Eduardo, que ensinou a trabalhar com reaproveitamento dos alimentos e temperos do dia a dia.

No exercício da profissão, escutei das companheiras as reclamações apontadas a gestão da merenda. Percebe-se que para a inserção dos alimentos agroecológicos na alimentação diária do educando é necessário o processo formativo e a sensibilização das profissionais da cozinha. É necessário agradar o paladar, otimizar o tempo de preparo da comida para as cozinheiras.

Portanto, a necessidade de diálogo entre os gestores, profissionais e produtores para que se construa uma aquisição torna-se evidente ao vivenciar o cotidiano e diálogo com outras merendeiras. Na medida que o processo agrícola que padronizou o formato, tamanho e características físicas dos alimentos normatizou a rejeição por alimentos sem agrotóxicos.

Figura 1 - Imagem 1 do minhocário no Bairro Cabaraquara e imagem 2 minhocário caseiro. Formação para a merendeira do município de Matinhos.



Fonte: Acervo da autora (2021).

Figura 2 - Horta agroecológica Jardim sensorial no sítio no Cabaraquara/PR.



Fonte: Acervo da autora (2021)

Durante a elaboração da pesquisa realizou-se um levantamento das teses e dissertações a fim de encontrar trabalhos relacionados às merendeiras quilombolas. Para tanto utilizou-se a plataforma de busca bibliográficas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações através dos descritores: Merendeiras Quilombolas; Merenda Quilombola e Merendeiras Negras.

Tabela 1 – Demonstração de informações do banco de dados

| AUTORA(O) | TÍTULO | PALAVRA-CHAVE | INSTITUIÇÃO | ANO | TESE OU DISSERTAÇÃO |
|--------------|---|--|-------------|------|---------------------|
| Bruna Cassol | O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura familiar no município de Guaraniaçu, no período de 2003-2015: um estudo de caso | Merendeira Quilombola e Merenda Quilombola | UNIOESTE | 2019 | Dissertação |

| | | | | | |
|--------------------------------|--|--------------------------|---------|------|-------------|
| Robson Nunes da Sillva | A merenda escolar sob o olhar da governança: a sustentabilidade na zona rural de Junqueiro- AL | Merenda Quilombola | UFPE | 2013 | Dissertação |
| Thiago Reis | Avaliação da sustentabilidade de estabelecimentos agropecuários participantes do PNAE no município de Tupã - SP | Merenda Quilombola | UNESP | 2018 | Dissertação |
| Ana Cláudia da Silva Pereira | Custo aluno- qualidade para escolas do campo da Amazônia tocantina: direito ao acesso e permanência com padrão de qualidade | Merenda Quilombola | UFPA | 2018 | Tese |
| Fátima Machado Chaves | Vidas que se esvaem: experiências de saúde dos funcionários escolares em situação de trabalho. | Merendeiras Negras | Fiocruz | 2004 | Tese |
| Fátima Machado Chaves | "O trabalho de serventes e merendeiras em escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro" | Merendeiras Negras | Fiocruz | 1998 | Dissertação |
| Andréia Oliveira Sancho Cambuy | Comidoria em João Surá: O sistema Alimentar como fato social total. Estudo etnográfico | Alimentação do João Surá | UFPR | 2011 | Dissertação |
| Glasielle Andrade de Matos | Entre Sabores e Saberes: Comida Típica da Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos | Alimentação do João Surá | UFPR | 2019 | Artigo |
| Fátima Machado Chaves | Outros olhares em escolas públicas: as relações sociais de trabalho sob a ótica de merendeiras e serventes. | Merendeiras Negras | Fiocruz | 2000 | Artigo |

Fonte: A autora (2022).

Ao realizar a pesquisa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, percebeu-se o baixo número de produções científicas dedicadas a tratar da temática das merendeiras quilombolas, quando encontrada as produções estão no âmbito da formação continuada feita pelo órgão gestor do programa de alimentação escolar (prefeituras e estados). Para afunilar a busca para leitura das bibliográficas a leitura dos títulos, palavras-chaves e resumo. Dois trabalhos se destacam durante a filtragem *“O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura*

familiar no município de Guaraniaçu, no período de 2003-2015: um estudo de caso” autora Bruna Cassol que durante a busca com os descritores Merendeira Quilombola e Merenda Quilombola aparecem duas vezes neste caso quando lido o trabalho na íntegra que contém as entrevistas com as merendeiras, a temática tratada se refere a qualidade dos produtos distribuídos da agricultura familiar para a merenda escolar, escrito ao envolvimento da formação dos hábitos alimentares saudáveis a partir da inserção destes (Cassol, 2019):

O depoimento das merendeiras confirma a aceitabilidade dos alimentos da AF por parte dos alunos. Uma delas relata: *“Eu acho que os alunos gostaram mais da merenda; gostam mais quando vêm frutas, ficam mais faceiros (...) quando não vêm eles perguntam* (Entrevistada I, merendeira) (Cassol, 2019, p. 121).

Sabe-se que o eixo do trabalho da autora se estrutura em analisar o PNAE, e a relação com Agricultura Familiar em duas escolas do município de Guaraniaçu/PR. Diferindo do propósito da presente pesquisa construída por nós que se joga a olhar o trabalho das merendeiras quilombolas como fundamental para a garantia de SAN no território.

Fátima Chaves na sua pesquisa de doutorado *“Vidas que se esvaem: experiências de saúde dos funcionários escolares em situação de trabalho”* questiona: Na verdade, o que significa ser merendeira e servente em escolas públicas municipais das cidades urbanas periféricas? Apontando as condições sociais e de racial das merendeiras de forma a ser exposto a precariedade do trabalho nos corpos das mulheres negras. (Chaves, 2004) apresenta a reflexão na centralidade das mulheres negras na relação do trabalho com as desigualdades socioeconômicas, em sua transversalidade com as raciais e as de gênero na qual contribuem para o processo saúde/doença de serventes e merendeiras. Portanto, os dois trabalhos quando aprofundados na leitura mostram que ainda assim as merendeiras estão associadas às péssimas condições de trabalho, baixos salários sendo ocupados por mulheres negras, mas não apontam o trabalho desenvolvido em escolas quilombolas e por mulheres quilombolas.

Dito isso, reforço que a busca por novos trabalhos que pudessem dar suporte a referida pesquisa continuou, durante a banca de qualificação foram indicadas algumas autoras que trabalharam na comunidade do João Surá pesquisando a relação e tradição alimentar. Estas vêm a contribuir com a pesquisa atual.

A pesquisa de dissertação da Andreia Cambuy, “*Comidoria: o sistema alimentar como um fato social total no João Surá*” tem por objetivo discorrer sobre como o sistema alimentar de João Surá mostrou ser um fato social total, em que a dinâmica social, da produção até o consumo de alimentos, revela informações sobre a totalidade da comunidade.

1.4 DENÚNCIAS RACIAIS: VOLTANDO A COZINHA DA ESCOLA

Precisei desenvolver algumas estratégias para adentrar o espaço conquistado através do concurso público, ora me vinha, em meio a ansiedade o receio de não ser aceita no espaço, a questão de ter uma graduação me afligia por talvez terem uma visão pré-estabelecida, que poderia influenciar na execução do cozinhar, até mesmo o receio das outras funcionárias imaginarem que estava fiscalizando a execução dos trabalhos na escola. A ideia era tentar passar despercebida, para exercer da melhor forma a profissão de merendeira, outra coisa me destacaria naquele lugar, seria mais latente do que qualquer outra coisa: **a minha cor gritou no primeiro passo que dei naquela escola**. Junto ao pisar tinha uma mulher negra e era para aquele espaço apenas um corpo negro sem nenhum histórico, ativismo ou formação. Vilma Piedade (2017) ao criar o conceito de *Doloridade* vem agrupar ao conceito consolidado de *Sororidade* utilizados pelas feministas brancas, já *doloridade* decorre de uma circularidade ubuntu, da decolonialidade a fim de romper com paradigmas epistêmicos ocidentais, ou seja, contém “as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta” (PIEADADE, 2017, p.16). Nossa presença interpela a noção de sororidade que pretende unir, irmanar, mas que não basta para nós mulheres pretas e jovens (PIEADADE, 2017, p.17).

Assinei toda a documentação na escola, conheci meu setor de trabalho. A companheira de trabalho também era uma mulher negra, de religião de matriz africana, com seus quase 60 anos que criou seus filhos sozinha. Cumprimentei ela em meio ao horário do almoço, e disse que retornaria no dia seguinte, pois precisava organizar mais alguns documentos e afazeres.

O segundo dia começou cedo, às seis horas e cinquenta minutos da manhã, estava eu pronta para assumir a cozinha da escola. O cardápio do dia: frango, arroz, feijão e salada. Existia uma admiração no meu olhar em poder alimentar cada criança, outro admirar se deu ao abrir o armário e perceber que quase 70% dos alimentos

vinham da Agricultura Familiar, respeitando a lei 11.947, de 2009, do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Arregacei as mangas e comecei a cozinhar, com orientação da companheira de trabalho e os conhecimentos passados pela minha mãe.

Exercer a profissão foi muito importante para perceber a dimensão do território *Cozinha*. Território - cozinha com território em disputa constante, sempre pronto a ser conquistado. Quem faz a melhor comida? Como fazer mais rápido? Entre outros desafios que vão aparecendo durante o dia.

Esse território em disputa se apresentou para mim ao ir adquirindo a confiança, o carinho e o carisma de todas que trabalhavam na escola. Os ensinamentos adquiridos durante meu tempo como estudante quando adolescente, aquele que usava para poder estar com as merendeiras, e serem aceitas no espaço escolar. Com o ganho da confiança de fazer o melhor risoto, descobri que surgiram vários burburinhos entre os funcionários durante o período que adentrava o território, dois deles quero trazer para discutir de forma conceitualizada: mulher negra na cozinha é limpinha? cozinha o espaço da senzala na escola?

Ela é limpinha?

As narrativas de mulheres negras no contexto da alimentação descendem do conhecimento passado por anos por suas progenitoras, que de certa forma trabalharam em diversos lugares onde o principal meio econômico e de subsistência era através da comida. A exemplo disso são as quitandeiras, as cozinheiras das escolas de samba e as baianas dos acarajés, espaços muitos das vezes de maior prestígio dentro do grupo étnico. Essas que consigo detêm a tradição do manejo dos alimentos e aporte da memória coletiva e individual, mas que se confundem quando externalizado a grupos colonizadores ou impregnados pela colonização, que as visualizam e impõem a essas mulheres, ora rainhas, ora sujeitas aos piores espaço econômicos.

Nos bastidores dos elogios dos pratos de comida servida, perguntaram a minha companheira de trabalho.

- Ela é limpinha? Podemos comer a comida?

No momento que soube da pergunta, fez com que refletisse o espaço ocupado por mulheres negras, o significado da limpeza para nós. Sabe o que é para mulheres negras, candomblecistas, serem limpas durante a feitura das comidas? Ser limpinha, vinha junto de uma história ancestral e não vinha apenas para confirmar a

confiabilidade da comida, mas para demarcar um espaço da subalternidade expressa nas mulheres negras.

É isso, mas não simples assim, pro feminismo, pra sociedade brasileira! Pra ser Dialógico Interseccional, o Feminismo precisa mudar ainda mais a cor, ficar mais preto. São muitos tons de Pretas. Entender por que razão determinados grupos estão mais expostos a trabalhos mais pesados, doenças, moram em bairros periféricos, acessam menos serviços, recebem salários menores, possuem baixa escolaridade ou, às vezes, nenhuma (PIEADADE, 2017, p. 25).

Há espaços educacionais de nível fundamental, em sua maioria são compostos por mulheres. Muitas dessas profissionais estudaram em cursos de graduação em pedagogia ou no antigo magistério. A pedagogia é a profissão com maior nível de empregabilidade entre as docentes, podendo assumir espaços de coordenadoras pedagógicas ou professoras do ensino básico fundamental 1. Mesmo sendo um espaço por maioria feminino a questão racial impera sobre os cargos ocupados. O que hierarquiza as outras mulheres que ocupam o mesmo espaço, quais são os processos de ascensão que possibilita diferenciar uma da outra? Kimberlé Crenshaw discorre sobre a discriminação vivenciada por mulheres negras pela sobreposição dos marcadores sociais de gênero e raça. Esse corpo sofre o distanciamento do todo interdependente de outro corpo. Seria “ser limpinha” gera o afastamento de todo corpo central hegemônico, diferido pelo comportamento prejudicado da sociedade racista.

Segundo Crenshaw (2014) no Brasil a interseccionalidade adquire conotação específica, por ser estruturante da sociedade brasileira está na interrelação do gênero e raça que define a desigualdade social. Mesmo que esteja ocorrendo a articulação para que esses marcadores sejam rompidos para que se tenha a democracia com redução da desigualdade, traços marcantes da colonização ainda são vista como o gênero que sobrepõe a raça.

A autora nos leva a interpretação de três maneiras de discriminação: por grupo específico, mista e estrutural. A discriminação contra grupos específicos “é um tipo de discriminação que acontece com grupos de mulheres específicas, determinada pelo seu contexto social de gênero, a discriminação mista ocorre na combinação dos efeitos raciais somados ao gênero, contudo ela apresenta a discriminação estrutural que combinada com todas as outras, irá influenciar marginalizando as mulheres assim as colocando na base da sociedade.

Carla Akotirene (2019) traz para nós a reflexão das interseccionalidades no aspecto da encruzilhada, na qual:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras (AKOTIRENE, 2019, p.16).

O adjetivo limpo, que se torna verbo, ação de limpar e retirar toda a impureza, sujidade, mancha e a cor. Está incutido nesse redundante adjetivo uma experiência de vida para uma população que vivencia o impedimento de transitar livremente nas ruas.

A educação para brancos e negros é desigual no Brasil, segundo dados do PNUD (2019). Os brancos concentram os melhores indicadores e é a população que mais vai à escola, conclui o estudo. [...] As desigualdades sociais são reforçadas na educação. A taxa de analfabetismo é 11,2% entre os pretos; 11,1% entre os pardos; e, 5% entre os brancos.

Contudo, ter nas mãos a confiabilidade de transformar os produtos em alimentos, passa por uma tradição da classe subalternizada, que com pouco desenvolveu tecnologias avançadas, receitas surpreendentes e iguarias alimentares. É no cotidiano da cozinha que se gera tecnologias capazes de re-existirem a colonização, saindo do espaço de subalternização para de transgressão social

1.5 ANCESTRALIDADE: ALIMENTANDO O CORPO, O ESPIRITUAL E GERAÇÕES

Na cosmogonia dos povos afropindorâmicos o modo de vida e pensamento são circulares, um pensamento de começo, meio e começo, sendo assim um pensamento que não finaliza (Santos, 2020). A dimensão *cozinha* para pessoas do candomblé não está no cunho de apenas encher o “bucha” com alimento. A cozinha para uma casa de terreiro é representada pela dimensão de poder espiritual, circulação de pensamentos e criação.

Os orixás se alimentam dos preparos feitos na cozinha do candomblé e são oferecidos primeiramente a eles, depois aos filhos e a toda uma comunidade. O

fundamental de um ilê é a comida, as folhas, o axé. Como diz o afoxé “*sem folha não tem orixá*”, sem comida também não.

No ano de 2017 tive a oportunidade de realizar um documentário “*Olhar das mulheres negras sobre comida de verdade*” disponível na plataforma do youtube. Este material foi resultado do projeto de aprendizagem da conclusão da graduação em Tecnologia em Agroecologia pela Universidade Federal do Paraná, setor Litoral. Retornando, digo que tive a oportunidade de editar a entrevista da Mãe Marina de Tunie³ e sua Ojoiye Iyalo Angela, duas mulheres negras que lideram um terreiro na cidade de Foz do Iguaçu/ PR. Quando perguntada a elas sobre: O que é comida? Elas dizem que a comida deve ser feita com carinho pois alimenta a alma. Relatam que existe “*todo um processo para fazer a comida, que se deve mexer os alimentos em sentido ao coração, existe o cuidado da comida ser limpinha e enfeitada bonita porque primeiro come a Orixá, depois os filhos da casa e os convidados*” (OJOIYE IYALO ANGELA, 2017, entrevista).

No terreiro de candomblé existe um cargo específico para as mulheres guardiãs da cozinha, as Yabassês, que significa aquela que “muito faz e pouco fala”.(OJOIYE IYALO ANGELA, 2017, entrevista). É um cargo exclusivamente feminino, pois quando se fala da sacerdotisa da comida, ela irá cuidar de toda a comida da casa, desde as oferendas destinadas aos orixás, às comidas que irão alimentar os filhos e comunidade externa durante os festejos.

O trabalho desenvolvido pela Yabassê (iábassês ou Yabacês) está ligado à temporalidade, os conhecimentos e técnicas de preparo são transmitidas ao longo do tempo e permanecem no dia-a-dia da cultura do terreiro. Os conhecimentos são agregados com a confiança e dedicação ao ilê e aos orixás, o ensinamento referente ao preparo dos alimentos, “ponto” e gosto de cada um dos orixás são dados por eles a essa sacerdotisa (LODY, 2012, OJOIYE IYALO ANGELA, 2017).

Os diferentes povos afropindorâmico trazem consigo a maneira de trabalhar os alimentos transmitido a partir da observação, convivência e oralidade(Santos, 2019). As mulheres que concordam em estar no cargo tem exclusivamente o perfil de comandantes, conhecedoras e todo ritual, exprime o respeito de todas e todos no ilê e o mais importante elas tem a serenidade de cumprir a função de salvaguardar o patrimônio alimentar da cultura afro diaspórica e afropindorâmica.

3 Mãe Marina, mãe de Santo do Terreiro Ase Funmilaiyó em Foz do Iguaçu/PR- Faleceu em decorrência da covid-19 no ano de 2021.

Vale salientar que a cozinheira em exercício tentou se despir dos pré-conhecimentos existentes que fossem interferir na prestação de serviço. Para isso acionei de maneira inconsciente o silêncio para tudo que fosse vir para que pudesse aproveitar cada minuto naquele espaço. Foi um momento de muita entrega, silêncio e angústia que geraram um enorme aprendizado para além do fazer comida, mas um contato íntimo comigo mesma.

Segundo Borba (2020), ao refletir sobre a ontologia, povos que perderam a subjetividade posterior a colonização, se sobrepõe ao olhar dominante, ou seja a existência das mulheres negras devem rememorar as estratégias passadas pelo tempo seguido dos embates contra-coloniais (Borba, 2020; Santos, 2015) a identidade ancestral não deve servir ao colonialismo, e sim rebelar-se as normas do lugar postos. Os ensinamentos passados apenas pela oralidade, “opera como força territorializante” (BORBA, 2020 p.193) através dos ritos na passagem da maturidade apresentam re-existência nos territórios sejam eles: os terreiros, as favelas, as comunidades, a cozinha, aldeias e espaço de decisão comunitária.

No entanto, ao territorializar a comida, sobrepomos o sentido dos produtos alimentícios apenas para o viés da alimentação higienista, industrializadas, cheias de agrotóxicos e plásticos e assim quando proferido a comida de verdade está permeiam o bem viver, comida de verdade é a concretude de sonhar outros mundos possíveis (Borba,2020), nela está um mundo sem fome, sem desperdícios, equânime, pronto para nutrir corpo e alma através das práticas de ancestrais. Com o ser humano a experiência é parte integral da natureza, pois as práticas são realizadas de forma comunitária e simbiótica (Santos, 2015) contido na comida. Portanto, a comida perpassa a função biológica do organismo de que a recebe, a comida está carregada de simbolismo e significados, alimenta a alma de quem a come e de quem a faz. É nessa perspectiva que “o bem viver e seus desdobramentos imediatos, como o bem e bom comer”(BEZERRA, 2017, p. 433). É no cotidiano da cozinha que se gera tecnologias capazes de re-existirem a colonização, saindo do espaço de subalternização para de transgressão social.

1.6 SE A COZINHA NA ESCOLA É SENZALA, ONDE FICA A CASA GRANDE?
BRASIL: GÊNERO E RAÇA.

O início do dia para uma merendeira necessita de muita atenção, após servir o café da manhã é necessário estar com todas as comidas do almoço no fogo, o tempo é curto. Em meio ao corre-corre, a feitura dos cálculos para não faltar comida para todas e todos. Nos deparamos com o passar de caneta na grade da cozinha, meu corpo se arrepiou completamente, uma mau estar é gerado, em seguida é soltado por uma funcionária: *Lêlê estão vocês na senzala!* Ao olhar para os lados me vejo repleta de mulheres negras no mesmo espaço. O silêncio e ódio tomara conta de mim, pois precisava ter aproximação com a funcionária, ela não era branca.

Naquele dia queimei o feijão e o deixei aguado, péssimo dia.

“situações-limite implicam a existência de pessoas que são servidas direta ou indiretamente por estas situações, e outras para as quais elas possuem um caráter negativo e domesticado. Quando estas últimas percebem tais situações como a fronteira entre ser e ser mais humano, melhor que a fronteira entre ser e não ser, começam a atuar de maneira mais e mais crítica para alcançar o ‘possível não experimentado’ contido nesta percepção. Por outra parte, aqueles que são servidos pela situação-limite atual veem o possível não experimentado como uma situação-limite ameaçadora, que deve ser impedida de realizar-se, e atuam para manter o ‘status quo’” (FREIRE, 2008, p. 34)

O ato disposto pela funcionária remete a espaço estigmatizados a população negra, a população carcerária feminina atualmente está em crescimento cerca de 37.828 mulheres privadas de liberdade (Infopen, 2017), sendo que do total a grande maioria são jovens na faixa etária entre 18 à 29 anos destas 63,55% se autodeclararam negras comparadas ao total da população negra no Brasil aponta-se que a maior parte das jovens negras e com baixa escolaridade estão em situação de privação de liberdade, esquecida pelo sistema prisional.

Fruto advindo das consequências colonialistas, o sistema prisional brasileiro remete aos tempos escravagistas. Com a privação dos direitos e acesso outras possibilidades estão sujeitas ao genocídio da população negra. O engano da democracia racial, hoje a senzala seria a cela.

2 COLÉGIO QUILOMBOLA DIOGO RAMOS - COMUNIDADE JOÃO SURÁ- MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS-PR

Figura 3 – Portal de recepção da C. João Surá com flexão dos artigos a e o para ampliar as identidades de gênero.



Fonte: Acervo da autora.

2.1 O CAMINHO ATÉ A COMUNIDADE QUILOMBOLA JOÃO SURÁ.

Saí do litoral paranaense na noite do dia 18 de agosto de 2021, na mochila carregava um pouco de roupas e comida, pois passaria alguns dias conectada a outro tempo. Dois dias antes festejaríamos o Olubajé, festa dedicada a Obaluaiê, orixá da saúde- O Dono Terra - que leva todas as coisas ruins da terra. Uma festa com muita

comida e brilho, por mais que a beleza do orixá se mantenha coberta por palhas aos olhos de quem o festeja. Impulsionados por essa semana de tanta exuberância e fartura seguimos o nosso caminho- chegará a comunidade de João Surá. Estávamos dispostos a colocar os ouvidos e os olhares à disposição das mulheres que exercem o dom de transformar os alimentos em encanto.

Retorno para falar no passado e com o coração apertado a falta que faz a festa de Olubajé, este foi mais um ano sem podermos estarmos juntos para comemorar e iniciar o ano no candomblé. Fomos acometidos no ano de 2020 pela inesperada crise sanitária do novo covid-19⁴, que de maneira surpreendente mudou a dinâmica da vida de todos no mundo. Precisamos realizar o distanciamento físico e aguardar os pesquisadores desenvolverem as vacinas para conter os danos da infecção e as mutações do vírus. Por este motivo, passamos pouco mais de um ano seguindo os protocolos da Organização Mundial da Saúde. Com isso, atividades com aglomerações em lugares fechados se tornaram inapropriáveis até o presente momento, que consta a morte de mais 600 mil pessoas no Brasil, segundo o boletim epidemiológico de setembro de 2021 do Ministério da Saúde.

Desse modo, o contato com território físico da pesquisa pode acontecer somente no mês de agosto, posterior a vacinação de todas e todos da comunidade e da equipe de pesquisadores, mesmo assim precisamos seguir as orientações da OMS para o cuidado com todo grupo envolvido. Com este cenário atípico que aconteceu meu encontro com as terras quilombolas da comunidade de João Surá e com o campo a ser pesquisado o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Viajamos com o Cerejinha - nome do carro - que esteve conosco durante todo o percurso do campo. Seguimos pela estrada asfaltada um pouco mais de três horas até pegar a estrada de chão, daquela parte seriam mais duas horas. Existem dois caminhos para chegar à comunidade, um seria pela estrada do estado de São Paulo com acesso a balsa e este que escolhemos apesar de ser mais longo, nos proporcionava maior segurança.

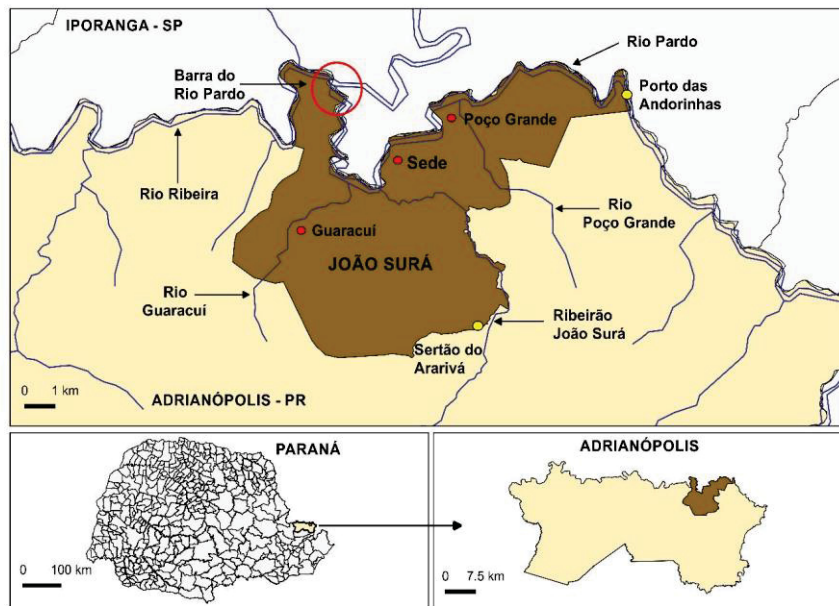
⁴ A primeira pessoa a morrer no Brasil foi uma empregada doméstica.

Figura 4 – Fotografia da encruzilhada que indica o caminho das Comunidades Quilombolas.



Fonte: A autora (2021).

Figura 5 – Mapa de localização do quilombo João Surá.



FONTE: Cruz, Pereira e Komarcheski (2018).

Ao adentrar a estrada de chão e desvencilhar da paisagem costumeira de uma mulher urbanizada, nos colocamos a observar o canto dos pássaros, o brincar dos cães, as borboletas dançando junto ao bater das pedras na lataria do *Cerejinha*. Além disso, a cada instante que aproximávamos da comunidade, o imaginário literário se concretizava.

Antes mesmo de organizar a ida para as terras do João Surá, o grupo de pesquisa e extensão Joana de Andrade organizou várias formas de familiarizar-nos com as realidades, histórias e contos da comunidade, por causa dos acessos físicos cerceados pela infecção do covid-19. Pudemos presenciar a qualificação da dissertação de mestrado do senhor Benedito Florindo⁵ e posteriormente a sua coroação em Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Outra atividade que nos aproximou do campo foi a organização da reunião com o diretor e a equipe pedagógica do colégio. Ao nos depararmos com o campo, o imaginário literário tornou-se realidade (Coutinho, 2022)⁶ por um lado e se desfez por outros, daquele momento em diante seria contada a partir da ótica do grupo de pesquisadores em campo com a disponibilidade da doação das interlocutoras e interlocutores da comunidade.

Antônio Bispo dos Santos, *Nêgo Bispo* morador da comunidade Quilombo Saco Curtume situado no semiárido piauiense no livro *“Colonização, quilombos modos e significados”* trata diretamente sobre a colonização, interpretando o Brasil a partir do modelo católico de colonização, a dominação expropriação dos povos indígenas e o processo escravagista gerador da economia e modelo de sociedade. Para tanto, o autor trabalha com algumas expressões para decolonizar as concepções de formação da sociedade brasileira e América do Sul. Estão dentro desses povos os pindorâmicos, afro-pindorâmicos. O autor apresenta o exercício a ser realizado para se referir aos povos que colonizaram e foram colonizados. Os colonizadores sujeitos que violentaram etnias viventes e contra- colonizadores viventes da violação (Santos, 2015).

A influência do pensamento de elaboração circular dos povos contra colonizados (Santos, 2015) que amparou a ressignificação dos termos até então pejorativo *quilombo* para um termo em ação. Vestir-se da terminologia possuída pelos

5 Integrante do grupo de pesquisa Joana de Andrade, quilombola, agricultor, pedagogo e neto da Dona Joana a quem deu o nome do grupo ainda em vida.

6 Glauber Coutinho, companheiro de pesquisa, fizemos todos os campos e estudos juntos.

colonizadores, coloca as Comunidades Quilombolas em espaço de re-existência. O Quilombo que antes era imposto como uma denominação de uma “organização criminosa reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas” (BISPO, 2015, p. 101).

Para Komarcheski 2019, as propostas quilombolas crescem no âmbito das organizações dos movimentos sociais e nas pautas acadêmicas, mas existe a barreira da operacionalização dos processos de titulação dos territórios, que influenciados por acordos políticos da bancada ruralista no Congresso, representados principalmente por “setores do agronegócio e de novos grupos empresariais no país” (KOMARCHESKI, 2019 p.51) que não avançam por uma série de impedimentos burocráticos. Mesmo assim, a ressignificação dos termos que antes colocavam em espaço de submissão permitiu a este a garra para a luta frente aos direitos e singularidades.

2.2 CAMINHO METODOLÓGICO

A proposta metodológica orienta-se na comunhão do encontro da pesquisadora com as interlocutoras. Esta decisão foi tomada a partir da relação com as pessoas que se relacionam com a comunidade, ao escutar os contos da comunidade do João Surá. O seu modo de fazer comunitário, instiga-me a embrenhar a escuta para o preparo do campo. No processo investigativo para o preparo da pesquisa por muitas vezes, deparei com os seguintes questionamentos: Já exerci essa profissão, de que maneira poderei entrelaçar os conhecimentos adquiridos com o conhecimento das interlocutoras?

Linda Tuhiwai Smith, autora do livro “*Descolonizando Metodologia: pesquisa e povos indígenas*”, coloca a reflexão dos povos indígenas ao perceber a imersão de outros povos em seus territórios na busca por dados e produção de ciência ocidental. Então seu livro se torna uma “ferramenta para orientar pesquisadores e fomentar as práticas políticas e educativas dos povos indígenas contra o colonialismo” (CÁRDENAS, 2019 p.203).

Praticar uma metodologia com princípios decolonizante e contra coloniais imbrica em ser fiel às vozes dos promotores e promotoras da ação da pesquisa, romper com o modelo de pesquisa ocidental que se apropria da produção do conhecimento dos povos colonizados. Existe uma gama de pensadores que não

servem aos modelos coloniais de pensamento, advindo do iluminismo, portanto é importante trazer as novas perspectivas teórico-metodológicas desses autores para a pesquisa (Smith, 2019). Isso cabe aos estudos relativos à “decolonização da antropologia e metodologia etnográfica promovendo de forma crítica uma nova maneira de olhar, repensar e redefinir a relação existente entre sujeito e objeto de pesquisa” (CÁRDENAS, 2019. p.203). Sabe-se da dificuldade de romper com os modos científicos dos quais fomos *catequizados* para uma pesquisa que de fato se dedica ao campo de pesquisa libertador (Cárdenas, 2019). No campo metodológico para melhor identificar as decisões feitas durante o caminhar da pesquisa. Vamos dividir a metodologia em dois momentos

Álamo Pimentel (2009) apoia o caminho de reflexivo sobre a relação do campo, ora um pesquisador outrora profissional com pré-conhecimento sobre o assunto, conseqüentemente, “identificações com as dimensões das experiências pessoais e das experiências da pesquisa supõem a busca de reflexiva sobre a autenticidade epistemológica das relações entre experiência,” (PIMENTEL ,2009 p.134) a confluência entre a centralidade do problema vivido e a problemática suposta na pesquisa. No entanto, se coloca uma questão, as problemáticas levantadas em campo pelo pesquisador se faz necessário um conhecimento quando confluídas.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se como um estudo qualitativo, feito mediante pesquisa bibliográfica com abordagens autoetnográficos e etnográficas. Segundo a Minayo (2014. p.197) estudos qualitativos nos “proporciona a totalidade das múltiplas dimensões do objeto” no caso da pesquisa, as merendeiras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos que a partir do contato se tornam interlocutoras da pesquisa.

O debate mais amplamente documentado na literatura científica é, sem dúvida alguma, aquele que se referiu e ainda se refere ao papel e à posição do pesquisador no campo de pesquisa. Se esse debate é central, é porque ele toca diretamente na questão da produção dos dados, uma vez que, no trabalho de campo, como já o dissemos, o pesquisador se coloca ao mesmo tempo enquanto objeto e sujeito de pesquisa (JACCAUD; MAYER, 2008, p. 263).

Se por acaso ocorra a simbiose entre pesquisador e campo de pesquisa, se questiona a objetividade do conhecimento produzido nas pesquisas qualitativas, se sustenta a hipótese e a metodologia investigativa Pimentel (2009) orienta o afastamento do próprio campo para identificar os vícios cotidianos, o que ele chama de naturalização da experiência pessoal, que irá influenciar na relação com o campo.

Refutando alguns pontos na proposta reflexiva dos autores, colocaríamos que o papel da pesquisadora em campo se encontra no processo de interlocução a partir das experiências profissionais pelo tempo trabalhando no espaço escolar como merendeira. A cultura está contida nas duas acepções da palavra, “na relação de sentido que seu discurso estabelece com o discurso do native” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.113). Então ser merendeira está no eixo principal da inter-relação entre as interlocutoras e a pesquisadora que permite a estas estabelecer uma proximidade dos sentidos, ou seja, da experiência vivida.

O essencial é que o discurso do antropólogo (o ‘observador’) estabeleça uma certa relação com o discurso do nativo (o ‘observado’). Essa relação é uma relação de sentido, ou, como se diz quando o primeiro discurso pretende à Ciência, uma relação de conhecimento (VIVEIRO DE CASTRO, 2002. p 114).

A pesquisa qualitativa permite trabalhar com significados, com valores e singularidades diferentes da pesquisa quantitativa. Este método possibilita ao pesquisador trazer para o estudo as crenças, aspirações, inspirações e ações motivadoras a Minayo, (2001), desta maneira a relação entre a pesquisadora e as interlocutoras pode se encontrar com maior profundidade.

A etnografia, método utilizado nos estudos antropológicos para coleta dos dados, por muito tempo colocou em questionamento o uso do método por profissionais de outras áreas do conhecimento, deslegitimando as narrativas construídas por estes. No entanto, com a entrada de outros profissionais na construção do pensamento, o método etnográfico se torna verídico pela intensidade e extensividade da participação do pesquisador no seu campo de investigações e que, portanto, a escolha por tal procedimento se faz legítima. (PIMENTEL, 2009, p. 130).

No entanto, a autoetnografia nesta pesquisa permite realizar uma reflexão centrada nas experiências e visão de mundo. A reflexividade tem o papel fundante na abordagem autoetnográfica pois impõe aos pesquisadores a constante olhada para si no processo de conscientização, avaliação e reavaliação na sua própria influência na forma de fazer a pesquisa (Santos, 2017). Não há dentro dos estudos antropológicos um consenso do que é autoetnografia. Para Gama, 2020 talvez seja um caminho para um giro epistêmico a fim de tencionar toda normalidade da escrita eurocentrada. O autor Chang (2008), apresenta que o método autoetnográfico se sustenta em três pontos:

A primeira seria uma orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; a segunda, por uma orientação cultural – cuja base é a interpretação: a) dos fatores vividos (a partir da memória), b) do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e c) dos fenômenos sociais investigados; e por último, a orientação do conteúdo – cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo (Santos, 2017: 218 grifos do autor).

O intercruzamento entre os métodos da autoetnográfica e etnografia das vivências de uma mulher negra e as mulheres quilombolas onde culmina no território cozinha.

O tempo relacional com o grupo de interlocução é um fator que deve ser considerado. Para estabelecer relação a pesquisa a interlocução não acontece apenas com as interlocutoras, o território dá respostas e questiona a abordagem do pesquisador (OBSERVAÇÃO DO CAMPO, 2021), é preciso estar atento a tudo que acontece desde o momento que se coloca em campo. Na etnografia há possibilidade de diálogo, sendo que o nativo é o próprio pesquisador do seu local e cultura, pensante. Eduardo Viveiros de Castro, traz outros aspectos sobre os processos de pesquisa que o nativo é o próprio pensante, a escrita é posicionada ao próprio toque, seu significado e essência, afinal os atos não estão distanciados:

O nativo é, sem dúvida, um objeto especial, um objeto pensante ou um sujeito. Mas se ele é objetivamente um sujeito, então o que ele pensa é um pensamento objetivo, a expressão de um mundo possível, ao mesmo título que o pensa o antropólogo [...]. Tal problema não é cognitivo, ou seja, psicológico; não concerne à possibilidade empírica do conhecimento de uma outra cultura. Ele é epistemológico, isto é, político. (VIVEIRO DE CASTRO, 2002, p. 119).

As orientações são socialmente e culturalmente construídas. Para tanto, “ninguém nasce antropólogo, e menos ainda, por curioso que pareça, nativo.” (VIVEIRO DE CASTRO, 2002 p.119) são sujeitos apropriados ou/e conotados pelas interações intra espécie. Nos apropriamos da abordagem etnográfica e dos instrumentos indicados por ela para coletar os dados: diário de campo, entrevista semiestruturada, levantamentos bibliográficos e diário pessoal da pesquisadora que consta relatos sobre o tempo em que trabalho na profissão.

Os instrumentos de coleta de dados são passos determinantes de uma pesquisa, pois com eles ocorre o encontro a ser sistematizado da interlocução. Alguns instrumentos possibilitam a expressão da sinceridade e o desarmar das pré-julgações. Colocamos a entrevista semi-estruturada como uma dessas formas, com ela acredita-se romper o campo imaginário construído através das retóricas e

percepções particulares. Este é um dos instrumentos que coloca frente a frente os interesses:

[...]pessoas estão no topo de uma hierarquia de credibilidade, isto é, o que dizem é mais verdadeiro do que aquilo que outras, que não conhecem tão bem o assunto, diriam. Na verdade, o pesquisador não deve se limitar a ouvir apenas estas pessoas. Deve também ouvir quem nunca é ouvido, invertendo assim esta hierarquia de credibilidade (Goldenberg, 2004 p.85).

Sendo assim, lidamos com a imagem que o entrevistado quer exprimir sobre si, ou ocultar impressões sobre o outro. Cabe ao pesquisador compreender os limites dados pela interlocução, a modo de não invadir os espaços generosamente abertos. Não são todas as informações que ganham potencialidades para pesquisa, algumas dessas informações devem ser mantidas no oculto e preservadas.

Levantamento bibliográfico e documental - As fontes primárias e bibliográficas usadas se referem aos sistemas dos governos federais, estaduais e municipais que tratam a política de segurança alimentar e nutricional, os programas nacional e estadual de alimentação escolar e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério de Educação (MEC). Também recorreremos à busca por artigos, teses, dissertações e livros para ampliar o conhecimento.

O diário de campo e o diário pessoal darão a pesquisa a percepção externa ao objetivo, neles serão retratadas as experiências sensoriais, afetivas, sentimentais ou até mesmo as frustrações e descobertas. O pesquisador pode colocar neles reflexões que não necessariamente irão compor o escrito da pesquisa, mas sim fará parte da formação como pesquisador (OBSERVAÇÃO DO CAMPO, 2021).

Diário de Campo - Foram anotadas as descrições dos ocorridos desde das primeiras reuniões com o grupo de pesquisa Joana de Andrade; os ensinamentos ao participar da qualificação e defesa do mestrado do pedagogo do colégio o mestre Benedito; o encontro virtual com a direção do colégio; a felicidade em ser aceita pela comunidade durante um período difícil da pandemia e os caminhos percorrido até chegar na comunidade. Nele estão os desabafos e alegrias, desejos e motivações durante o caminhar da pesquisa.

Diário pessoal - Este não é um instrumento de pesquisa técnica, a modo de conter-se referenciado. O diário pessoal foi escrito durante os anos de 2019 e 2020 como forma de relatos e reflexões sobre o momento vivido. Utilizá-lo como instrumento de pesquisa nunca foi o objetivo inicial, mas passa a ser no momento quem que se

ver o potencial reflexivo e de denúncia contida no cotidiano da cozinha escolar. Nessa pesquisa ele terá o papel de criar sustentabilidade a pesquisadora para os momentos provocados pelo campo, e aproximar as experiências de uma cozinha escolar no urbano e no campo.

Na pesquisa documental e bibliográfica será realizado o levantamento das bibliografias e dados a serem explorados durante toda a pesquisa, segundo Gil, “a pesquisa documental e bibliográfica se assemelham sendo que a única dissociação está na natureza da fonte” (2002, p. 45). Portanto, necessariamente a pesquisa documental e bibliográfica se fundem numa determinada etapa, podendo assim considerar a pesquisa bibliográfica um tipo de pesquisa documental (Gil, 2002). As reportagens, e entrevistas estão agregados a pesquisa, neste caso analisaremos os decretos, leis e normas da Secretaria Estadual de Educação e Esporte do Paraná - SEED; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná- SEAB, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no âmbito federal, estadual e local. Outras informações também serão levantadas, como o Currículo Pedagógico do C. E. Q. Diogo Ramos e as pesquisas realizadas referente ao tema e sobre a comunidade João Surá, estes serão analisados a fim de possibilitar um arcabouço teórico para a pesquisa.

Entrevista semiestruturada- Foram aplicadas a entrevistas semiestruturadas com 4 merendeiras, variando entre as primeiras merendeiras e a atual. Durante o campo tivemos mais uma entrevistada a professora de ciências exatas do colégio, que vem articulando a compra do alimento das famílias quilombolas para a merenda escolar. Esta entrevista será agregada na junto às reflexões sobre o programa de alimentação escolar. No anexo 1 constará as perguntas feitas às merendeiras.

2.3 UMA PANDEMIA NO CAMINHO DO PROCESSO ETNOGRÁFICO

Em 19 de março de 2020 - Morreu a primeira pessoa no Brasil em decorrência do Covid-19, Cleonice Gonçalves, mulher negra, moradora da região sul fluminense do Rio de Janeiro, exercia a profissão de doméstica desde os 13 anos, morava durante a semana no emprego. Cleonice se contaminou no exercício da profissão, por sua patroa que retornou de viagem da Itália. Posterior a primeira morte, os estados e municípios iniciaram a expedição de decretos para conter a disseminação do vírus.

O ano letivo do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR iniciou no mês de maio do mesmo ano. As aulas aconteceram no formato remoto, todas e todos precisaram se adaptar e organizar métodos para continuar os estudos. A turma de 2020 foi marcada pela falta de aulas presenciais, falta de convivência entre os estudantes e o enxugamento dos diálogos teóricos. Com isso, constantemente foram feitas avaliações sobre retorno frente ao índice de contaminação. No cronograma do projeto de pesquisa estabelecia o campo para o terceiro semestre da formação. O grupo de pesquisa Joana de Andrade e a comunidade decidiram ir a campo após a vacinação de todas e todos da comunidade e pesquisadores envolvidos.

E desta maneira, utilizou-se todos os equipamentos de segurança e o distanciamento físico. Sabe-se que o processo etnográfico é necessário um tempo prolongado em contato com a comunidade, para assim desenvolver a observação participante com maior amplitude.

Para isso, utilizamos das ferramentas online para encontro com a comunidade, participação nas ações realizadas pela comunidade, até o momento de encontrar com o campo presencial. O campo aconteceu em três momentos de forma presencial.

2.3.1 Primeiro campo: agosto 2021

O primeiro campo foi realizado logo após a vacinação da segunda dose de imunização contra covid-19 dos moradores da comunidade e do grupo de pesquisa. Fomos em três pesquisadores, decidiu-se por irmos em menor quantidade de pesquisadores, pois éramos os primeiros grupos de pessoas a adentrar a comunidade posterior à necessidade do distanciamento. No entanto, era nítido na rua principal pacata da comunidade, as pessoas permanecerem umas longe das outras, algumas conversavam conosco pelas janelas. Não, nos abraçamos e o sorriso esteve escondido atrás das máscaras. Nos organizamos da seguinte maneira.

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas durante o campo

| Dias/Horário | Atividades desenvolvidas no primeiro campo |
|--------------|---|
| 18 de agosto | <ul style="list-style-type: none"> ● Deslocamento da pesquisadora para Curitiba para encontrar com a equipe. |

| | |
|--------------|---|
| 19 de agosto | <ul style="list-style-type: none"> ● Saída pela manhã sentido a comunidade João Surá. ● Carregar o carro com alimentos e materiais a serem utilizados durante a coleta de dados. ● Chegada na comunidade João Surá, apresentação do espaço da comunidade. ● Almoço na casa do Benedito e Lili. ● Dormimos. |
| 20 de agosto | <ul style="list-style-type: none"> ● A equipe tomou café da manhã na casa de hospedagem. ● Entrevista com Edna pela manhã. ● Almoço na casa de hospedagem. ● Encontro com o Rio Pardo, e caminhada até o cemitério. ● Visita ao Colégio Estadual Diogo Ramos. ● Na parte da tarde encontramos com a merendeira atual e o Glauber entrevistou o Benedito pedagógico do colégio. ● Jantamos na casa da Carla Galvão. |
| 21 de agosto | <ul style="list-style-type: none"> ● Pegamos estrada para tomar café da manhã com a Glasiele Andrade. ● Glauber e eu entrevistamos a Eliziane na parte da tarde no espaço do bar da comunidade. ● Visitamos a Dona Clarinda. ● Jantamos na casa de hospedagem. |
| 22 de agosto | <ul style="list-style-type: none"> ● Tomamos café na casa de hospedagem. ● Pegamos estrada para almoçar, entrevistar e almoçar na casa da Elisane. Vimos o final do preparo da <i>Taida</i>. ● Retornamos para J.Surá. ● Jantamos na Casa do Benedito e Lili. |
| 23 de agosto | <ul style="list-style-type: none"> ● Café da manhã na casa de hospedagem. ● Arrumamos o carro e casa para retorno. ● Entrevista com Eva Oliveira e Vera. ● <i>Perrengue</i> na estrada. ● Chegada em Curitiba. ● Sigo caminho retorno para casa no litoral. |

Fonte: A autora (2021).

Figura 6 – Equipe em campo: Glauber Coutinho e Carolina dos Anjos.



Fonte: Acervo Carolina dos Anjos Borba (2021).

2.3.2 Segundo campo: novembro de 2021

O segundo campo foi realizado entre os dias 18 a 21 de novembro, fomos em sete pesquisadores do grupo de pesquisa e extensão Joana de Andrade. Nos distribuimos entre as atividades a serem realizadas junto à comunidade que realizaria a atividade do 20 de novembro, dia da Consciência Negra.

Oficinas do Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade foram realizadas duas oficinas pelos pesquisadores durante o evento.

Feminismos plurais

Bordado: Oficina de intervenção nas imagens através do bordado

Educação e Cinema

Socialização das pesquisas junto à comunidade.

a) A doutoranda Fabiane Moreira apresenta à comunidade a pesquisa desenvolvida até o ano de 2019 que resultou na dissertação *“Escola para quilombolas: Identidade, Territorialidade no Colégio Estadual Diogo Ramos e na Escola Municipal*

do campo Augusto Pires de Paula". A apresentação foi feita durante a comemoração do dia 20 de novembro aberto a comunidade a noite. A autora problematiza a educação quilombola a partir da movimentação e representação dos atores sociais das diferentes comunidades. Sendo que uma tem Currículo Pedagógico nos anseios quilombolas e outra que atende estudantes quilombolas.

b) Em seguida a entrega do livro "*Escrevendo de histórias - edição quilombola*" do autor Marcel Malê. O escritor não pode participar do cerimonial, mas enviou às entrevistadas e entrevistados uma cópia que foram C.E.Q. Diogo Ramos, Dona Clarinda, Sr. Paulico e Dona Aparecida e a família dos Antônio . O livro conta a historicidade da comunidade através da escuta atenta e uma máquina de escrever.

c) Documentário "Dona Joana: uma vida de ensinamentos" realizado através de oficinas com a mulheres pela pesquisadora Sanciaray da Rosa que reuniu material no período de pandemia que retratasse a história de Dona Joana de Andrade contada por mulheres da comunidade, o documentário tem a voz e imagem da Dona Joana de Andrade (*in memória*) cantando.

Atividades e Festejos da Comunidade João Surá.

a) Seu Antônio Carlos liderança da comunidade reflete sobre o momento que viveram durante a pandemia, as perdas políticas e avanços necessários para comunidade. Junto a voz embargada de muita emoção, expõe a felicidade de ver a comunidade toda reunida depois de longos dias de isolamento social.

b) A noite regada a comida tradicional da comunidade compartilhada pelos moradores. Nos alimentamos da fartura da comunidade na mesa de sinuca todos os alimentos a disposição: apressada, Beiju de Mandioca, pastel de farinha de milho, bolos e café.

c) Romarias para São Gonçalo- artefato do catolicismo afro a romaria acontece em diversas situações no intuito de pagar alguma promessa, a pessoa que teve o pedido realizado tem a obrigação de pagar toda a comida, bebida e música para a comunidade. É uma festa que pode durar cerca de 14 horas dependendo da promessa. Os convidados devem dançar em torno de Santo Antônio com diferentes coreografias saudando o Santo.

d) A festa no final da romaria com muito forró com os músicos da região.

II Feira de Troca de Sementes e Sabores Quilombola

As feiras de trocas das sementes e saberes vem de encontro a salvaguardar as sementes crioulas das comunidades quilombolas, algumas acompanham a comunidade há gerações.

O estudante Diogo Ramos apresentou coreografias ensaiadas durante as aulas, o Ditinho e Lili tiveram a participação expondo seus produtos tradicionais e artesanatos, ao em torno havia diversas comunidades do Estado do Paraná. Como sempre muita comida gostosa, música e articulação política. A cultura quilombola esteve presente nas sementes produzidas pela comunidade.

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas durante o campo

| Dia | Atividade desenvolvida no segundo campo |
|----------------|---|
| 18 de novembro | <ul style="list-style-type: none"> ● Deslocamento com a equipe para comunidade. ● Almoçamos na casa de hospedagem. ● Oficina de bordado ministrada pelo grupo com a comunidade. ● Apresentação da comunidade para a equipe. |
| 19 de novembro | <ul style="list-style-type: none"> ● Atividade organizada pela comunidade. ● Roda de Conversa :Juventude, territorialidade e direitos. ● Roda de Conversa: Luta e resistência feminina quilombola. ● Apresentação Teatral: Formação da Capela de Santo Antônio. ● Lançamento do Documentário das Mulheres da Comunidade. ● Devolutiva da pesquisa de mestrado “Escola para quilombolas: identidade e territorialidade no C.E.Q. Diogo Ramos e E.M do Campo Augusto Pires de Paula. ● Partilha de alimentos. ● Noite Cultural. |
| 20 de novembro | <ul style="list-style-type: none"> ● Pegamos a estrada para visitar o seu Paulico e a dona Maria Aparecida. Almoçamos com eles e familiares, fomos na rocha. ● Entrevista com a Glasiele parte da tarde. |
| 21 de novembro | <ul style="list-style-type: none"> ● Saímos cedo para a II Feira da Semente e Saberes Quilombola, Porto Novo. ● Almoçamos na feira. ● Retornamos para Curitiba – <i>perrengue</i>. |

Fonte: A autora (2021).

Figura 7 – Panfletos convidando a comunidade para participar da Semana da Consciência Negra.



Fonte: Comunidade João Surá (2021).

Figura 8 – Panfleto convidando para a Feira de Sementes.



Fonte: Comunidade João Surá (2021).

Figura 9 – Grupo de pesquisa Joana de Andrade em campo na comunidade João Surá.



Fonte: Acerto da autora (2021).

Entrevista com ex-diretor da escola em Janeiro de 2022

A entrevista com o ex-diretor do C.E.Q. Diogo Ramos aconteceu na cidade de Curitiba, por causa do encurtamento das agendas de ambos escolhemos nos reunir em um Café - Lanchonete pela manhã. Eu, Cássius Cruz e Glauber aproveitamos o espaço para compreender algumas questões da gestão no colégio durante o período. Para pesquisa, reflito a atuação do diretor além no espaço escolar; em alguns momentos, este realizou profissão de assessoria técnica rural, pedreiro, eletricista, articulador e animador dos processos junto à comunidade.

2.4 TERRITÓRIO DE ESTUDO

Os estudos antropológicos definem que os quilombos são grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, cuja identidade se define por “uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores compartilhados” (ARRUTI, 2008 p. 26). Ainda que partindo da escolha teórica, o conceito quilombo

caracteriza-se por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo à sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”, ou seja, o modo de fazer comunitário.

A Comunidade Quilombola de João Surá está localizada a 50 km da sede do município de Adrianópolis, no Vale do Ribeira. A região faz fronteira entre os estados do Paraná e São Paulo. A região por parte do Paraná compõe-se de sete municípios com a presença de quatorze comunidades quilombolas e três comunidades tradicionais negras, a junção entre os dois estados formam uma importante concentração de comunidades de remanescentes de quilombolas e comunidades tradicionais negras do Brasil. Segundo Flávio Gomes (2017) os quilombos apesar da espacialidade e temporalidade, existiu o movimento econômico que se desenvolveu para cada macrorregião, o Sul se dedicou a trabalhar com a atividade pastoris. A região do Vale do Ribeira teve como base econômica a exploração aurífera e minérios seguidamente do cultivo de café no final do século passado. Atualmente tem-se o cenário de conflitos socioambientais pelo crescimento da plantação de pinus e eucaliptos, que vertem agrotóxicos e defensivos pela prática da monocultura. Essa prática impede a diversificação de culturas, plantadas e vividas. A presença da sede do Parque Estadual das Lauráceas está localizada próximo ao território. Estes dois fatores impedem que a comunidade possa realizar o plantio de alimentos para consumo e subsistência. Outro risco iminente para as famílias quilombolas é o uso de agrotóxico nos topos dos morros, que a partir das chuvas ocorre a lixiviação contaminando a água para consumo causando riscos à saúde das famílias quilombolas. O quadro abaixo demonstra 38 comunidades quilombolas do estado do Paraná.

Tabela 4 - Representação do número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no estado do Paraná

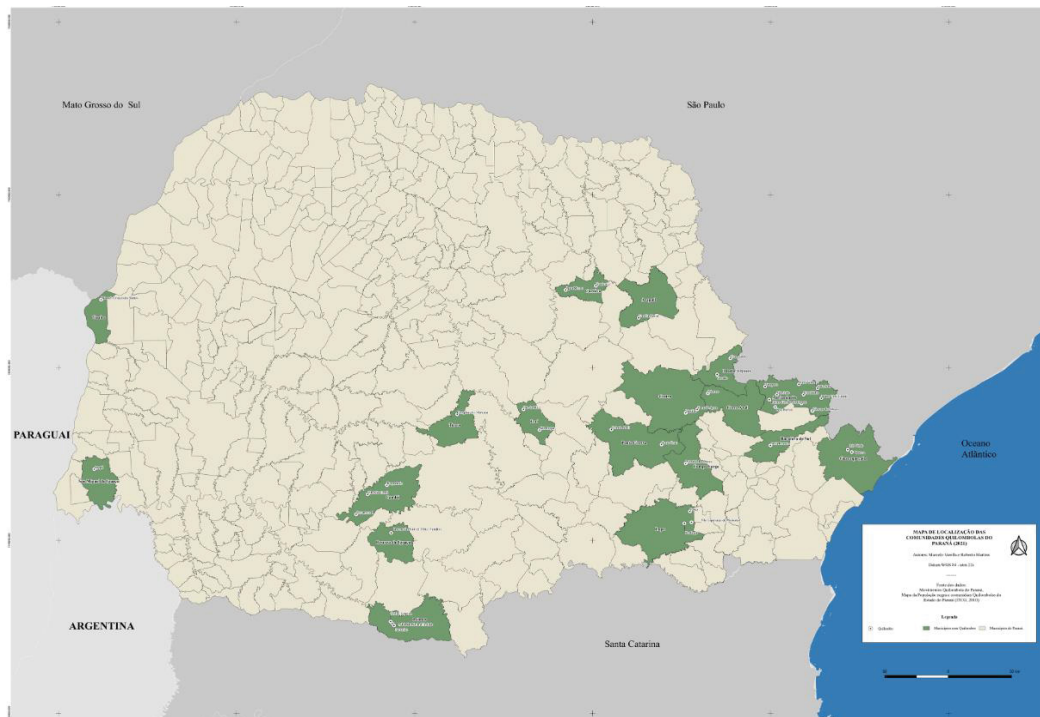
| Número | Município | Comunidades Quilombolas |
|---------------|------------------|--------------------------------|
| 1 | Adrianópolis | C.R.Q de João Surá |
| 2 | Adrianópolis | C.R.Q de Praia do Peixe |
| 3 | Adrianópolis | C.R.Q de Porto Velho |

| | | |
|----|-------------------|---|
| 4 | Adrianópolis | C.R.Q de Sete Barras |
| 5 | Adrianópolis | C.R.Q de Córrego das Moças |
| 6 | Adrianópolis | C.R.Q São João |
| 7 | Adrianópolis | C.R.Q Córrego Franco |
| 8 | Adrianópolis | C.R.Q Estreitinho |
| 9 | Adrianópolis | C.R.Q Três Canais |
| 10 | Arapoti | C.R.Q Família Xavier |
| 11 | Bocaiúva do Sul | C.R.Q de Areia Branca |
| 12 | Campo Largo | C.R.Q Palmital dos Pretos |
| 13 | Candói | C.R.Q de Despraiados |
| 14 | Candói | C.R.Q Vila Tomé |
| 15 | Candói | C.R.Q Cavernosos |
| 16 | Castro | C.R.Q de Serra do Apon |
| 17 | Castro | C.R.Q de Limitão |
| 18 | Castro | C.R.Q de Tronco |
| 19 | Castro/Cerro Azul | C.R.Q de Mamães |
| 20 | Curiúva | C.R.Q de Água Morna |
| 21 | Curiúva | C.R.Q de Guajuvira |
| 22 | Dr. Ulisses | C.R.Q de Varzerão/Gramadinho |
| 23 | Guaíra | C.R.Q de Manoel Ciriaco |
| 24 | Reserva do Iguaçu | C.R.Q INV P. de Telhas (Fundão) |
| 25 | Guaraqueçaba | C.R.Q de Batuva |
| 26 | Guaraqueçaba | C.R.Q de Rio Verde |
| 27 | Ivaí | C.R.Q de Rio do Meio |
| 28 | Ivaí | C.R.Q de São Roque |
| 29 | Lapa | C.R.Q da Restinga |
| 30 | Lapa | C.R.Q do Feixo |
| 31 | Lapa | C.R.Q de Vila Esperança |
| 32 | Palmas | C.R.Q de Adelaide Maria da Trindade Batista |
| 33 | Palmas | C.R.Q de Castorina Maria Conceição |
| 34 | Palmas | C.R.Q de Tobias Ferreira |

| | | |
|----|--------------|---------------------------|
| 35 | Ponta Grossa | C.R.Q de Sutil |
| 36 | Ponta Grossa | C.R.Q de Santa Cruz |
| 37 | Terra Roxa | C.R.Q Apepú |
| 38 | Turvo | C.R.Q Campina dos Morenos |

Fonte: FECOQUI, 2020 (Adaptado).

Figura 10 – Mapa das comunidades quilombolas no Paraná.



Fonte: Nupovo (2021).

2.5 CONHECENDO A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS

A população quilombola é reconhecida e se autodeclaram pelos grupos étnicos-raciais pertencentes, exprimem uma trajetória histórica e relação territorial específica, com elementos da cultura e ancestralidade africana e afrodiáspórica. (Brasil, 2003). Estas(es) passaram por resistência à opressão no Brasil colonial e criaram estratégias de re-existência na pós-colonialidade. Dentre os processos de reconhecimento territorial das comunidades quilombolas, vive a invisibilização e a subalternização por parte do estado, *renegados* ao passado histórico que contribuiu na formação identitária do Brasil. Estes reivindicam cidadania através da execução das práticas culturais, ancestrais e alimentares.

Com isso, umas das formas de manter os traços culturais quilombolas é a através da educação escolar, sobretudo a educação escolar pautada nos princípios quilombolas.

[...]as aulas começaram em 2009. não tinha estrutura para fazer a sala de aula. Nós começamos ali na escolinha municipal, onde começam as matrículas e o restante das coisas. Com o tempo foram feitas aquelas 4 salas de madeira que tem ali, em seguidinha fizeram banheiro. **Como seria feita a cozinha?** Como tem aquela casa ali do IAP, conseguimos arrumar a **cozinha** e mais uma sala para ser a secretária[...] Então, lá ficou a **cozinha**, a secretária e mais um quarto para guardar o estoque. Era tudo bem apertadinho! (Edna, agosto de 2021. Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho).

A entrevistada é a primeira merendeira do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, ela conta sobre o primeiro espaço escolar feito pela luta do movimento social negro e quilombola para a garantia do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio, através das normas complementares às diretrizes nacionais, na Educação do Campo, e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), atestando a necessidade de ter uma educação que

[...] poderia estar atendendo às necessidades do aprendizado das crianças com melhor qualidade" questiona a lógica da Educação Rural, e faz refletir sobre políticas educacionais, processos pedagógicos e metodológicos capazes de atender as necessidades de crianças, jovens e adultos quilombolas.(1 RELATÓRIO of. 4983/09 - GS/SEED, de 1o/12/2009 (fls. 12).

A interlocutora conta o protagonismo da comunidade em organizar o espaço que viria a ser por mais de dez anos C.E.Q.Diogo Ramos. Segundo Cassius Cruz (2012) este teria uma representação secundária no processo de reprodução comunitária, haja vista que com a ausência de serviços públicos, pouca oportunidade de emprego, e falta de terra para plantio. As famílias da comunidade necessitavam trabalhar, então ergue o colégio passa além da estrutura física, mas também um diálogo de formação com toda a comunidade. Temos como declaração o início da organização dos serviços no colégio pela contratação das(os) funcionários pelo Processo Seletivo Simplificado da SEED.

[...]nós podíamos nos inscrever para trabalhar no próximo ano. Na época vieram os computadores para a comunidade, e tinha internet por fibra ótica. Pegamos e fizemos a inscrição. E ficamos aguardando, o resultado saiu para as pessoas que mais precisavam trabalhar na comunidade. Posteriormente

saiu o resultado avisando que apenas uma pessoa poderia trabalhar na cozinha. E aí ficamos dividindo o salário em duas pessoas, pois nós duas estávamos precisando. Depois de um tempo o diretor avisou que abriu mais uma vaga do PSS então foi o momento que nós duas não precisamos dividir o salário. (EDNA, 2021).

A presença do colégio na comunidade passa a ser outra maneira de gerar autonomia e empregabilidade na comunidade. Mesmo com baixo salário destinado a função do trabalho, as merendeiras decidiram de maneira comunitária dividirem o recebimento e os serviços. Nos traz o sentido do compartilhamento e bem comum.

A proposta de projeto político pedagógica do colégio tem por objetivo geral e específicos:

Esta proposta pedagógica tem por objetivo apontar princípios e orientações para organização e consolidação de práticas educativas que associem Escolarização, Educação das Relações Étnico-Raciais e Etnodesenvolvimento sustentável e Solidário.

Objetivos Específicos:

- Propor ações de reconhecimento e superação das desigualdades sociais e étnico-raciais, a partir de demandas apresentadas pela comunidade Remanescentes de Quilombo João Surá, (citar art. 1 LDB).
- Contribuir no processo de construção e fortalecimento das identidades étnicas existentes no estado do Paraná.
- Viabilizar aos quilombolas o atendimento escolar na sua comunidade de origem, valorizando atitudes, posturas e conhecimentos que eduquem sujeitos conscientes e orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial.
- Possibilitar uma nova forma de organização dos tempos e espaços escolares com vistas a contribuir na superação da exclusão, no etnodesenvolvimento, na valorização da cultura, dos conhecimentos e das experiências da comunidade no currículo escolar.
- Articular os saberes e as práticas escolares com princípios e objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto 6040/2007) (fls. 17).

No que tange a estrutura curricular baseia-se em eixos temáticos temos as questão da alimentação apresentada nas seguintes propostas a) Educação das Relações Étnico Raciais, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira; b) Trabalho; c) Meio Ambiente e Manejo Territorial; d) Organização Comunitária e Políticas Públicas; e) Etnodesenvolvimento Sustentável com enfoque territorial; e f) Economia Solidária.

Trabalho

Fundamentando-se nas Diretrizes Curriculares da Educação da Educação do Campo, o trabalho é “atividade humana de transformação da natureza e do próprio ser humano” (p. 30). Dessa forma, como já explicitado anteriormente, o conceito aqui utilizado não separa a dimensão criativa da produtiva, não reduz o trabalho à ideologia do emprego e da acumulação. Nessa perspectiva, a prática social do trabalho comporta dimensões educativas, que

articuladas na organização escolar e curricular, pode gestar mecanismos que garantam a sobrevivência material ambientalmente sustentável e economicamente solidário. Não se trata entretanto de se prender apenas na forma como tal prática se constitui na comunidade de São Surá, mas de tomá-la como ponto de partida para compreensão da realidade global e, a partir disso, de retorno qualificado ao local, onde o trabalho potencializado pelo conhecimento escolar, passa a ser um referencial de transformação.

Etnodesenvolvimento Sustentável com enfoque territorial. Em consonância com o Decreto 6040/07 e no princípio de não dissociabilidade de educação e autodesenvolvimento pessoal e coletivo, esse eixo-temático procura contribuir para a elaboração de estratégias de desenvolvimento aproveitando **as tradições locais; respeito os recursos (naturais, técnicos ou humanos)** locais e que sejam construídas com a **participação comunitária** em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação.

[...]A escola, dessa forma, torna-se laboratório das atividades produtivas que possam fomentar o **desenvolvimento comunitário**. Para tanto ela deve dialogar com outras instituições que atuam ou atuarão na comunidade, identificando e diagnosticando as atividades produtivas lá existentes – ou possíveis de serem realizadas de acordo com a disponibilidade dos recursos locais e potencializando-as através das qualificações profissionais que serão oferecidas em parceria com estas instituições (Fonte:1 RELATÓRIO of. 4983/09 - GS/SEED, de 1o/12/2009).

O Projeto Político Pedagógico do Diogo Ramos orienta os caminhos ao coletivo para trabalharem conforme a tradição local, isso inclui a comida local para garantia da cultura local visando as maneiras de subsistência. A educação diferenciada construída pela comunidade quilombola tem como base as relações, e visões coletivas dos que participam da relação com a escola. A articulação pelo espaço do C.E.Q. Diogo Ramos feito pela comunidade permite visualizar o rompimento da ideia do pobre desaculturado que por muito tempo os quilombolas e comunidades negras foram discriminados (ARRUTI, 2017).

2.6 RECEPÇÃO COM COMIDA DE VERDADE: A CULTURA ALIMENTAR DA COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLA DIOGO RAMOS.

Nos primeiros quilômetros antes de chegar nas terras do João Surá paramos para sentir a brisa do ar, no costear do rio Pardo, pilhas de *pinhus* cortadas ao chão, nos concentramos em chegar dentro da comunidade. Recebidos pela planta *Dracena Cordyline*, ou tradicionalmente como Peregum, imediatamente a direita encontramos o cemitério da comunidade, mais alguns minutinhos chegamos a placa: **Sejam Bem-Vindas(es)(os) a Comunidade Quilombola do João Surá, 215 anos de Luta e Resistência**. Os olhares atentos a tudo e todas as modificações na paisagem foram nos acompanhando, no centro fomos entrando encontramos a igreja, o posto de saúde, as pessoas da comunidade nos acena, mesmo com a dificuldade do

reconhecimento facial dos nossos rostos pela utilização da máscara de proteção, todas e todas reconhecia a mais velha da equipe.

À nossa espera estava Lili, proprietária da casa onde seríamos hospedados em cima da mesa dentro da casa havia uma “água que passarinho não bebe” chamada: **Da Boa** feita pelo seu esposo Benedito. Naquele momento começava outra parte da viagem, a viagem gastronômica ou melhor a viagem pela Comida de Verdade. Em poucos minutos fomos levados a casa do casal, como recepção com Comida de Verdade, Lili e Benedito nos serviram o almoço na própria casa. No quintal a horta havia todas as folhosas que iria nos servir e a vizinha cuidou de mandar as bananas caturras para acompanhar a comida.

A tradição alimentar quilombola carrega consigo as histórias, nutre fisicamente, mantendo as funções vitais do corpo. Porém, somos nutridas por sua história, que traz as práticas e conhecimento quilombola.

3 POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL e PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ

*A gente precisa agradecer mais as merendeiras do que as diretoras da escola!
Sem isso a gente não vende! (CARLA GALVÃO, 2021).*

Figura 11 – Foto 1: Feira de troca de sementes e sabores. Foto 2: mudas para trocas na feira. Foto 3: Entrega dos alimentos no Programa de Aquisição dos Alimentos durante a pandemia na C.J.S.



Fonte: A autora (2021).

A alimentação escolar é garantida a todos estudantes da educação básica de escolas públicas e filantrópicas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo às necessidades nutricionais durante a permanência em sala de aula e contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Com a formulação de políticas públicas que instituem a garantia e promoção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no ano de 2009 passa-se a pensar as compras institucionais de alimentos, no sentido de viabilizar mercados para a agricultura familiar e garantir um alimento seguro e limpo para a comunidade escolar. A partir desse cenário, os governos devem seguir as diretrizes: o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares; a universalidade do atendimento; a participação da comunidade no controle social; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos e o direito à alimentação escolar, visando garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos alunos, com acesso de forma igualitária (BRASIL, 2009).

O estado do Paraná com seus 399 municípios, 2.147 estabelecimentos de ensino, 2 colégios quilombolas, 37 escolas indígenas, 19 escolas agrícolas em formato de internato. Totalizando um pouco mais de 1 milhão de alunas(os). O Estado apresenta uma diversificação dos agroecossistemas podendo assim interferir nos produtos a serem adquiridos.

A gestão do PEAE/PR decidiu por segmentar os produtos em grupos de alimentos, destacando os “grupos” e não itens para se ter um leque maior de alimentos. Este modelo de agrupamento permite respeitar o perfil de cada território, bem como garantir o abastecimento das escolas sem agrave. Neste sistema, portanto, o aluno e o agricultor são beneficiados – o aluno porque sempre tem cardápios diversificados, integrados por alimentos frescos, e o agricultor porque tem a possibilidade de fornecer o alimento. São cerca de 90 gêneros alimentícios que as cooperativas e associações podem ofertar na Chamada Pública para serem entregues às escolas. Segundo (Bruginski, 2021)⁷ a gestão estadual em 2010 já utilizava o Sistema Eletrônico Merenda, que auxiliava na distribuição de alimentos, controle de qualidade, monitoramento dos cardápios das escolas, alunos atendidos, entre outros,

⁷ Entrevista dada no webinar PNAE no Paraná, o objetivo era construir propostas para fomentar, fortalecer e retomar às compras no país frente a desestabilização política causada pelo atual presidente. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=M0qV5FO1oso>. Acesso: 20 de jul. de 2021.

mas até então era voltado para os processos inerentes à compra e distribuição de alimentos não perecíveis.

O sistema foi configurado de forma a realizar desde a Chamada Pública até o controle de recebimento dos produtos contratados. Neste os interessados devem se cadastrar via sistema, escolhem os municípios que desejam atender, com quais grupos de alimentos, e têm como resultado o Pré-Projeto de Venda feito automaticamente pelo Sistema Eletrônico, que calcula a quantidade de acordo com o número de alunos de cada escola, e o valor por grupo de alimentos (Bruginski,2021).

Figura 12 – Grupos de alimentos da agricultura familiar no PNAE/PR.



Fonte:Relatório da Agricultura Familiar. Relatório da Fundepar.

Os grupos de alimentos fundamentais, perecíveis, atualmente tem oferta universalizada (frutas, hortaliças, legumes, temperos, panificados, suco de frutas). Os que ainda não são ofertados para a totalidade dos municípios decorre de haver ou não tradição agrícola e pecuária na região – produção de leite, iogurte, carnes, feijão, derivados de milho (grupo farinhas e grãos – milho pipoca), conforme demonstra o mapa no anexo 3.

Após o período de propostas, o Sistema gera a classificação de acordo com a legislação, registra eventuais recursos ao resultado, desistências, e todo o processo que envolve a Chamada Pública. Após a classificação final, gera os Projetos de Venda

de cada proponente, cujos valores são utilizados para celebrar o contrato, definir o que e quanto será entregue por semana, quinzena ou mês, e como fica automaticamente alimentado no acesso da escola, permite que cada escola somente confirme a entrega dos produtos planejados que já constam no Sistema.

Conforme preconiza a legislação, desde a primeira Chamada Pública há prioridade na seleção e contratação de alimentos orgânicos, os quais tem representado em média 14% da quantidade dos itens fornecidos, e 14% do valor pago no mapa das localidades no apêndice 3.

É importante ressaltar o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), implementado no Estado do Paraná e que reconhece “o ambiente escolar como um espaço adequado à formação de hábitos saudáveis e de promoção à saúde, principalmente no tocante ao PEAE-PR realiza a complementação dos recursos financeiros necessários para execução do Artigo 14 da Lei do PNAE.

Tabela 5 - Processos que antecedem a formulação da Lei 11.947 de 2009 no cenário nacional.

| Ano | Processo |
|------------|--|
| 1955 | Assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Na ocasião, foram celebrados convênios diretamente com o Fisi e outros organismos internacionais |
| 1956 | Com a edição Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. |
| 1965 | O nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) |
| 1976 | Embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. |
| 1988 | Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. |
| 1993 | A execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquirir os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e |

| | |
|------|--|
| | ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. |
| 1994 | Descentralização dos recursos para execução do Programa foi instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização. |
| 2000 | Outra grande conquista foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo. |
| 2001 | A Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), propiciou grandes avanços ao PNAE. Dentre eles, destacam-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local. |
| 2006 | A partir de 2006, uma conquista fundamental foi a exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do Pnae quanto ao alcance de seu objetivo. Outro marco que merece destaque, a partir de 2006, foi estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do Pnae, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, merece destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa. |
| 2009 | Sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral. |

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento-FNDE (Adaptado, 2022).

Figura 13 - Fundamentação legal e objetivos sobre órgãos governamentais, políticas e programas direcionados a comunidades remanescentes de quilombos.

| | |
|--|---|
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | Resolução CD/FNDE nº5, 24 de março de 2006 ¹ . Estabelece o per capita de R\$ 0,42 para alunos matriculados em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 ² e Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 ³ . Estabelece particularidades à alimentação de escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos quanto ao valor <i>per capita</i> , à compra de gêneros da agricultura familiar e ao suprimento das necessidades nutricionais. |
| Estatuto da Igualdade Racial | Instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 ⁴ . Defende que os indivíduos das comunidades remanescentes de quilombos sejam beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na SAN e na atenção integral à saúde |
| Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)⁵ | Promove a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, às quais englobam as comunidades remanescentes de quilombos. |
| Agenda Social Quilombola | Instituída pelo Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007 ⁶ . Destina recursos para as comunidades, por meio dos Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e prevê a efetivação das políticas de forma a atender as demandas com eixos de atuação no acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania |
| Programa Brasil Quilombola (PBQ)⁷ | Coordenação das ações governamentais nos níveis transversal, setorial e interinstitucional, voltados às comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação social. |
| Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) | Instituída pelo Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 ⁸ . Tem como objetivo reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra e tendo como princípios a transversalidade, a participação e a descentralização. |
| Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) | Instituída pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 ⁹ . Tem como objetivo acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro para promoção da igualdade racial, articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais e, ainda, acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados relacionados à igualdade racial e ao combate ao racismo. |
| Fundação Cultural Palmares (FCP) | Instituída pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 ¹⁰ . Tem como objetivo promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. |

Fonte: FORTUNADO, 2014.

3.1 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA

O Artigo nº 6 do Decreto nº. 4.316/2020⁸ da Secretaria de Educação do Estado do Paraná aponta primeiramente a suspensão das aulas entre os dias 20 de março à 4 de abril de 2020 na rede de ensino do estado do Paraná. Neste mesmo decreto determina a manutenção das instituições abertas para o atendimento e garantia do abastecimento de gêneros necessários e essenciais à população como o Programa Leite das Crianças. De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) o programa tem por objetivo:

[...] Auxiliar o combate à desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite às crianças de 06 a 36 meses, pertencentes a famílias cuja renda per capita não ultrapassa meio salário-mínimo regional (SEAB, 2020).

O programa é intersetorial, englobando ações das Secretarias da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, da Educação – SEED, da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e da Saúde – SESA fomentando a agricultura familiar. Caráter importante que visa garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade. Esta decisão e a ação da sociedade civil fortaleceu o entendimento da necessidade de distribuição das cestas com alimentos perecíveis e não perecíveis durante a pandemia.

A Resolução nº. 901/2020 – GS/SEED⁹ orienta a distribuição da merenda escolar durante a suspensão das aulas em cumprimento ao decreto nº. 4.316/2020. Autoriza a distribuição dos alimentos perecíveis e não perecíveis da Merenda Escolar a estudantes regularmente matriculados nas instituições de ensino da Rede Estadual e inscritos no Programa Bolsa Família. As entregas são quinzenais e iniciaram no dia 26/03/2020.

O governo paranaense ampliou o volume de alimentos com aporte extra de R\$ 20 milhões de reais durante o período da pandemia. Para Andrea Bruginski (2020), nutricionista do programa estadual, foi necessário reduzir a quantidade de grupos alimentares de 16 para 10, alimentos regionais como o filé de peixe não estão no

⁸ Decreto nº 4.316/2020 está disponível no anexo 4.

⁹ Resolução nº 901/2020 - GS/SEED, anexo 5.

cardápio a modo de padronizar os produtos a serem entregues. Priorizou-se manter aqueles com disponibilidade universal, para facilitar a logística na execução da chamada pública, que é aberta para todos os grupos alimentares ao mesmo tempo, facilitando o acesso de associações e cooperativas.

Outra decisão tomada, no dia 15 de maio, pela gestão do programa para padronizar as cestas aos beneficiários, foi enviar kits com alimentos não perecíveis aos municípios do estado, onde os alimentos perecíveis são incluídos. Desta maneira, apenas os alimentos perecíveis estão sendo comprados da agricultura familiar. As interlocutoras durante a entrevista apresentaram a execução do PNAE durante a pandemia no C.E.Q.Diogo Ramos.

Durante a pandemia, a associação da comunidade do Córrego das Moças continuou entregando os alimentos para a formação de kits de alimentos para as famílias dos estudantes. (Carla Galvão, agosto de 2021. Entrevista realizada pela autora). A cada 15 dias vem alimento de lá do Córrego Das Moças, pelo Gedielson¹⁰ que também é professor daqui. E aí eles trazem aí um bom tanto que a gente entrega não só para os pais de alunos como para todo público, as verduras são daqui mesmo da Comunidade[...] E aí eu entrego o leite que vem para as mães que tem bebê pequeno.(Eva, agosto de 2021. Entrevista realizada pela autora).

As entrevistas dispõem sobre a articulação feita no território para que as famílias e os estudantes recebam os alimentos durante este momento de instabilidade social e econômica. A alimentação escolar é garantidora de vida, o programa efetuado de forma comprometida por parte do Estado possibilita o desenvolvimento rural de forma sustentável a partir da entrega dos produtos da agricultura familiar e preservação ambiental, proporcionando a permanência das famílias no campo, além da geração de emprego, renda e produção alimentar saudável para a comunidade. A articulação entre os agricultores, cooperativas e associações se fez necessário para que os alimentos continuassem sendo escoados sem prejudicar economicamente e viabilizando o planejamento destes.

¹⁰ Gedielson Ramos é professor C.E.Q.Diogo Ramos e está na gestão atual da Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro Córrego das Moças- CRQCM. Ele é responsável por articular os agricultores, produzir e entregar os alimentos aos 4 colégios do município de Adrianópolis/PR: C.E.Q.Diogo Ramos, E.E. Porto Novo, C.E. Selbmann.

3.2 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO JOÃO SURÁ

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo dos programas de alimentação e nutrição do país, a partir do ano de 2009 com o suporte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se tem o destinatário de 30% dos alimentos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e grupos de mulheres. Estão cadastradas no sistema da Fundepar a Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro Córrego das Moças com 41 cooperados sendo 20 DAP¹¹ quilombolas, 02 DAP agricultura familiar, 19 famílias produtoras sem DAP. E a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá com 30 cooperados sendo 21 DAP quilombolas e 09 sem DAP são as duas únicas comunidades quilombolas do Paraná cadastradas.

A Comunidade Quilombola do João Surá através do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos passa a participar da distribuição dos alimentos. Este fato iniciou-se no ano de 2017, por meio da articulação do colégio, famílias agricultoras e associação. A priori a direção junto a comunidade articularam conjuntamente o projeto de venda para envio a Fundepar (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional) Em entrevista com o antigo diretor do colégio:

Se eu tive uma participação neste momento foi através da escola[...]que efetivamente fomos eu, dona Clarinda algumas pessoas comunidade que fizemos o primeiro projeto. Fizemos tudo para inscrever as DAP's e desenvolvimento do projeto de venda. Tudo! (Cassius Cruz, janeiro de 2022. Entrevista realizada pela autora e Glauber Coutinho).

Primeiramente foi necessário organizar os problemas jurídicos que a associação se encontrava no momento. Para posterior, à concorrência na 1ª Chamada com protagonismo da comunidade, por questões internas não conseguiu-se dar continuidade no levantamento dos produtos que seriam entregues para a alimentação escolar, logo não participaram da chamada. Acredita-se que a falta de uma assistência técnica para as famílias quilombolas naquele momento fez com que tivessem interpretação complexas sobre o processo, pois a dificuldade se deu justamente por compreender a logística do programa.

¹¹ A **DAP** é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtida tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA.

Nos meses seguintes abre-se outra chamada pública, neste momento a comunidade estava mais alinhada e preparada para a proposta, contudo foi necessário que a gestão do colégio novamente apoiasse a submissão da proposta. Conta-se que foi necessário abrir uma sala do colégio, e ir preenchendo os produtos conjuntamente as famílias agricultoras. Outras articulações foram necessárias para que as entregas desse prosseguimento, como a parceria com a Associação Remanescente Quilombola do Córrego das Moças que a partir de então passa integrar o programa.

A parceria ocorreu no momento em que a A.R.Q.B.Córrego das Moças iniciava a implementação da horta mandala comunitária na comunidade.

[...] nesse momento percebemos que não teríamos volume de produção para entregar durante todo ano. Por isso a necessidade de articular com outras comunidades[...]dividimos a produção com outra Associação Quilombolas Córrego das Moças (Carla Galvão, agosto de 2021. Entrevista realizada pela autora).

Ainda no âmbito das dificuldades de não ter assessoria técnica na região, e muita vontade por parte da comunidade em acessar o programa, a quantidade de produção não conseguiria sustentar a distribuição para as quatro escolas inscritas. Com a parceria com a A.R.Q.B.Córrego das Moças optaram pela logística em dividir as distribuição por proximidade.

Nos dividimos assim: Nós (C.J.S) entregamos para o C.E.Q Diogo Ramos e E.E. Porto Novo.Eles com as outras E. Vila Mota e E.E. Selbmann[...] sendo assim ficaram as duas comunidades entregando juntas.(Carla Galvão, 2021. Entrevista realizada pela autora).

Durante o tempo de pesquisa na comunidade e externamente percebe-se a forma comunitária de organização. Segundo Komarcheski (2019) as comunidades do Vale do Ribeira apresentam maneiras próprias de se organizarem socialmente, sendo o trabalho a maneira coletiva de ser executado. Essa coletividade extrapolou-se na inter-relação entre as comunidades da região. O método organizativo “acontece independente das ações de agentes ou mediadores externos” , isto se apoia pela relação de parentesco e amizade. Ao entrevistarmos a ex merendeira C.E.Q. Diogo Ramos e atual secretária do E.E Porto Novo, Elisane Sbravati:

Meu pai se mudo do quilombo ainda muito novo, depois se casou com a minha mãe que é de São Paulo, descendente de italiana[...]Fui criada dentro de outra cultura alimentar. Então quando eu retornei para o quilombo e me casei[...] Falava a mesma língua né, quando eu cheguei aqui o pai da minha sogra, foi o fundador da Martins Morato, *faziam taiada, rapadura e farinha.*

(Elisane Sbravati 2021. Entrevistada pela autora, Carolina Borba e Glauber Coutinho).

Em outro momento da entrevista:

O pai é quilombo, a avó da minha avó minha avó tem 94 anos e ela ainda é viva graças a Deus. Saudável não teve sintomas nenhum para vacinar¹² para você ver como que ela é forte. Eles foram as pessoas que ocuparam o bairro hoje. Vocês já ouviram falar da Comunidade Quilombola Bairro dos Malaquias? É um núcleo da Comunidade do Córrego das Moças, o terreno foi vendido hoje para vários fazendeiros. Minha vó, diz que o pai dela é o primeiro morador ali. Depois que fui trabalhar no *Diogo* com a ajuda da Cássia, descobri que a mãe da minha avó é mãe da mãe da irmã da avó da Andreia avó da minha avó uma coisa assim. Eu tenho um Cruze vou conseguir certidão Nascimento tenho a certidão de nascimento dela tem o sobrenome era o mesmo. Um dia eu perguntei ao Cassius, ele disse espera aí que eu vou descobrir. Ele foi ver com o pai a mãe da minha avó e avó do meu pai (Elisane Sbravati agosto de 2021. Entrevista realizada pela autora, Carolina Borba e Glauber Coutinho).

Nessa rede de parentes se constitui também a relações de trabalho executadas de forma comunitária, a interlocutora foi criada próxima a família materna no interior de São Paulo com outra cultura alimentar. Elisane conta que depois de adulta se reencontra ao ir morar no território. A relação de trabalho irá ser demonstrada na força de articulação que ambas as comunidades tiveram para distribuírem os alimentos de qualidade e saudáveis para as escolas. As formas de relacionar-se "não são embasadas na racionalidade moderna instrumental, mas tem em sua origem relações objetivas e subjetivas, inclusive afetivas, que movem os atores envolvidos" (KOMARCHESKI, 2019 p. 152).

Segundo a observação sobre os modos de cultivo na comunidade, fomos visitar seu Paulico e dona Maria Aparecida, casal de agricultores da comunidade. Sentamos na sala da casa do casal, papeamos por algumas horas, eles interessados em conhecer cada uma do grupo de pesquisa. Conversamos sobre as relações familiares e a vida pessoal de cada um. Estava *familiarizada* depois que dona Aparecida me chamou para ir passar uma cafezinho para o grupo de pesquisa e seu companheiro. Ao entrar na outra parte da casa, a cozinha. Lá, ela apresenta o café torrado, um dia antes da nossa presença na casa, o fogão a lenha e bons minutos com papos entre mulheres enquanto a água do café fervia. Não quis fazer muitas perguntas, apenas me coloquei à disposição para estar presente e aproveitar o

¹²Nesse trecho da entrevista, Elisane Sbravati demonstra o orgulho da avó ter sido vacinada contra Covid-19.

carinho oferecido pela família. Os momentos foram de muitas felicidades seu Paulico e Dona Aparecida esperavam a chegada da neta e o bisneto. O grupo de sete pesquisadores foram convidados para participar do almoço de domingo em família. O casal não deixou que saíssemos da propriedade sem almoçar e festejar com eles naquele momento. Enquanto o almoço era preparado, por sua filha, ele nos apresentou a propriedade e o quintal da casa. Eles produzem de tudo, uma propriedade autônoma, havia feijão, arroz, café, legumes, verduras, milho, galinha e porco.

Ao entrevistar o ex diretor Cassius tentamos entender porque o casal de agricultores não participava da venda para o PNAE dos alimentos além dos grupos: verduras, legumes e frutas.

autora: Na última visita, fomos na casa do seu Paulico e da Dona Aparecida, vimos que eles produzem muitos alimentos. Você sabe porque eles não acessam o PNAE?

Cássius: A gente pensava ter feijão, arroz e outros alimentos dele. Depois descobrimos que precisa ser embalado e dentro das normas.[...] Fizemos dois esforços para a inserção dos alimentos. Primeiro fomos atrás da cooperativa região, que fazia o beneficiamento com os quilombos de lá e a outra tentativa foi dialogar para que fossem aceitos os alimentos a granel. Nesse momento, a associação já estava tocando o processo.[...] acho que a legislação mudou.(Cássius Cruz, 2022. Entrevista realizada pela autora e Glauber Coutinho).

Para se ter uma efetivação da alimentação escolar com produtos das comunidades quilombolas e tradicionais é preciso avançar nos processos institucionais. No caso do agricultor a logística e a falta de recurso para estruturação de uma agroindústria para beneficiamento dos produtos da propriedade, interfere na distribuição de outros grupos, sendo assim esses produtos acabam indo para mão de atravessadores que pagam preços abaixo do mercado as famílias agricultoras.

Para tanto, obter-se uma alimentação escolar com base na produção da localidade é necessário alcançar recursos financeiros que permitam a estruturação da produção e/ou o entendimento dos modelos agrícolas por parte das gestões dos programas.

A entrada do PNAE na comunidade é recente, mas se vê modificações significativas a partir da articulação da comunidade com a gestão municipal e estadual. Para atender o programa, a comunidade precisou organizar formações interna de informática para aprender a utilizar planilhas, contratação de dois responsáveis pelo

administrativo da associação, maior aumento na circulação de dinheiro na comunidade e no município.

A comunidade passou a ver que é possível gerar renda, não é tão fácil porque precisamos inventar e investir tempo para isso. Mas com o programa começou a circular dinheiro no município, além das empresas de mineração. Circulou muito dinheiro nesses dois últimos anos. Então é uma atividade que deve ser muito respeitada (Carla Galvão, agosto de 2021. Entrevistada pela autora).

O diálogo estabelecido aponta para o retorno da valorização da agricultura familiar quilombola na região, uma agricultura de subsistência e que alimenta. A comunidade do João Surá passou a não entregar os alimentos desde 2020, optou-se por concentrar forças para outras atividades dentro da comunidade, haja vista que a comunidade tem poucas pessoas para desenvolver as atividades. Nestes últimos anos a comunidade está dedicando a atividade econômica ao turismo ecológico.

A Comunidade Quilombola do Córrego das Moças é a atual responsável pela entrega dos produtos para a merenda escolar das quatro escolas da região. A comunidade vêm se dedicando para a produção alimentar de base agroecológica. Outro retorno regional da articulação entre as comunidades foi o remanejamento de um assessor técnico do IDR-Paraná¹³ e estruturação da estrada de acesso entre as comunidades.

¹³ IDR- Paraná Instituto de Desenvolvimento Rural, foi instituído pela Lei 20.121/19, a partir da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar).

Figura 14 – Encontro do grupo de pesquisa com Seu Paulico e Dona Aparecida no momento em que pesavam o feijão que nos venderam.



Fonte: Acervo da autora (2021).

**4 SOMOS NÓS AS MERENDEIRAS QUILOMBOLAS CAMINHOS PERCORRIDOS
PELAS MERENDEIRAS DO COLÉGIO DIOGO RAMOS PARA GARANTIA DE
SOBERANIA ALIMENTAR.**

“Cozinhar é o mais privado e arriscado ato. No alimento se coloca ternura ou ódio. Na panela se verte tempero ou veneno. Cozinhar não é um serviço. Cozinhar é um modo de amar aos outros.” Mia Couto

Figura 15 – Forno de barro a lenha feito pelos alunos da Educação do Campo UFPR,.antiga cozinha do Colégio E. Quilombola Diogo Ramos



Fonte: Acervo da autora (2021).

Como vocês se autodeclaram ?

Eva - *“Não nasci na comunidade, sou casada com um quilombola, mas sinceramente sinto que aqui é minha casa. Já saí e voltei agora estou aqui.”*

Edna- *“Quilombola! Eu sou uma pessoa da comunidade quilombola do João Surá, uma mulher negra, e lutadora, a gente teve tantas conquistas aqui na comunidade.”*

Elisiane- *“Eu me declaro como quilombola, nascida e criada na comunidade, nasci lá no morro da Cruz. Sai da comunidade apenas uma semana para trabalhar fora e nunca mais sai. Adoro morar na comunidade, nós temos as plantações, criação, crio meus filhos todos aqui.”*

Elisane- *“Ser mulher negra, deu trabalho para me aceitar. Os estudos me possibilitou me encontrar, quando descobri que o ser humano todos tem o seu valor. Eu sou negra, eu e meus filhos são tudo neigrinhos.”*

O Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, é agraciado por diversos trabalhos como das merendeiras. A participação delas acontecem em todos os processos formativos e organizacionais do colégio, como no momento que foi necessário a mudança do horário de aula dos estudantes. Segundo Moreira (2019) os primeiros critérios estabelecidos ao formularem o novo horário de aula, foram o tempo do trajeto percorrido, qualidade e disponibilidade dos alimentos. O grupo de educadores frisam a importância dos alunos estarem bem alimentados antes de entrarem em sala de aula e ao irem para casa. Parte dos estudantes moram longe do colégio, isso faz com que elas(es) saiam com bastante antecedência de casa.

Logo, a alimentação escolar é um ponto importante para se pensar a educação escolar quilombola. A autora afirma que o processo de pensar o funcionamento da escola influencia diretamente na vida das crianças e os horários pensados pela equipe visa o bem viver dos educandos, para que a aprendizagem seja a melhor possível (MOREIRA, 2019, p. 58). Na educação escolar faz parte articular ações do espaço escolar, ser *quilombo* quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

O quilombo é assim! Acho que o negro, tem que chegar e comer na casa do preto[...] Se quer ser um bom anfitrião, tem que fazer uma boa comida. Eu digo que aprendi com a minha mãe, ela imediatamente diz: **Se somos boas merendeiras, é porquê tivemos bons aprendizados!** (Elisane Sbravati,

2021. Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho).

No trecho acima, a interlocutora expressa a relação ancestral do cultivo de servir uma boa comida para todos que visitam o território. Por mais que sejam núcleos familiares diferentes, a tradição de agradar através do paladar gustativo permite que ao aproximar-se da cozinha do C.E.Q.Diogo Ramos nos deixam hipnotizante. Segundo Moreira (2017) este é o melhor horário do dia, cheiro de comida caseira exala nas proximidades da sala. Os alimentos além de virem provenientes do PNAE, muitos são cultivados pela horta da escola, que alunos e merendeiras são responsáveis por cuidar. As verduras e temperos frescos são colocados na comida direto da horta. A horta não é apenas uma atividade extra curricular, existe o envolvimento tanto dos estudantes, funcionários e comunidade. A horta é parte integrante da relação das pessoas com o território, os temperos e chás estão disponíveis a qualquer momento para todos que circulam no território, quase num funcionamento de uma horta comunitária. Essa relação acontece de forma natural, não se problematiza ou levanta qualquer bandeira sobre o uso do espaço.

A autora Glasiele Mota (2019), apresenta a participação das merendeiras do cotidianos da escola, eventos, reuniões e formaturas. No colégio todos participam da feitura da comida. No início da implementação da proposta de educação, não havia um espaço consolidado para iniciar as aulas. A comunidade se organizou utilizando espaços já ocupados na comunidade para dar o pontapé, não tinha cozinha, sala de aula e secretaria. A própria comunidade iniciou a realocação dos espaços construídos. Memória das primeiras merendeiras da escola:

A estrutura ainda não estava pronta, como a sala de aula. A gente se perguntou, como vamos fazer a sala? Aí começamos na escolinha do municipal, Bem iniciou a matrícula, foi tudo feito naquela sala[...] as coisas foram andando, com o tempo fizeram aquelas 4 salas de madeira. Fizeram o banheiro. E aí, como seria a cozinha? A cozinha e mais um quartinho ficaram ao lado da secretaria junto ao estoque[...] era tudo bem apertadinho. (Edna,2021. Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho).

A memória da entrevistada sobre o início da escola, segue com as mãos apontadas para os lugares que hoje estão fechados, antes de estudarem era necessário percorrer aproximadamente 21 km até a Adrianópolis¹⁴. Ainda quando

¹⁴ Na oficina de cinema desenvolvida pelo grupo de extensão e pesquisa Joana de Andrade em intermédio do pesquisador e professor Glauber Coutinho os estudantes do colégio desenharam através

pequenas elas percorriam o caminho a pé, nem todos os dias era possível por causa das fortes chuvas e das condições precárias da estrada. A falta de assistência dos governos impedia que as crianças estudassem, todas as interlocutoras falam da alimentação no período que eram estudantes, a estratégia das famílias antes de mandar as crianças para escola era dar comida reforçada como arroz, feijão e macarrão para terem sustento durante o percurso e o tempo longo de caminhada.

Posteriormente a contratação de professores foi realizada pela SEED-PR, todos os professores no início eram de fora da comunidade incluindo a direção todos sem compreender os modos de organização da comunidade. A educação escolar quilombola, não é apenas inserir algumas questões no currículo pedagógico e atividades da escola, os profissionais devem compreender e respeitar a forma de organização específica das comunidades a fim de gerar caminhos para o desenvolvimento sustentável, da produção que evita a agressão ao meio ambiente e ao ser humano (SEED, 2006). Os conflitos afirmados foram pelo descaso com a proposta que se vinha construindo.

No primeiro ano na escola não tinha água, tínhamos que carregar. As pessoas que trabalhavam que eram de fora, abriam a caixa d'água para secar a água, para ir embora cedo da escola. A gente carregava muita água da casa do Júlio para poder fazer comida. Foi muito sofrido no primeiro ano. (Relatos da comunidade, 2021).

A falta de comprometimento com a educação dos profissionais externos interferia na gestão das famílias, a comunidade era acometida pelas ações do racismo estrutural, pois ele é um elemento que integra as relações, sejam elas econômicas, sociais, políticas, essa prática se faz presente dentro de uma sociedade desenvolvida dentro dos moldes coloniais (Almeida,2019). Às trocas de conversa contínua e uma das interlocutoras apresenta o racismo passado por elas naquele período:

[...] Nós éramos muito discriminados pelos professores. Eles traziam pão, queijo, mortadela e *nescau*. A gente saía da escola para fazer o café deles. Ai gente chegava e comia as coisas deles. Escutamos de uma professora que quem comesse uma colher de nescau ou comesse o pão no outro dia teria que comprar. Aí paramos de comer, né!(risos). Eles não traziam para nós. Nunca mais. Mas era assim, eles vim na terça e depois na quarta, quinta não retornavam. Eu preparava o almoço antes. Lembro uma vez que liguei para o diretor perguntando se ele não ia vir para o colégio. Eles disseram que não. Me recomendaram guardar a comida para o outro dia. Nossa, guardar a comida?! Eu joguei tudo fora. Eu não iria fazer para os alunos o que não faço

de técnicas da facilitação gráfica o trajeto percorrido por alguns moradores que iam estudar na cidade. Anexo 6.

na minha casa. Se caísse um mosquito na minha comida eu jogava tudo fora e fazia novamente. Eu não vou fazer nojeira para os alunos. (relatos da comunidade, 2021).

Quando estimuladas a falar da contribuição nas escolas, elas:

Sempre gostava de fazer comida diferente, Eu gostava de trabalhar na cozinha[...]Cebola alho não tinha na escola, se a gente queria que eles começassem bem a gente, nós levamos muitas coisas. Quantas cabeças de alho e cebola eu levei. Tinha uma horta na escola, e começamos a plantar (Elisiane, 2021. Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho)

Por causa da má infraestrutura oferecida pelo Estado, parte da alimentação era retirada da própria comunidade como verduras, legumes e suco para fortalecer os produtos enviados para a alimentação escolar. A comunidade relata que várias vezes os moradores faziam “um junta, junta de alimentos” para servirem a merenda. Por diversos motivos isso ocorria, algumas vezes por falta de energia na comunidade que estragava as comidas do freezer e geladeira, o atraso na entrega da merenda e a má qualidade dos produtos fornecidos pelo Estado. As pessoas da comunidade têm o costume de comer bem, com fartura de alimentos. A exemplo disso foram as nossas experiências durante o campo, onde em todas as casas que passamos foi oferecido algum tipo de alimento junto ao café.

Com o tempo o ensino foi tomando outras roupagens e entendimento levando para a comunidade pessoas com mais aptidão para o trabalho. A comunidade passou a ser protagonista da escola dos profissionais através da carta de anuência emitida por toda comunidade e formação de professores da própria comunidade.

As merendeiras são contratadas pelo processo seletivo simplificado- PSS que todo ano abre para exercer o cargo. No modo próprio de organização as mulheres que iniciaram a cozinha dividiram o salário:

Fizemos a inscrição e ficamos aguardando o resultado. Quando saiu foi priorizado as pessoas que mais precisavam trabalhar na comunidade. [...] saiu o resultado avisando que apenas uma pessoa poderia trabalhar na cozinha. E aí ficamos dividindo o salário, pois nós duas estávamos precisando. (Edna, 2021).

A lógica empregada pelos moradores de priorizar as famílias que mais precisavam de renda no momento considerando a divisão dos salários com trabalho igualmente realizado. Foge da lógica colonial, meritocrática e competitiva, onde a prioridade da comunidade é o bem viver de todas. O olhar para o financeiro como algo que garanta a permanência e qualidade de vida no território.

O ponto curioso das interlocutoras é que todas sempre se afirmam com as melhores merendeiras do colégio. A expressão de satisfação e saudosismo corria no olhar ao lembrar dos tempos em que alimentava os estudantes.

Qual comida vocês mais gostam/gostavam de cozinhar?

Polenta com frango, risoto com frango, feijão preto com couro defumado. O nosso risoto é arroz com frango bem amarelinho, a gente fica frita o *peitinho* de colocar o cheirinho verde faz aquele arroz bem amarelinho, não vermelho de extrato de tomate. (Elisane Sbravati, agosto de 2021, Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho).

A Segurança Alimentar possui muitas dimensões, sendo a disponibilidade e qualidade de alimentos se não analisados dentro da política pública agravam o índice de insegurança alimentar. Isto é, alimentos ultraprocessados. Todo tipo de processamento empregado na produção dos alimentos modifica o sabor, nutrientes e gera impactos sociais e ambientais. Os alimentos ultraprocessados são fórmulas industriais com extração de alimentos. A merendeira sabendo das necessidades nutricionais e seguridade dos alimentos sempre optou por cozinhar com produtos frescos e *in natura*, mesmo nos momentos em que o Estado não priorizava as necessidades dos educandos.

Com o acesso a compra de produtos das comunidades:

Eu fui trabalhar na cozinha sem nenhuma orientação, com o tempo fui me adaptando. Eu ia escrevendo no caderninho o cardápio dos dias. Era muita coisa, tinha dias que não conseguia marcar, aí corria lá no caderninho para anotar os alimentos (Edna, 2021).

As anotações se tornam necessárias no dia a dia do trabalho das merendeiras, nele é anotado a merenda do dia e quantidade de estudantes na escola. A secretaria de educação conta no quadro de profissionais com uma nutricionista que é responsável de elaborar o cardápio. Esse cardápio é padronizado conforme o núcleo escolar. O C.E.Q. Diogo Ramos passou por um período de reformulação do cardápio, a partir dos incômodos dos estudantes que não gostavam dos produtos que estavam disponíveis para alimentação. Foi uma época que era servido alimentos ultraprocessados, em pacotes e sem segurança. Muitos acreditavam que o erro no sabor da comida era falta de cuidado da profissional. A merendeira reuniu todas as turmas e abriu a dispensa da escola mostrando todos os produtos que vinham para ser servido. Por seguinte, a escola iniciou a oficina de alimentação onde toda a comunidade interna e externa propõe o cardápio do mês.

Gosto se discute, sim, coletivamente!

Vocês não comem, não querem saber de comer. Acham que estou inventando coisas, então vamos tentar ter uma aula para eles arrumarem o estoque[...]. Arrumaram o estoque e viram exatamente o que tinha dentro. Eu propus agora você vão montar o cardápio a partir dos alimentos que estão aqui.(Edna, agosto de 2021. Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho).

O gosto deve ser discutido na tentativa de compreender ambos os lados. A comunidade do João Surá se organiza de forma coletiva, logo a situação apresentada pela merendeira aponta maneiras eficazes de participação das crianças na organização da comunidade, o seu caráter educativo. O Projeto Político Pedagógico-PPP dispõe que a equipe multidisciplinar, das Relações Étnico-Raciais contribui para a valorização da cultura quilombola e vem contribuindo na valorização da cultura quilombola e no reconhecimento de práticas e manifestações de matriz africana. (PPP, 2016, p. 14). A partir desse diálogo o cardápio passou a ser construído semanalmente pelas turmas, cada semana uma ficava responsável.

A professora Glasiele complementou o trabalho educativo da merendeira. As turmas começaram a olhar o estoque de alimentos, com isso compreenderam a dinâmica diária do trabalho na cozinha e desenvolveram receitas para complementar a alimentação da escola com produtos que não faziam sentido para a alimentação tradicional da comunidade:

Exemplo o polvilho: Olhei a receita na internet, peguei a criançada e levei para cozinha. Fizemos biscoitinho de polvilho, além de comer bolacha. Qualquer outra coisa, consumir o que eles produziam era a coisa mais linda. (Glasiele Matos, 2021 Entrevistada pela autora, Carolina dos Anjos Borba e Glauber Coutinho).

A atividade aguçou o conhecimento dos educandos que sempre buscavam outras receitas e formas de fazê-las. Educar através da alimentação assim como o Diogo Ramos que ensina através do caule da juçara que além de dar frutos, também alimentava o conhecimento.

Nós somos orientadas pelas nutricionistas a colocar tudo no prato dos educandos, e não é assim. Numa comunidade quilombola ninguém força ninguém a comer, as pessoas comem se quiserem! Temos que fazer o que as crianças gostam, nem por isso as crianças estão desnutridas. Eles têm uma educação alimentar diferente do que a sociedade prega que é certa. (Elisane, 2021. Entrevista pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho).

“Eu olho para hoje, e fico pensando quando a gente era jovem, tudo enlatado, embutido com tanta informação” (Eva, 2021).

O PNAE com a aquisição dos alimentos da própria comunidade reconecta com a territorialidade das crianças e partícipes da educação. Os estudantes podem visualizar na merenda produtos cultivados na propriedade de seus familiares. Os alimentos foram adaptados para serem aceitos a comunidade, existe grande volume de legumes e verduras. Os professores auxiliam ao receberem os alimentos, há muita coisa para ser feita ao mesmo tempo, conferência dos alimentos, cozinhar os alimentos, armazenar, organizar e limpar.

Bolo, torta de chuchu, torta de abóbora. Eu fazia uma massa de panqueca, seguida coloca aos pouco de massa na forma, abóbora raladinha, temperos e finaliza com uma camada.(Edna, 2021 Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho)

Manobra arriscada da merendeira em colocar alguns alimentos escondidos na receita, mas surtiu efeito na aceitabilidade dos alimentos que eram recusados como o chuchu e a abóbora.

Chamei todos da escola, professores e alunos. Perguntei: Vocês não comem abóbora e nem chuchu né.. Então tudo que eu fiz aqui é abóbora e chuchu e vocês comeram tudo. E aí vamos mudando hábitos alimentar né, com o tempo eles começaram a pedir: Como vocês não comem?! Está tudo aqui: abóbora e chuchu ralado e misturado. Eu precisei ir adaptando os alimentos que vocês produzem(agricultura familiar) para começarem a comer.(Edna, agosto de 2021.Entrevista realizada pela autora, Carolina dos Anjos e Glauber Coutinho)

Com a inquietude de incluir alimentos no cotidiano dos estudantes, a merendeira buscava o recurso da internet para ampliar o leque de receitas e mostrar a todas a variedade e valores nutricionais dos alimentos.

Cozinhar está enlaçado ao ato de amar, quase que numa relação de sentido único. Como a interlocutora Elisane nos traz para reflexão ***“A merenda em si tem que ser feita com amor, a comida precisa ser feita com amor! Se não cozinhamos com amor, não atendemos o paladar da visita, dos amigos e das pessoas que amamos. (Elisane,2021)”***¹⁵

O amor expressado pela entrevistada se liga ao ato de servir ao outro, ou seja, fazer que outro seja acalorado pelo estômago. Percebe-se isso no momento que

¹⁵ A autora optou pela formatação em negrito e itálico para aproximar o leitor da emoção trazida na fala da interlocutora.

fomos recebidos por ela e sua família, o fogão estava repleto de comida boa, no quintal seu marido preparava o tacho de *Taiada*. Ao comermos sentíamos quase que uma sensação de devoção, ou melhor era um momento de religar à ancestralidade.

Algumas perguntas foram feitas da mesma forma para todas as interlocutoras. Uma que quero destacar é em relação a serem de forma individual escolhidas as melhores merendeiras. Elas reconhecem a magia que fazem e fizeram na cozinha do colégio¹⁶.

“Sempre gostava de fazer comida diferente, Eu gostava de trabalhar na cozinha[...]

[...]os alunos que dizem, Eu tento fazer o meu melhor, sempre leva tempero da comida para deixar a comida mais gostosa (Elisiane, agosto de 2021)”

“Esses dias nós, durante uma formação de professores do Estado, perguntaram se os professores lembravam a merenda escolar no período que estudaram. Aí tinha uma aluna do colégio que havia estudado D.R na época que eu era merendeira. “Ela levantou a mão e disse apontando para mim: Ela é a melhor merendeira do D.R, apesar de estar na frente das outras aqui, mas a comida dela ficou na minha memória” (Elisane).

“Ah, eu gostava de fazer comida!”(Edna)

“Me dá um pouquinho de trabalho, mas eu gosto. Vejo que a gente, que é merendeira, é diferente. (Eva e Vera)”

Este capítulo tem por objetivo trazer as vozes e protagonismo das merendeiras, estas mulheres que atuam e atuaram expressivamente na manutenção da cultura alimentar, qualidade e educação para os educandos do C.E.Q. Diogo Ramos. Durante as entrevistas as interlocutoras demonstram a ligação direta com a Terra, rompendo os mecanismos coloniais, possibilitando o contato com os modelos operantes de ação coletiva entre os viventes da comunidade. Existe relação direta com os mais velhos, na maneira de participar do ensino das receitas aos educandos. Portanto, o ponto fundamental é o reconhecimento do modo de vida desses sujeitos, pois não existe escassez dentro de uma estrutura tradicional. O colonialismo impõe processos de disputas, racismo alocando desta maneira as pessoas em situação de insegurança alimentar e desestruturação dos territórios. Mostra-se a importância do

¹⁶ A autora optou por deixar a fala das interlocutoras sem formatação de recuo para demonstrar a real poética, a sonoridade e a vontade que durante a entrevista presenciaram. Visto que todas afirmam de certa forma serem as melhores merendeiras.

diálogo e apropriação das tecnologias desenvolvidas pela comunidade para passar facetas do colonialismo a fim de estruturar para as outras pelas gerações os conhecimentos, e a permanência no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos o que as crianças querem, [...] É necessário trabalhar com a emoção o tempo todo, tanto na merenda quanto na sala de aula. Nós conhecemos o comportamento de cada criança.(Elisane,2021).

A pesquisa aproxima-se do olhar ao trabalho das merendeiras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Essas sendo central na articulação para a efetivação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e a permanência no território através das suas práticas culturais alimentares.

O Brasil foi construído a partir de uma lógica de exploração de pessoas, expropriação de terras e bens. O progresso econômico desenvolvimentista gera o nível de insegurança alimentar que a população como um todo vivencia agravada pelas decisões políticas.

A exemplo disso temos no início do mandato do atual presidente a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Consea na tentativa de desarticular a participação social a exercer a exigibilidade as política. Em meio a isso, o país retorna para o Mapa da Fome logo no início do ano de 2019, agravada pela pandemia da covid-19 os índices aumentaram referente ao grau de insegurança alimentar da população como um todo. Essa situação fere o Direito Humana à Alimentação Adequada que tange suprir as necessidades básica o direito de cada pessoa ter o acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para obter estes alimentos, sem comprometer os recursos para obter outros direitos fundamentais, como saúde e educação (Brasil, 2006).

Com tudo, tem-se o Programa de Alimentação Escolar, sendo o mais antigo programa de acesso à alimentação no país, que por decisões políticas criou lacunas em outros programas de apoio como o Programa de Aquisição de Alimentos. As famílias agricultoras, cooperativas, associações e grupos prioritários assistidos pelo programa aumentaram o saldo de compra por nota, mas com isso não foi reajustado o saldo final de aquisição como um todo. As famílias agricultoras ficam fragilizadas

pelas compras de grandes cooperativas que com essa mudança podem acrescer mais volume de produto à venda prejudicando as pequenas produções.

Neste sentido, desenvolveu-se a pesquisa em relacionar a experiência da autora pelo tempo de trabalho como merendeira e as práticas das merendeiras do C.E.Q.Diogo Ramos.

A comunidade do João Surá junto ao Bairro Córrego das Moças são as únicas DAP's prioritárias de comunidades quilombolas cadastradas na Fundepar resultando em quase 80 agricultores participantes, a pensar que no momento apenas as C.M estão entregando pela forma de organização e volume de produtos.O Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, protagonizou a ação de implementação do programa através da articulação com a ação dos moradores junto a outras comunidades.

As merendeiras do colégio tiveram e têm atuação na efetivação e manutenção das políticas, para além de apenas executar os princípios estabelecidos pelos órgão gestores, elas fazem o papel de salvaguardar as tradições alimentares da comunidade.

“O pastel de farinha e o pão na fofalha[...]estava lá, nós chamávamos as pessoas de mais idade da comunidade para participar, contar a história da receita e mostrar a tradição” (Edna).

“paçoca de carne e outras fazerem paçoca de amendoim” (Edna, 2021).
[...]antes eles mandavam muito fubá, e a criançada não gostava de fubá e reclamaram[...].” (Elisiane,2021).

A cultura alimentar se faz viva no colégio a partir da organização comunitária, onde as pessoas mais velhas da comunidade contribuem com a formação dos estudantes. E as merendeiras fazem o que é de melhor, a comida de verdade atribuída aos temperos buscados nas hortas.

É necessário ir contra o processo de terceirização dos serviços e padronização da merenda escolar, pois esta não vai de encontro com a realidade da alimentação quilombola. Considerar a alimentação nos moldes da alimentação quilombola é garantir a luta pelo direito à terra.

Durante a pesquisa foram surgindo caminhos a serem trilhados para que realmente ocorra uma alimentação que respeite as necessidades culturais da comunidade, e também vá de acordo com as formas de agricultura desenvolvidas por estes.

Com a construção do cardápio feito de forma participativa entre todos os segmentos da comunidade. É necessário que os gestores públicos olhem para as especificidades alimentares de cada povo e comunidade. A princípio não existe um Guia Alimentação Escolar das Comunidades Quilombolas para que seja discutida uma alimentação escolar quilombola de forma verídica. Que respeite, a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Conhecer essas mulheres, escutá-las me fez compreender dimensões educativas que ainda não havia aprendido, por mais que estivesse há muitos anos no espaço escolar, próximo de um olhar educacional transformador, longe da lógica da submissão. No momento em que conversava com uma das interlocutoras demonstrei familiaridade com o assunto anunciado no momento, disse que um casal de irmãos no tempo em que eu trabalhava na escola sempre iam na cozinha para roubar bananas, e que sempre tinha que escondê-las. Eu imediatamente fui interrompida pela interlocutora que me corrigiu, mostrando que não existe roubo, as crianças apenas se alimentavam das bananas, que eram delas de direito. Prosseguiu dizendo que é cultural delas terem bananas a disposição no horário que elas bem querem, sem limites. Elas estão disponíveis para serem comidas. Em outro momento de encontro com outra interlocutora ela fala sobre as frutas no colégio.

“Banana e Jaboticaba, não dá tempo porque não vem bastante quantidade. Esses dias vieram duas caixas.[...] Levo a bacia para deixar ali e um balde ao lado para eles colocarem a casca. Toda hora um sai da sala e vai pegando. Tem uns se pudessem chupava a escola.(risos)” (Eva)

Princípios éticos tradicionais de considerar a necessidade de cada criança assim como se fala nos princípios considerado pela política de SAN não cerceado como vem a distribuição dos alimentos nas escolas, onde deve-se limitar o consumo de determinados alimentos para conseguir cumprir o cardápio para todas e todos.

Então, se não reconhecermos a sabedoria dos modos de vida dessas interlocutoras, a gente vai caminhar para um abismo sem fim, porque não existe escassez e não existe individualismo dentro de uma estrutura tradicional dos povos.

A colonialidade colocou-nos em processos escassos por uma busca absoluta pela decodificação de corpos outros.

Então, a fome e a insegurança alimentar vieram a partir da codificação dos corpos e a invenção do conceito de raças sociológicas, conseguinte aos processos discriminatórios, o crescimento econômico, ciência, política e os conceitos de desenvolvimento estão diretamente proporcional ligados a não garantia de SAN.

Para tal, precisamos aproximarmos das práticas e reflexos das comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais como estrutura de tecnologias harmônicas, pois estes e estas desenvolveram maneiras de se relacionar com a terra e outros seres, como adquirir e consumir comida.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda N. **Sejamos todos feministas**. tradução Christina Baum -1ª ed- São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. -- São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen,2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural** / -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-74-9

ALVES, L.C. **A cozinha de santo e suas cozinheiras**: um estudo etnográfico sobre iabassês do candomblé. In: SEMINÁRIO DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL:Rev. Ed. Popular , Uberlândia, v. 20, n.3, p.252-274,set.-dez. 2021.272 PRÁTICAS CULINÁRIAS E CULTURA,1.,2016, Rio de Janeiro.Anais[...]. Rio de Janeiro: UFRJ,2016

ALVES, L. C. **Onje:saberes e práticas da cozinha de santo**. 2019. Tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde)–Escola Superior de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

ARRUTI. J. **“Quilombos”**. 2008 In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, Lisboa/PORTUGAL: 1977.

BRASIL. CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Texto de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH 3. Brasília DF, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS/ Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/ Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Primeira edição. Brasília, 2011.

BRASIL. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome MDS e Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos ABRANDH. Brasília, 2013.

BRASIL. Documento de Referência da 5a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Lema: Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar. Brasília, 2015.

BRAZO, Dionísio de Almeida. **Roleção preto**: uma autoetnografia sobre o corpo negro... Cadernos de Campo (São Paulo, online). Vol. 30, p.1-19. USP, 2021.

BRUNGISKI, A. **Relatório técnico do Programa de Alimentação Escolar PR**, 2019.

BRUNGISKI, A. **Entrevista Webnário Pnae**, 2021.

CAMBUY, A. O. S **Comidoria em João Surá**: O sistema alimentar como um fato social total. CURITIBA 2011.

CASSOL, Bruna. **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU, NO PERÍODO DE 2003-2015**: um estudo de caso.2019. p .157

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**; o dilema brasileiro: pão ou aço. 5a Edição. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro RJ, 2005.

CASTRO, Eduardo V. **O nativo relativo** 2002

CHAVES, Fátima M. **Vidas negras que se esvaem: experiências de saúde das funcionárias escolares em situações de trabalho**. / Rio de Janeiro : s.n., 2004.230p

CHAVES, Fátima M. **"O trabalho de serventes e merendeiras em escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro"**.FIOCRUZ/ Rio de Janeiro : s.n., 1998.

CHAVES, Fátima M. **Outros olhares em escolas públicas: as relações sociais de trabalho sob a ótica de merendeiras e serventes**. Trabalho e educação.UFMG/ 2000.

CRUZ, Cassius M. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no Paraná, no início do III milênio / Curitiba, 2012. 200 f.]**

CRUZ, C. M. PEREIRA, A. C. A. KOMARCHESK, R. **Que desenvolvimento é esse?**” Conflitos territoriais e racismo no quilombo João Surá/PR, organizado por: BLEY, R. B. RAGGIO, A. Z. TRAUZYNSKI, S. C. População Negra no Estado do Paraná: Coletânea de Artigos - Abordagem Sociológica - v.1 / Curitiba: SEJU, p. 219-247, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2nd ed. New York, NY: Routledge, 2000

CRENSHAW, Kimberle. **Interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Cruzamento: Raça e gênero. UNIFEM. 2004.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FORTUNADO, Geisa Juliana Gomes Marques **O Programa Nacional de Alimentação Escolar no contexto das comunidades remanescentes de quilombos**, dissertação - 2014.135 f. : il., figs., tabs.

GAMA, Fabiane. 2020. **A autoetnografia como método criativo**: experimentações com a esclerose múltipla. Anuário Antropológico, v. 45, n. 2: 188-208. DOI 10.4000/aa.5872

GEERTZ, C. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.p 247

GOLDENBERG, Mirían **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** / Mirian Goldenberg. - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

Gomes, Flávio dos S. **Mocambos e quilombos** : uma história do campesinato negro no Brasil / Flávio dos Santos Gomes. 1ª ed. São Paulo

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios, Marcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2020.

HOOKS, bell **Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora**/bell hooks tradução de Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**/bell hooks; tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. 380p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: 2010.

A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. – Brasília :Ipea, 2017. 463 p. : il., gráfs. Color.

KILOMBA, Grada, **Memórias da plantação**- Episódio de Racismo cotidiano; tradução Jess Oliveira, -1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2009. p. 248

KOMARCHESKI, R. **Expressões do (Neo) Extrativismo: Uma Leitura Sobre a Indústria da Mineração em Adrianópolis (PR), Guaju, Matinhos, v.5, n.1, p.235-261, 2019**

KOMARCHESKI, Rosilene. **Redes de re-existências desde o Quilombo João Surá.** / Rosilene Komarcheski. - Curitiba, 2019.

LODY, R. **Santo também come.** Rio de Janeiro: Pallas, 2012. MACAÉ. Lei Orgânica do Município de Macaé. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1322671708.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa : educação e ciências humanas / Roberto Sidnei Macedo, Dante Galeffi, Álamo Pimentel ; prefácio Remi Hess.** - Salvador : EDUFBA, 2009. cap.3 p.136

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional.** 3a Edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011.

MALUF, Renato S; REIS, Márcio Carneiro dos. **Conceitos e Princípio de Segurança Alimentar e Nutricional.** In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (orgs). Segurança Alimentar E Nutricional; perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro/RJ: Editora Fio Cruz, 2013. p. 15-42.

MALUF, Renato S; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flavio L. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil.** Revista Cadernos de Debate, Campinas, 1996. v.IV, p. 66-88.

MATOS, Glasiele Andrades; **Entre sabores: comidas típicas da comunidade remanescente de quilombo João Surá no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.** UFPR, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Caminhos do Pensamento, Epistemologia e Método.** Coleção Criança Mulher e Saúde. 1a reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Valéria S. **Entre desafios e oportunidades: Análise da Política afirmativa educacional superior indígena na UFPR,** Matinhos UFPR, 2016.

PIEIDADE, Vilma. **Dorolidade,** 2017.

PROTOCOLO DE CONSULTAS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PARANÁ, 2021.

REIS, Thiago. **Avaliação da sustentabilidade de estabelecimentos agropecuários participantes do PNAE no município de Tupã - SP / Thiago Reis.** -Tupã, 2019. 121 f

RIGON, Silvia do Amaral. **A construção de políticas públicas promotoras de Saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná. 535 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)** – Universidade de São Paulo Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2012.

Saberes e experiências de extensão em promoção da saúde /Organizadoras Ana Eliza Port Lourenço; Leila Brito Bergold — Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

SANTOS, DOS A. B. **Colonização, Quilombos modos e significados.** Brasília 2015. Editora UNB.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. 2017. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios.** PLURAL, v. 24, n .1: 214-241. DOI 10.11606/issn.2176-8099. pcsoc. 2017.

SEN Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução de: Laura Teixeira Motta. Ed. Companhia das Letras, São Paulo SP, 2010.

PEREIRA, Ana Claudia da Silva **Custo-Aluno-Qualidade para escolas do campo da Amazônia Tocantina: direito ao acesso e permanência com padrão de qualidade/Ana Claudia da Silva Pereira.** – 2018 252f.:il.color

SILVA DO e, Eli E, Frozi DS, Capella C. **Os hábitos alimentares culturais e a pobreza como barreiras à promoção da alimentação saudável em centros de saúde de atenção básica no Distrito Federal/ Brasil.** Com. Ciências Saúde

SILVA.F. M. **Escolas para quilombo: identidade, territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e Na escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula,** dissertação Curitiba editora UFPR, 2020

SILVA.F.M. **Educação Insubmissão: Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos,** Curitiba trabalho de conclusão de curso.UFPR, 2018

Silva, Robson Nunes da **A merenda escolar sob o olhar da governança: a sustentabilidade na zona rural de Junqueiro- AL / Robson Nunes da Silva.** – Recife, 2013

SEED - Secretaria De Estado da Educação, Diretrizes Curriculares Da Educação Do Campo, Governo Do Estado Do Paraná Curitiba, 2006

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SOARES, M. R. P.; REIS, C.; COSTA, R. R. S. **Educação Quilombola: contribuições para o debate sobre práticas educativas transformadoras.** In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2019. Disponível

em:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_642_6425cb4e8083f0d5.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021

Vários autores. **A pesquisa qualitativa** : enfoques epistemológicos e metodológicos I tradução de Ana Cristina Nasser.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.-(Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative .Jaccoud.M; Mayer p. 253-297.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113- 147, 2002.

APÊNDICE

1 INSTRUMENTO DE COLETA

ETAPAS:

1. Apresentação da pesquisadora e da pesquisa (De maneira informal, dialogada... agradecendo a disponibilidade em conversar, ressaltando a importância da participação na entrevista);
2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO PARA A REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA (Precisa elaborar - pode ser lido e explicado para entrevistada, eu sempre prefiro!)
3. PERGUNTAR QUANTO A AUTODECLARAÇÃO RACIAL E ÉTNICA
4. QUESTÕES REFERENTES AO TRABALHO COMO MERENDEIRA NA ESCOLA
5. QUESTÕES REFERENTES A GÊNERO (embora todas as outras também sejam referentes a gênero, vale um questionamento a respeito)
6. QUESTÕES REFERENTES À ALIMENTAÇÃO NO QUILOMBO
7. Compromisso: retornar o trabalho para a comunidade e para a entrevista.

Perguntas

1. Como você se autodeclara do quesito raça e cor?
2. Para você, como é ser merendeira? Como é/foi trabalhar no Colégio Estadual Diogo Ramos?
3. Quais alimentos/comida você costuma cozinhar na escola Diogo Ramos?
4. O que você acha de trabalhar com os alimentos?
5. Qual a importância da comida na escola para você?
6. Quais alimentos você gostaria de inserir na alimentação da escola?
7. Quando você não está no colégio, o que você costuma fazer? Quais são as suas rotinas? E complementarmente, o que é viver no quilombo pra você? (O que você mais gosta aqui, o que não gosta? (pensando em estimular respostas sobre o território)

ANEXOS

Anexo 1 - Resolução Pandemia



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE



acessar diariamente os *e-mails* institucionais para recebimento de orientações sobre as metas e atividades a serem desempenhadas, bem como comunicações sobre eventuais alterações nas regras definidas nesta Resolução.

Art. 4.º Ficam cancelados os eventos e as reuniões presenciais, devendo, sempre que possível, serem substituídos por reuniões virtuais, por e-mail, meio telefônico ou outra forma de comunicação não presencial, a fim de não prejudicar a continuidade dos trabalhos desta Secretaria e Núcleos Regionais de Educação.

Art. 5.º Os protocolos administrativos referentes aos temas do Decreto n.º 4.230, de 2020, e relacionados à prevenção e controle do COVID-19, deverão tramitar em regime de urgência e prioridade no âmbito da SEED.

Art. 6.º O período de suspensão das aulas escolares, compreendido entre 20/03/2020 e 04/04/2020, será considerado antecipação do recesso escolar do mês de julho/2020, conforme previsto no art. 5º do Decreto n.º 4258/2020.

Art. 7.º As Instituições de Ensino deverão manter horário de atendimento das 8h às 17h, para o atendimento da demanda do Programa Leite das Crianças, Merenda Escolar, Secretaria da Escola e demais atividades necessárias.

§1º Poderão permanecer nas Instituições de Ensino, no mínimo, 02 (dois) servidores, entre Diretores, Diretores Auxiliares; Secretários, Agentes Educacionais I e II, por meio de escala de trabalho.

§2º Nos Colégios Agrícolas e Florestais, além dos servidores especificados no § 1.º, serão necessárias escalas de trabalho do cuidador de animais e vigias.

Art. 8.º Os estagiários estão dispensados do comparecimento a partir de 17 de março de 2020, sem prejuízo de bolsa-auxílio, nos termos do § 5.º, art.

Anexo 2 - Resolução Distribuição de Alimentos na pandemia



Governo do Estado do Paraná
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional
Departamento de Nutrição e Alimentação



b) A primeira entrega aconteceu na semana de 23 a 26 de março. Desta forma, a cooperativa ou associação que não executou seu projeto de venda, entregando produtos nesta última semana de março, não poderá realizar entrega retroativa, visando evitar o desperdício de alimentos;

c) A próxima entrega deverá acontecer nos dias 7 e 8 de abril sendo permitido que as cooperativas e associações possam somar os quantitativos do projeto de venda das semanas 1 e 2 de abril e fazer uma entrega única a ser realizada nos dias 7 ou 8 de abril;

d) Caso o fornecedor não tenha o quantitativo das duas semanas conforme estabelece seu projeto de venda, ele poderá entregar o que ele produziu, respeitando as características de seu projeto de venda e dos contratos estabelecidos por meio da Chamada Pública nº 001/2019;

e) Ficam autorizados as entregas dos seguintes grupos: 01) Frutas *in natura*, 02) Hortaliças e sementes, 03) Legumes e tubérculos, 04) Temperos, 05) Leite, 06) Iogurte, 07) Panificados, 09) Suco de frutas, 10) Complementos e 16) Batatas.

f) Fica, em quanto perdurar a excepcionalidade do COVID-19, estabelecido este modelo de entregas quinzenais, acumulando os quantitativos do projeto de vendas de duas semanas, cabendo a este Instituto informar, com antecedência de uma semana, a nova data para as entregas, otimizando assim o aproveitamento dos alimentos perecíveis, garantindo a segurança alimentar e qualidade do produto no momento de utilizar e permitindo o adequado sincronismo de ações entre organizar escala de servidores para receber, separar e distribuir os alimentos, respeitando os feriados e finais de semana do mês de abril de 2020 e as orientações para que haja a menor aglomeração possível de pessoas.

É a informação.

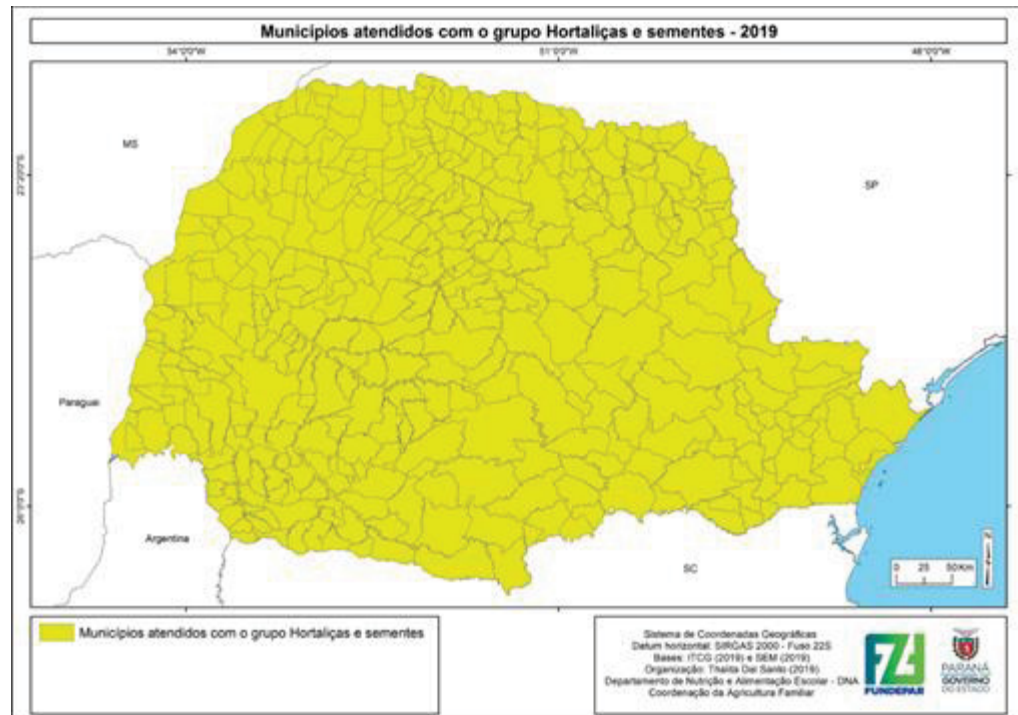
Atenciosamente,

Cleber Costa
Gerente do Departamento de Nutrição e Alimentação
Portaria nº 0297/2019

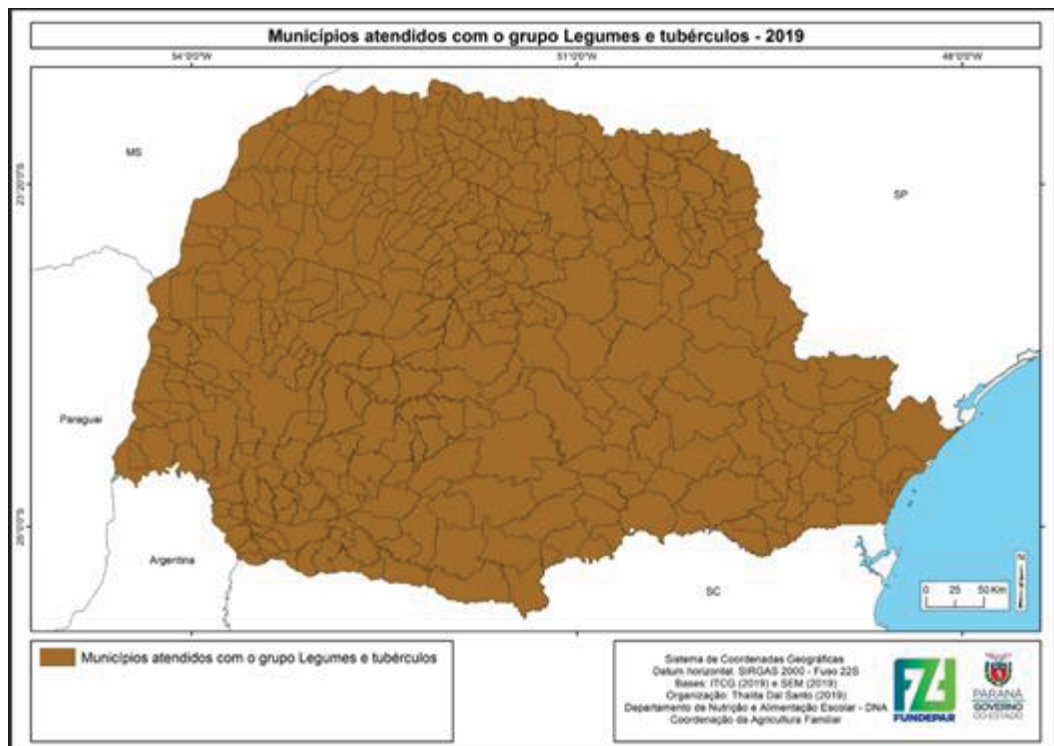
Ciente,

Jose Maria Ferreira
Diretor Presidente
Decreto nº 0095/2019

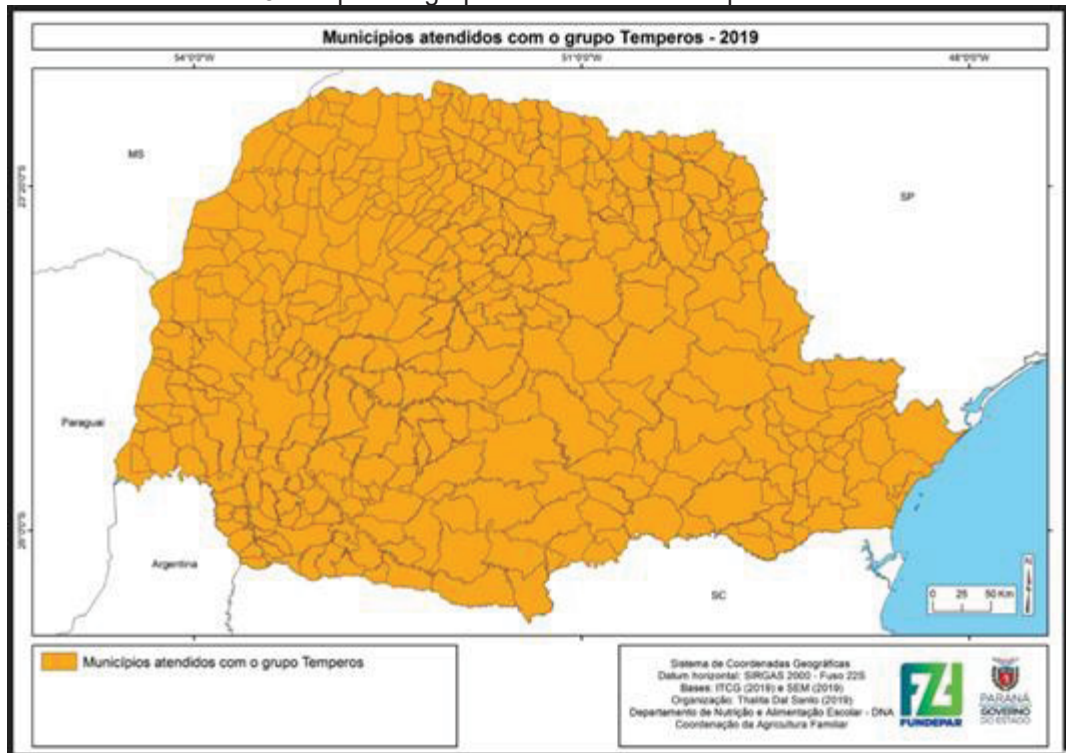
Anexo 3 - Mapas de grupos ofertados hortaliças e sementes



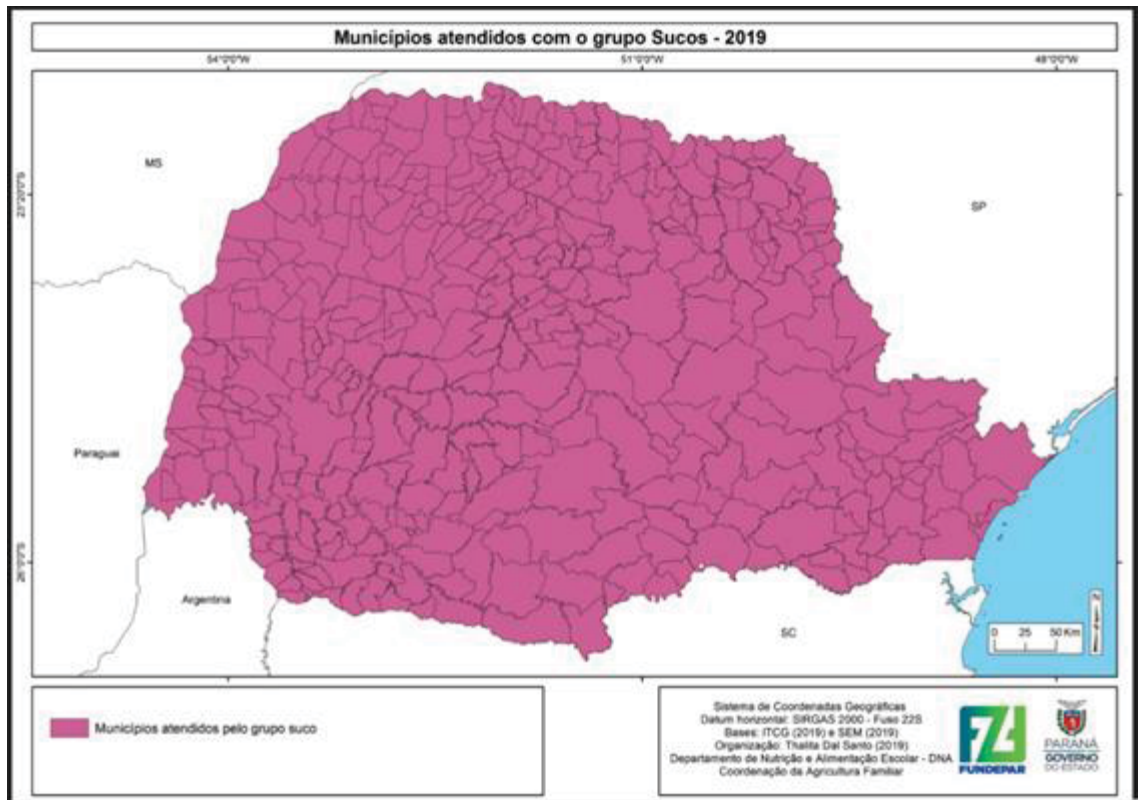
Anexo 4 - Mapas de grupos ofertados legumes e tubérculos



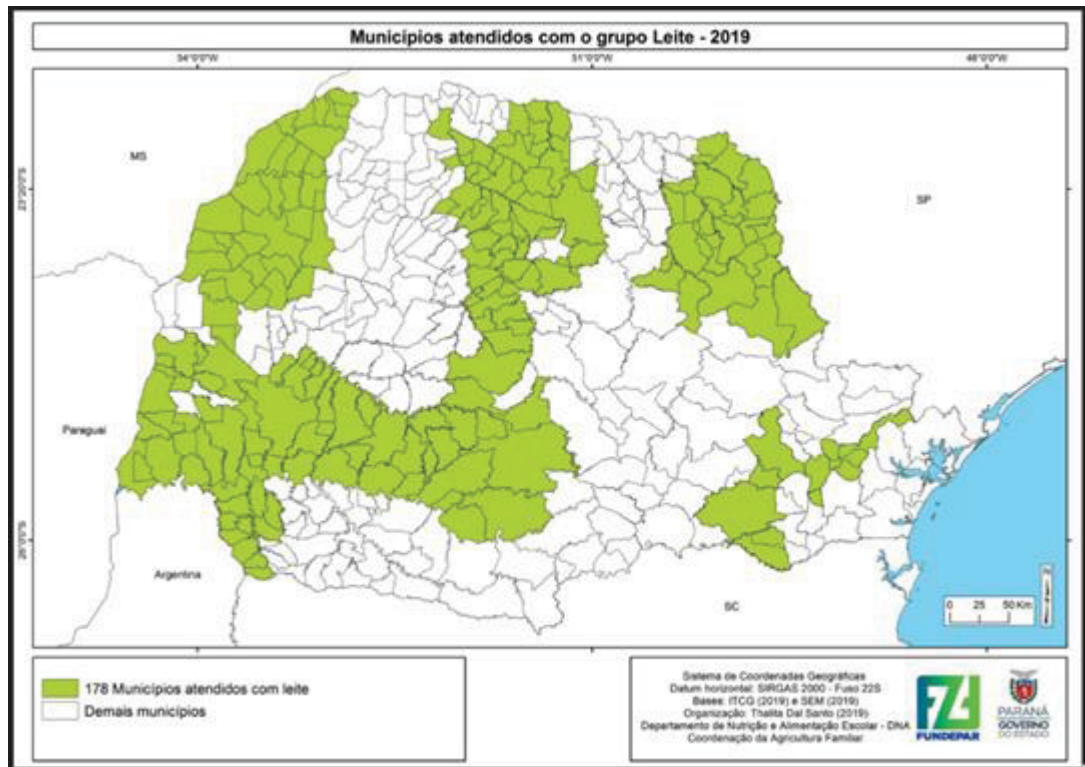
Anexo 5 - Mapas de grupos ofertados dos temperos



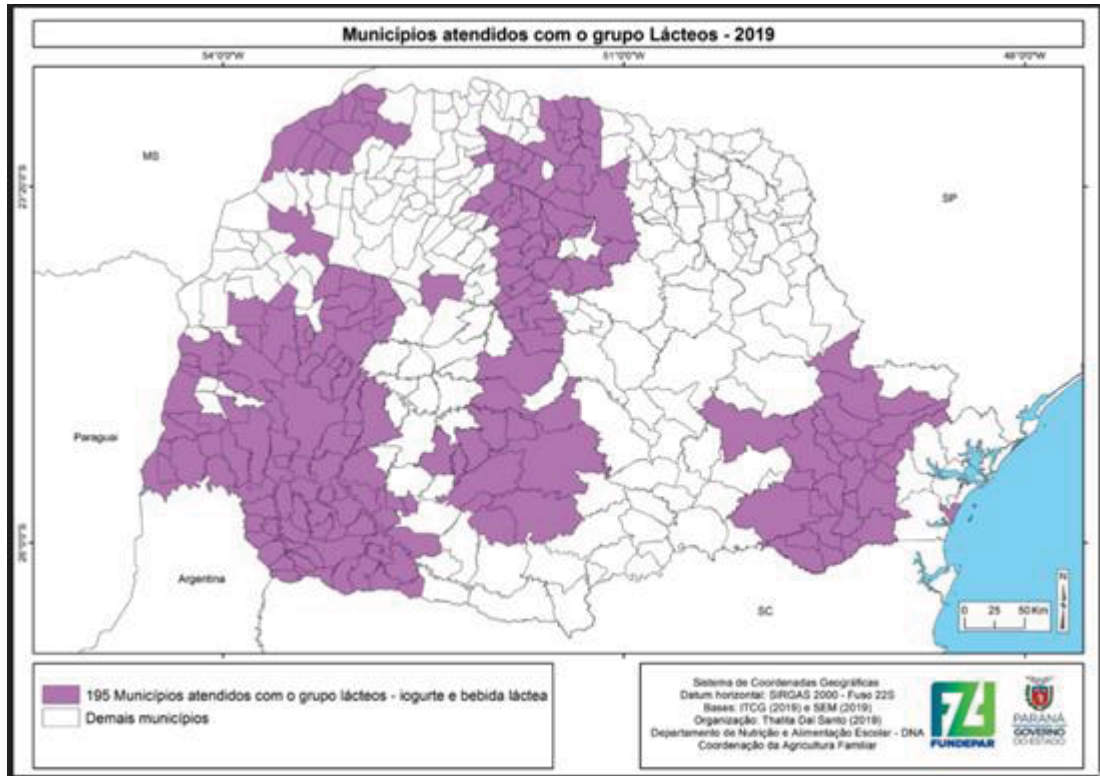
Anexo 6 - Mapas de grupos ofertados dos sucos



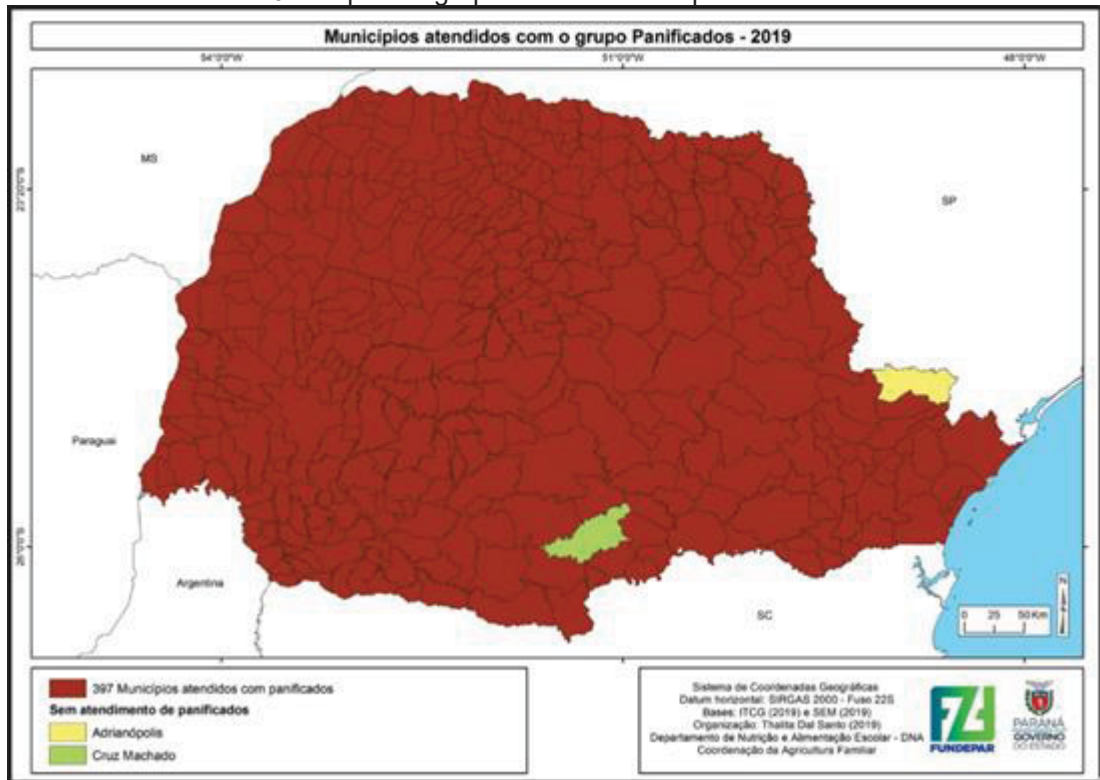
Anexo 7 -. Mapas de grupos ofertados leite



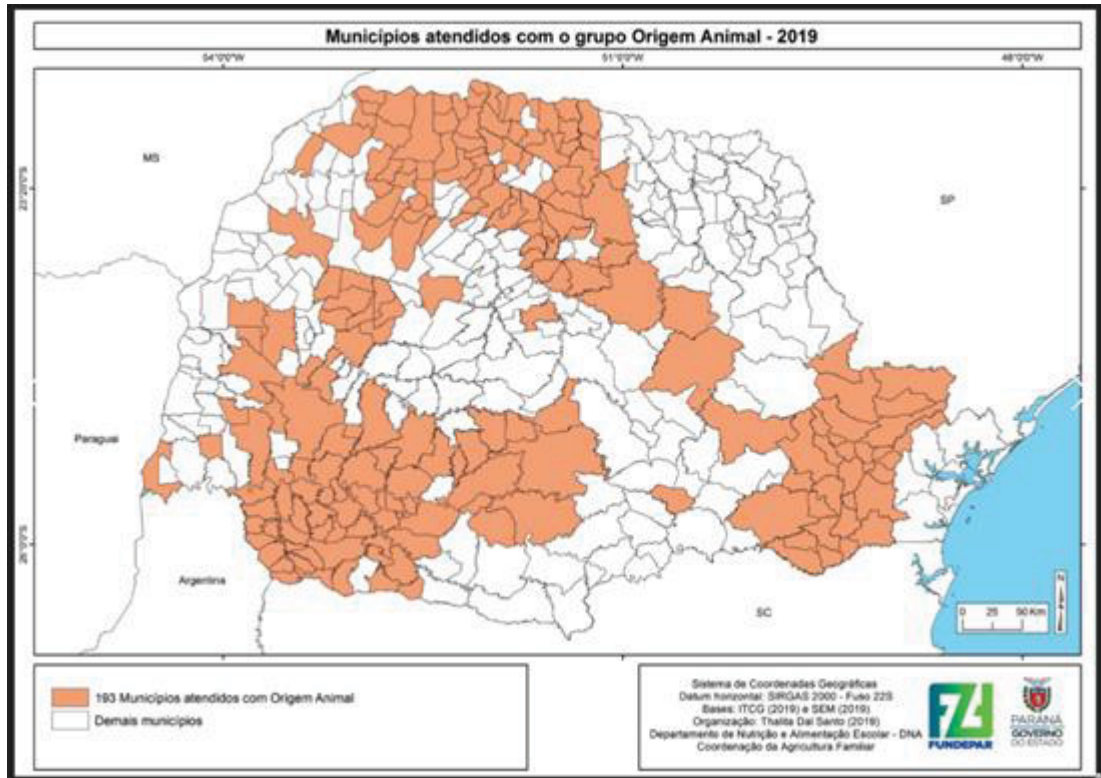
Anexo 8 - Mapas de grupos ofertados produtos Lácteos



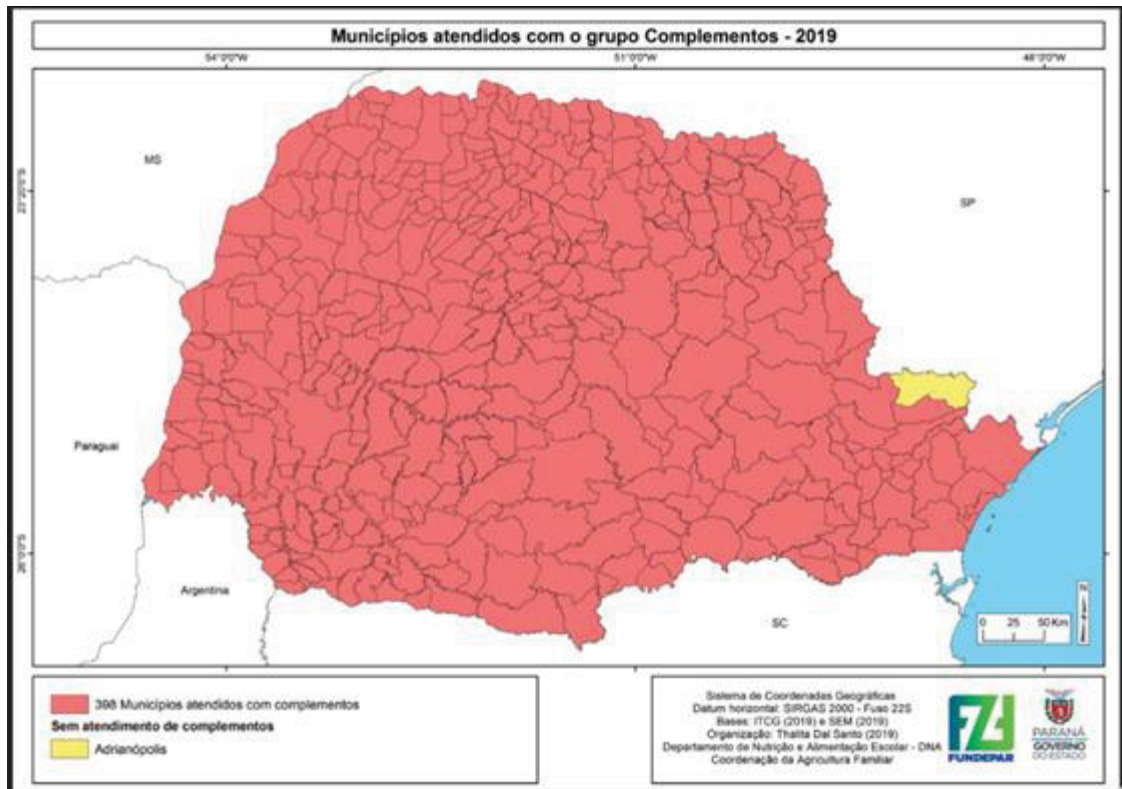
Anexo 9 - Mapas de grupos ofertados dos panificados



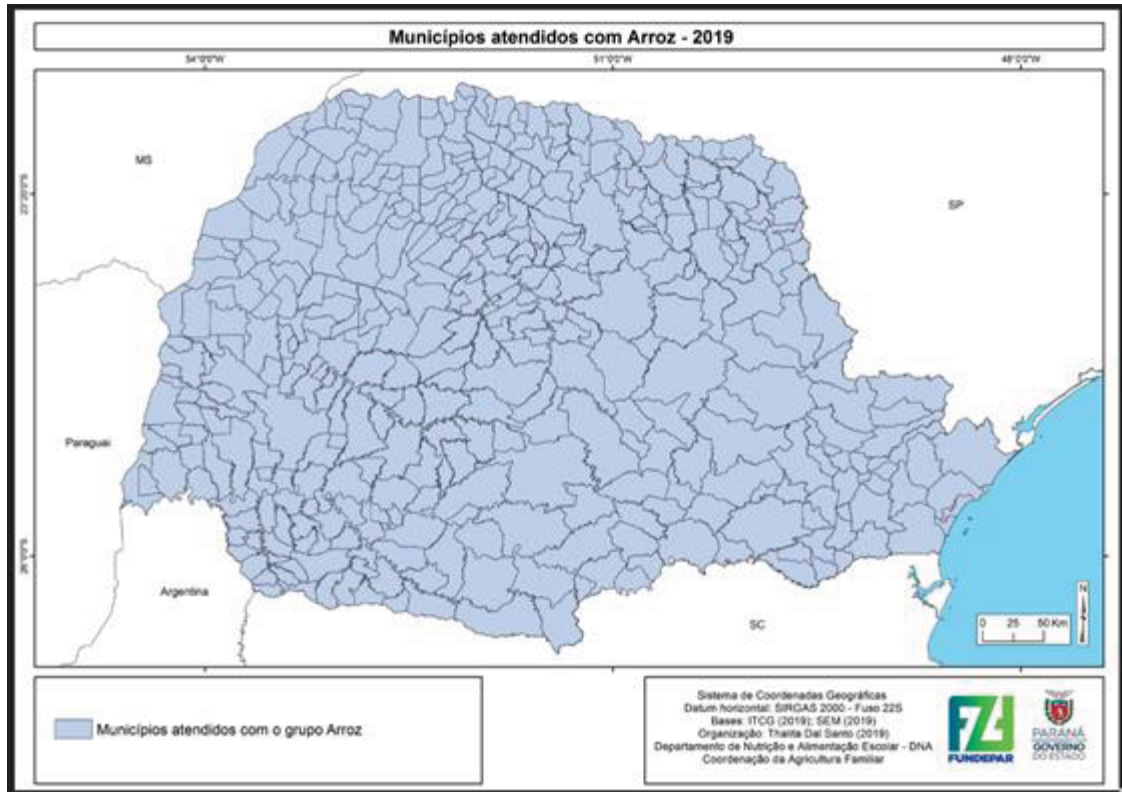
Anexo 10 - Mapas de grupos ofertados da origem animal



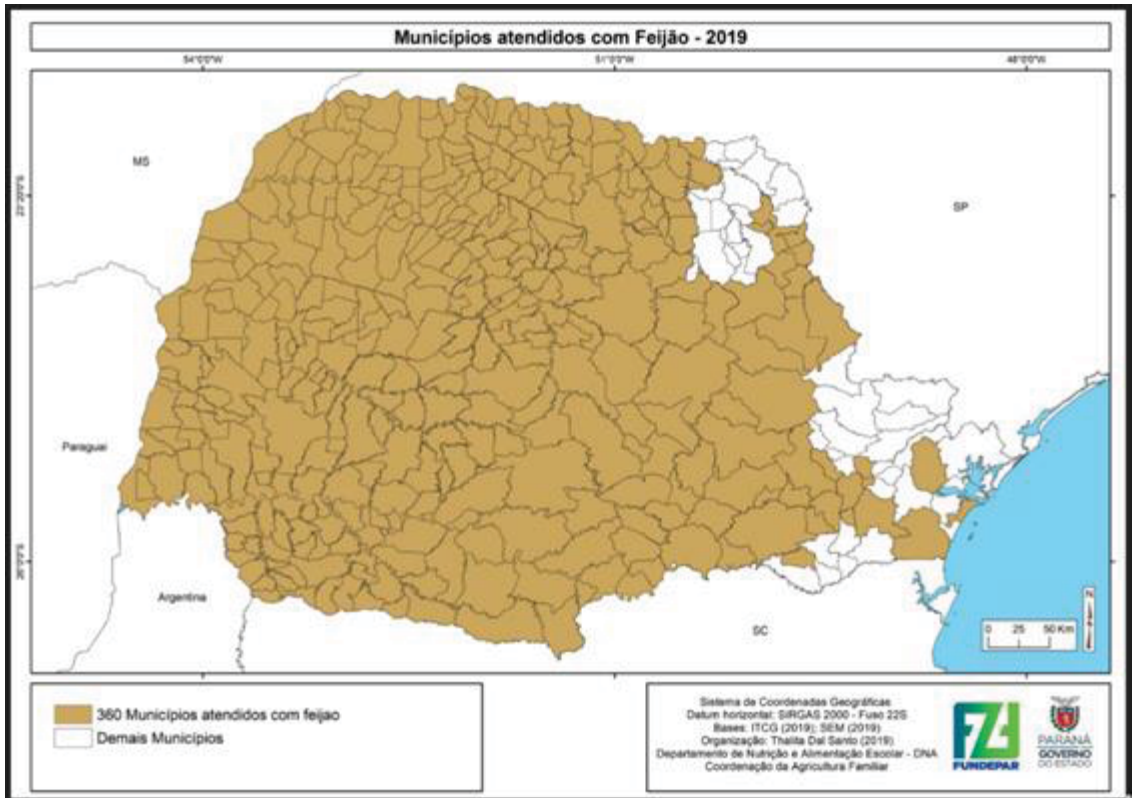
Anexo 11 - Mapas de grupos ofertados dos complementos



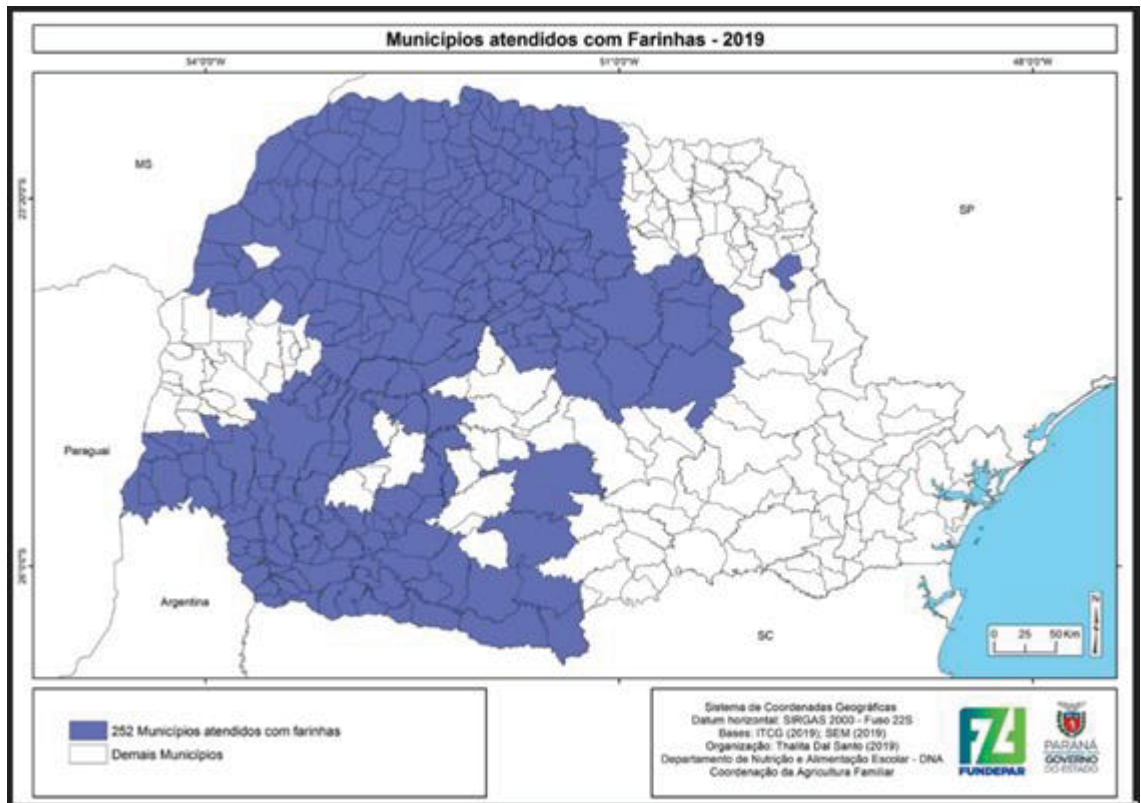
Anexo 12 - Mapas de grupos ofertados do arroz



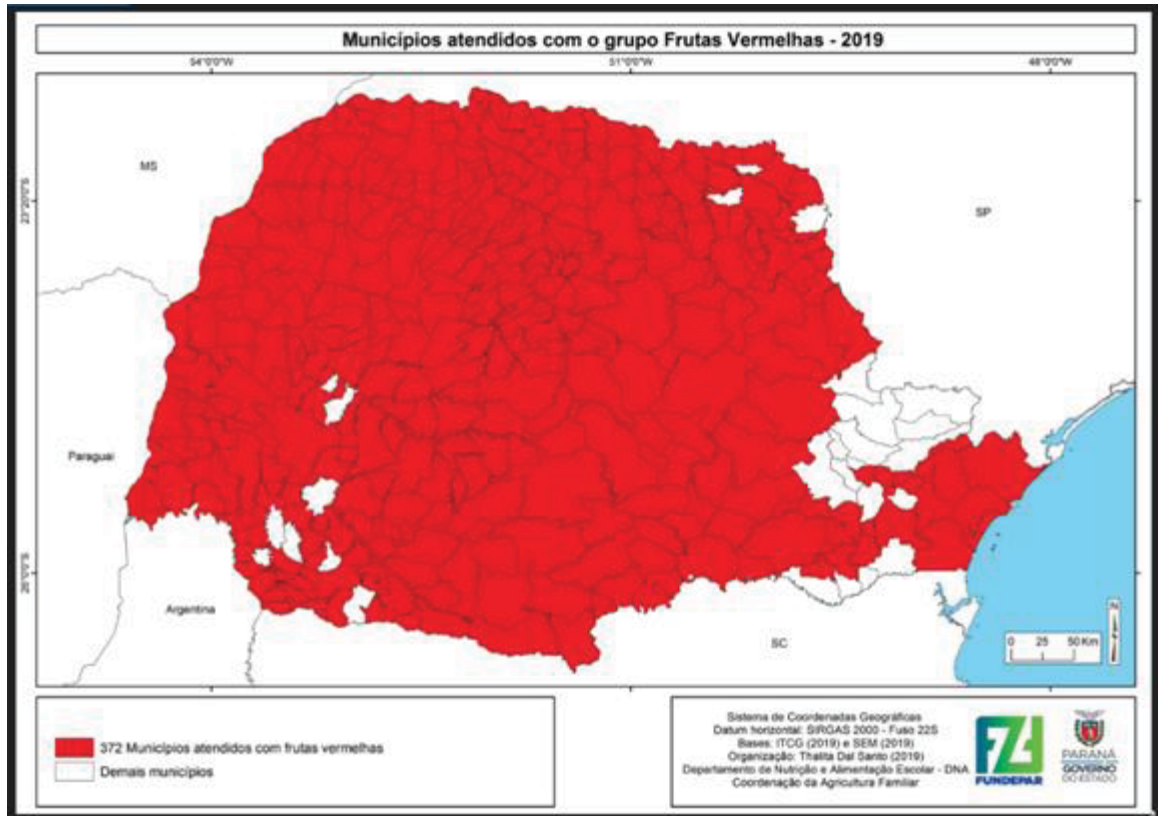
Anexo 13 - Mapas de grupos ofertados do feijão



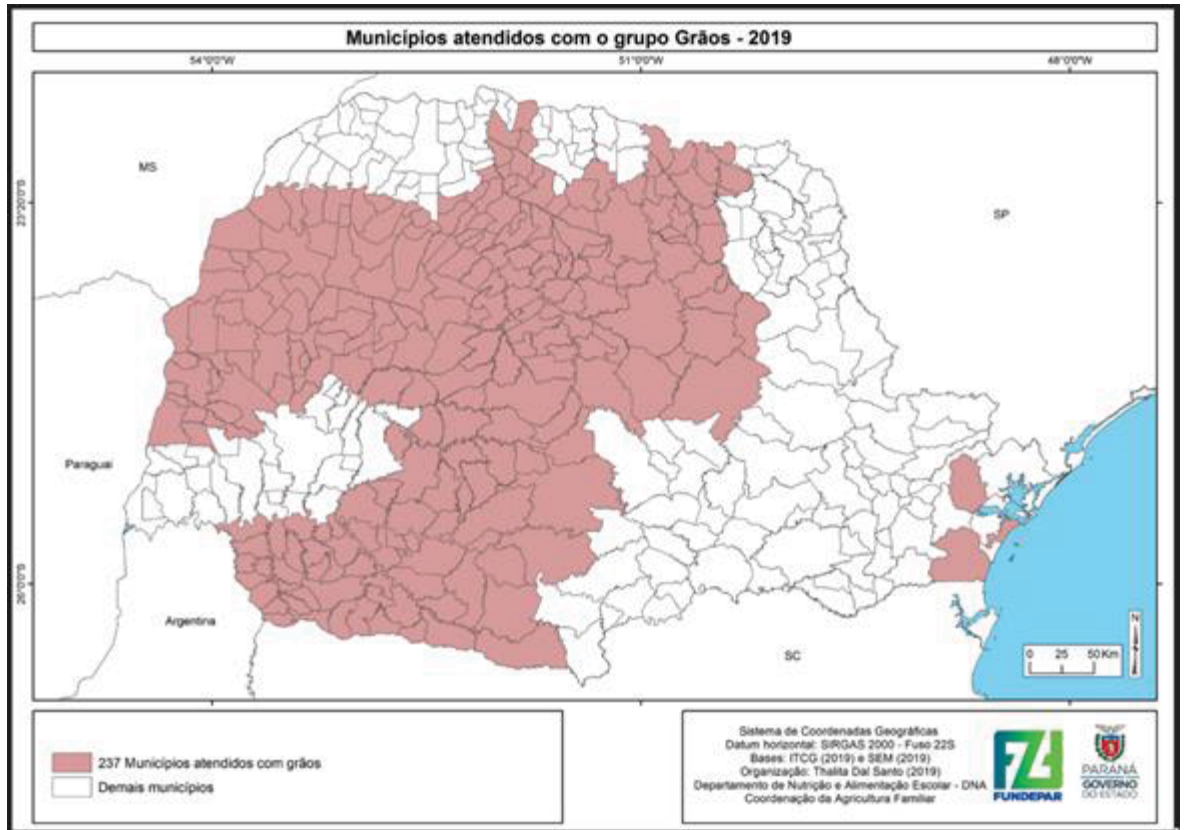
Anexo 14 - Mapas de grupos ofertados das farinhas



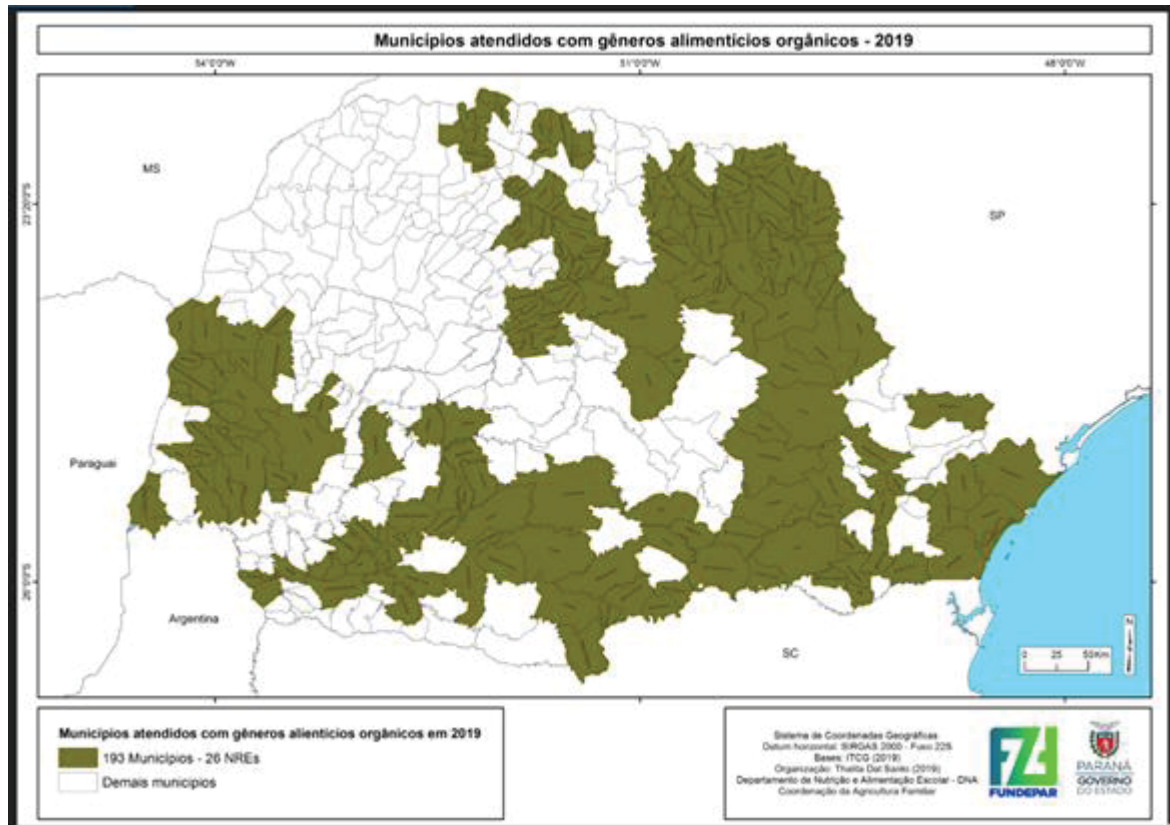
Anexo 15 - Mapas de grupos ofertados das frutas vermelhas



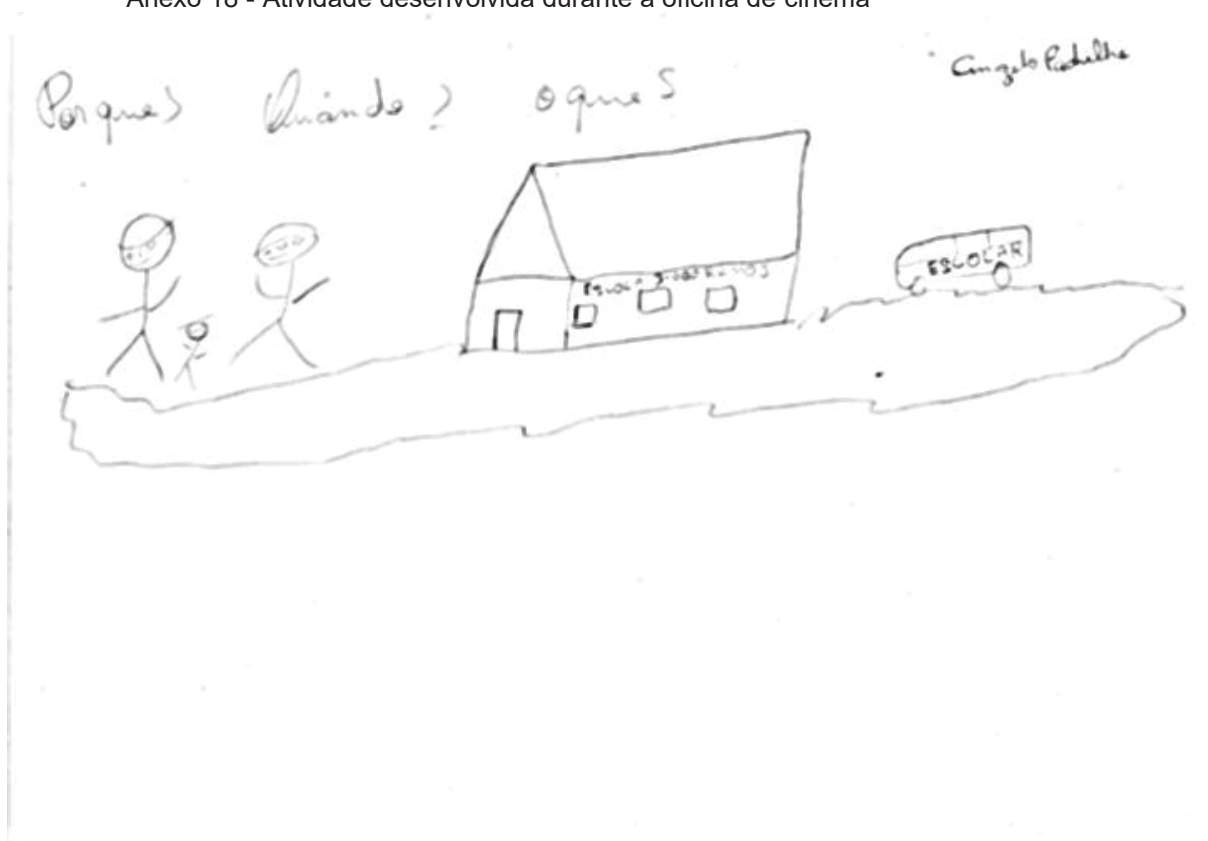
Anexo 16 - Mapas de grupos ofertados dos grãos



Anexo 17 - Mapas de grupos ofertados do alimentos orgânicos



Anexo 18 - Atividade desenvolvida durante a oficina de cinema



Anexo 19 - Atividade desenvolvida durante a oficina de Cinema

